

Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ
Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde

JANAYNE DE MOURA FERREIRA

**PARA DEFENDER, CURAR E TINGIR: NATUREZA ÚTIL E
CONHECIMENTO NA EXPEDIÇÃO CABRAL-PEREIRA AO ESTADO
DO MARANHÃO E PIAUÍ
(1799 - 1803)**

Rio de Janeiro
2021

JANAYNE DE MOURA FERREIRA

**PARA DEFENDER, CURAR E TINGIR: NATUREZA ÚTIL E
CONHECIMENTO NA EXPEDIÇÃO CABRAL-PEREIRA AO ESTADO
DO MARANHÃO E PIAUÍ
(1799 - 1803)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientadora: Prof. Dra. Lorelai Brilhante Kury

Rio de Janeiro
2021

JANAYNE DE MOURA FERREIRA

**PARA DEFENDER, CURAR E TINGIR: NATUREZA ÚTIL E
CONHECIMENTO NA EXPEDIÇÃO CABRAL-PEREIRA AO ESTADO
DO MARANHÃO E PIAUÍ
(1799 - 1803)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Lorelai Brilhante Kury (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz) – Orientadora

Prof. Dra. Érica Lopo de Araújo (Universidade Federal do Pernambuco)

Prof. Dr. Ricardo Cabral de Freitas (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz)

Suplentes:

Prof. Dra. Magali Romero Sá (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz)

Prof. Dra. Alda Heizer (Escola Nacional de Botânica Tropical (ENBT) do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro
2021

Ficha Catalográfica

F383p Ferreira, Janayne de Moura.

Para defender, curar e tingir : natureza útil e conhecimento na expedição Cabral-Pereira ao estado do Maranhão e Piauí (1799-1803) / Janayne de Moura Ferreira ; orientada por Lorelai Brilhante Kury. – Rio de Janeiro : s.n., 2021.

119 f.

Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2021.

Bibliografia: 102-109f.

1. História Natural. 2. Expedições. 3. História do Século XVIII.
4. História do Século XIX. 4. Brasil.

CDD 508

Catálogo na fonte - Marise Terra Lachini – CRB6-351

*Cria-se o livro. Os homens pensam.
Pensam e agitam-se em tumulto.
Por sobre os seus trabalhos paira a benção:
e todos os trabalhos tomam vulto;
O saber suspicaz penetra o alto segredo da vida.
É tudo um labutar de ciência.
O homem afoita-se, descobre, perde o medo...*

Mário de Andrade

A Pietro Nillo, meu irmão e filho de empréstimo.

AGRADECIMENTOS

Parafrazeando Olga Tokarczuk, se alguém pudesse nos observar do céu, perceberia que o mundo está repleto de humanos que caminham impacientes, cansados e tristonhos, e também enxergaria suas almas, esquecidas e arrastando-se ao longo do caminho... Durante esses anos de mestrado, tive que aprender a viver e conviver com lugares, pessoas, animais e até mesmo plantas. Algumas experiências foram incríveis e muitas outras foram absurdamente frustrantes. No entanto, todas elas me ensinaram a ter paciência, compreensão, empatia e a ser grata pelo aprendizado que estava incorporado a elas.

A todos aqueles que mesmo no frenesi de suas vidas, em tempos nada fáceis, não permitiram que a minha alma se perdesse no caminho:

À minha mãe, Helena, por ser essa mistura de risos, abraços, responsabilidade e seriedade. E por ter me dado a chance de ser irmã das pessoas mais irritantes e divertidas do mundo, Martin, Nayse e Pietro Nillo.

À família Ferreira Saturnino e Moura, que de tão imensa levaria umas vinte páginas de nomes e agradecimentos, mas que é facilmente definida pelas palavras “amor” e “companheirismo”. Sou imensamente grata por tamanha sorte de ter vocês.

Àqueles que eu perdi, mas cujas vidas se fazem, eternamente, presentes em mim: meu pai, José Martins; meu avô, Nilo Jorge; minha avó, Maria Joana; meus amigos, Luciano Ramos, Davi Holanda, Henrique Moreira, Lucas Sousa e Mayron Matheus.

A Leda, Leonardo, Levi, Helânio, Andressa e Josefa, a família que me escolheu e me acolheu. É um privilégio ter conquistado o amor de cada um de vocês, nos mais recônditos espaços da floresta.

A Fátima Branquinho, por ser minha mãe de empréstimo.

A Lucas Alves Firme, meu esposo e melhor escolha da minha vida.

A Jefferson Nascimento e Diego dos Santos, amigos da hora do café e de todas as horas.

A Hugo Dolsan e Suellen Nunes, por terem sido meus primeiros afetos no RJ.

À minha trupe delirante, Adriano, Rosa, Vanessa e Welligton. Por estarem presentes todos os dias, mesmo com toda a distância.

Ao grupo do caffè Sospeso, por tornarem meus dias mais felizes.

A Valquíria Borges, pela alegria e poesia.

A Anderson Barão, por todos os devaneios e afeto bruto.

Aos meus colegas de turma do PPGHCS, especialmente, Adriana Cunha, Raísa Capela, Luana Bonacchi, Gisele Machado e Paulo Ítalo Moreira.

Ao programa de Pós-graduação de História das Ciências e Saúde pela assistência e disponibilidade. Aos professores, especialmente, a Simone Kropf, pela doçura e cuidado.

A Fundação Oswaldo Cruz, por financiar esta pesquisa.

À minha orientadora Lorelai Kury, pelos ensinamentos e por sua infinita paciência.

A Érica Lôpo e Ricardo Cabral de Freitas, pelas indispensáveis contribuições na construção da minha dissertação.

RESUMO

Os séculos XVIII e XIX foram caracterizados por uma série de mudanças no pensamento político, econômico e científico. O Império português esteve inserido nesse processo e foi profundamente marcado pela criação e reformas de centros educacionais e científicos que culminaram na realização de expedições filosóficas por várias partes do Império. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho consiste na análise da expedição filosófica empreendida pelo bacharel Vicente Jorge Dias Cabral e pelo padre Joaquim José Pereira à Capitania do Piauí e Maranhão no período que compreende os anos de 1799 a 1803. Através da análise dos documentos da expedição, buscamos compreender os interesses da Coroa portuguesa em conhecer, explorar e catalogar as potencialidades minerais, vegetais e animais do Estado do Maranhão e Piauí. Além disso, procuramos mapear as principais plantas e minérios encontrados, quais os seus usos e qual seu papel para a medicina colonial. Examinamos também a maneira como a produção de conhecimento desses personagens foi gerenciada pelas autoridades civis e científicas e qual a participação dos habitantes da região na produção do conhecimento construído durante as viagens empreendidas nesse período.

ABSTRACT

The 18th and 19th centuries were characterized by a series of changes in political, economic and scientific thought. The Portuguese Empire was part of this process and was deeply marked by the creation and reforms of educational and scientific centers that culminated in the carrying out of philosophical expeditions to various parts of the Empire. In this context, the objective of this work is to analyze the philosophical expedition undertaken by the bachelor Vicente Jorge Dias Cabral and the priest Joaquim José Pereira to the Captaincy of Piauí and Maranhão in the period from 1799 to 1803. Through the analysis of the documents of the expedition, we seek to understand the interests of the Portuguese Crown in knowing, exploring and cataloging the mineral, plant and animal potential of the State of Maranhão and Piauí. In addition, we sought to map the main plants and ores found, their uses and their role in colonial medicine. We also examine the way in which the production of personal knowledge was managed by civil and scientific authorities and the participation of the region's inhabitants in the production of knowledge built during the journeys undertaken during this period.

Introdução	1
Homens de Ciência a serviço do Império	6
Capítulo I. A História Natural em Portugal	9
Iluminismo em Portugal	11
Reformas nos Estatutos da Universidade de Coimbra	15
O Real Museu de história natural	19
O Jardim Botânico de Coimbra	21
A Real Academia de Ciências	24
Instruções de Viagem	26
Viagens Filosóficas	34
Administração de D. Rodrigo de Souza Coutinho	38
Capítulo II: O sertão é do tamanho do mundo	43
Misterioso sertão	44
Subalternos sertões	47
Cronistas pelo sertão	52
Capítulo III: O visível e o invisível nas viagens ao sertão	61
Reformas na administração da capitania do Maranhão e Piauí	62
Vicente Jorge Dias Cabral e Joaquim José Pereira: trajetória e viagem	66
Para defender, tratar e curar: à procura de sais e ervas	74
Entre cores e formas: produtos para tingir e enfeitar	86
Problemas e soluções: cultivo, armazenamento e transporte	91
Fontes manuscritas	98
Fontes impressas	100
Bibliografia	101
ANEXOS	109

Introdução

Na dinâmica das relações, atitudes, valores e percepções, nos deparamos com diversos modelos de tensão e adequação social por parte dos seres humanos. Assim como os humanos, as ideias estão inseridas em uma rede de concepções e de possibilidades e circulam se adaptando ao ambiente e às pessoas com as quais entram em contato. A forma como essas ideias são transmitidas, recebidas e modificadas é uma fascinante tarefa de observação. Entretanto, é válido lembrar que as conformações e apropriações são elaboradas nos encontros, brutais ou não, entre indivíduos. Dentre as atividades desenvolvidas nas últimas décadas do século XVIII e décadas iniciais do século XIX, é perceptível uma intensa circulação de pessoas, produtos e humano-produtos que, através de seu deslocamento, fizeram transitar saberes e valores a respeito do mundo natural. Como explicita Russel-Wood (1998), o Império Português era constituído por um movimento constante de ideias e pessoas entre mundos. E é justamente nessa mobilização dos mundos que está localizada a presente investigação, que engloba saberes, administração colonial e representações do universo natural, a partir, mas não unicamente, da expedição realizada pelo religioso Joaquim José Pereira e pelo bacharel em direito Vicente Jorge Dias Cabral ao sertão da Capitania do Maranhão e Piauí durante o governo de D. Diogo de Sousa (1755- 1829) e a serviço do Império português nos anos de 1799 a 1803.

Buscamos compreender seus ideais e como estes são recebidos e incorporados à dinâmica colonial dos sertões das Capitânicas do Maranhão e do Piauí durante o governo de Dom Diogo de Sousa e, como esse conhecimento ecoa na colônia Brasil e por toda a extensão do Império português. Desse modo, elaboramos e questionamos, na medida do possível, valores e ideias relacionadas ao universo natural, analisando as engrenagens que davam forma aos saberes que circulavam no Império, sua função econômica e, especialmente, a configuração social das capitânicas. A investigação é realizada a partir de documentos como memórias, relatórios e ofícios provenientes do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), mais especificamente, os referentes às Capitânicas do Piauí e Maranhão no período de 1790 a 1805. Essa extensa documentação nos permite compreender como os viajantes e agentes coloniais enxergavam, classificavam e articulavam projetos concernentes ao mundo natural e,

consequentemente, social em um período de expansão e análise das potencialidades do reino através da exploração de recursos naturais, associada ao desígnio de “civilizar” os povos.

As viagens filosóficas surgiram como um desdobramento do Iluminismo em Portugal e esse já é um tema bastante discutido na historiografia desde a década de 1950 (DIAS, 1953; DIAS, 1968; CARVALHO, 1981; MAXWELL, 1997; PRATT, 1999; ARAÚJO, 2003). Há uma miríade de debates interessantíssimos acerca das reformas educacionais empreendidas pelo Marquês de Pombal (FALCON, 1982; COSTA, 2000; GOUVEIA, 2000; PEREIRA, 2009; MARTINS, 2012; FONSECA, 2017), que trazem novas perspectivas sobre as possíveis melhoras e falhas no novo sistema educacional, sobre os brasileiros que tiveram o privilégio de estudar na Universidade de Coimbra sob a tutela de destacados professores europeus, como o médico e naturalista italiano Domenico Vandelli, e sobre as mudanças na base curricular da Universidade. Através dessas mudanças são organizadas as primeiras viagens filosóficas no território do Brasil e, para isso, é redigida uma série de instruções para o viajante se guiar antes, durante e depois da empreitada filosófica. Essas instruções ou regras se mostraram muito importantes para perceber quais os cuidados e a atenção dada a cada passo da expedição (KURY, 1998; PATACA, 2006; CRUZ, 2009; ABDALLA, 2012; PEREIRA, 2013).

A partir de 1770, Domenico Vandelli contribuiu com o método de ensino da Universidade de Coimbra, anexando a ele um plano para a elaboração das expedições filosóficas. Essa convergência teve como resultado um caráter mais filosófico para os cursos da universidade e alinhou práticas acadêmicas com os parâmetros naturalísticos moldados pelo próprio Vandelli. As viagens que ocorreram em Portugal serviram como treinamento e experiência para os egressos da Faculdade de Filosofia e para dar prosseguimento ao programa de exploração nos territórios ultramarinos. Enquanto desdobramento dessas viagens, se abrem discussões que penetram a área administrativa, social e econômica do Império português (HESPANHA, 1994; LEITE, 1995; XAVIER e HESPANHA, 1998; RAMINELLI, 2000; DOMINGUES, 2001; PEREIRA e CRUZ, 2009; FRAGOSO e GOUVÊA, 2010). As pesquisas que discutem o trabalho dos “homens de ciência”, a institucionalização da ciência, os recursos naturais e a circulação de impressos e manuscritos nos trazem questões relevantes para discutir o Iluminismo que se desenvolveu no território luso-brasileiro ao longo do século XVIII e início do século XIX (FIGUEIRÔA, 1992;

VILLALTA, 1999; BRIGOLA, 2000; CRUZ, 2004; FARIA, 2001; SANJAD, 2001; ALFONSO-GOLDFARB, 2002; KURY, 2004; WEGNER, 2004; MENDONÇA, 2008; RAMINELLI, 2008; PEREIRA, 2013).

Os trabalhos que tratam das viagens no sertão do que hoje corresponde à região nordeste têm ganhado cada vez mais espaço na historiografia brasileira (ABREU, 1982). No entanto, pouquíssimas viagens foram realizadas sertão adentro do território do Piauí, capitania que costumava ser tratada nos relatos como um local de passagem. Machado Gaio (1774), Francisco Xavier Machado (1810), António Bernardino Lago (1820) e até Johann Baptist Spix e Carl Friedrich Martius (1817-1820) fizeram menções em seus diários, mas de forma bem simplificada e superficial (PATACA, 2011). Já as pesquisas dedicadas ao estudo da expedição de Cabral e Pereira têm aparecido e aumentado desde a publicação da dissertação de Tiago Bonato (2010), na qual o autor analisa as fontes da viagem para entender como foi construída a imagem do nordeste brasileiro, carregada por diversos estereótipos como a seca, a aridez, a infertilidade, o gado e as doenças, tendo como a principal hipótese de que esse imaginário começou a ser produzido a partir dos relatos dos viajantes do período colonial. Flávio Costa Júnior (2016) trabalha a expedição dentro de uma pesquisa sobre a troca de correspondência entre o governador do Piauí e Maranhão, D. Diogo de Sousa, e o Ministro da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho. A documentação analisada por Costa Júnior é rica em discussões acerca da administração colonial, coleta, envio e transporte de recursos naturais para Portugal. Marcelo Cheche Galves (2017) analisa a expedição com o enfoque especialmente direcionado à trajetória de Vicente Jorge Dias Cabral enquanto “homem de ciência” não reconhecido por seus pares no período oitocentista.

Homens de Ciência a serviço do Império

Para entender as expedições científicas e o trabalho dos “homens da ciência”, tomarei como base a obra de Lorelai Kury *Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810)*, que nos traz pontos relevantes para a discussão acerca do Iluminismo desenvolvido no território luso-brasileiro, onde os estudos da natureza passam a assumir também o caráter utilitário. Em Portugal, esse Iluminismo ainda apresenta o contorno de providência divina, de acordo com o qual, através do estudo da natureza seria possível formular soluções para os problemas que assolavam a humanidade. Para além disso,

o Iluminismo não está preso apenas ao campo da filosofia e das ideias, ele perpassa a esfera das sociabilidades e circulação de impressos, mobilizando diversos setores e modificando práticas administrativas a fim de “racionalizar o funcionamento da sociedade, conhecer e controlar as populações, a produção, os fluxos e os usos das mercadorias” (KURY, 2004, p.109-29).

No início do período Moderno, as investigações acerca da natureza tornaram-se fonte de conhecimento teórico e prático e, em vários aspectos, as práticas dependiam da união do mundo material, trabalho experimental, artesanal e observação da natureza. Segundo Ursula Klein (2010), alguns historiadores da ciência insistem que o surgimento das ciências observacionais e experimentais estava firmado em uma extensa tradição filosófica natural difundida através dos textos, renegando assim a importância das artes e ofícios presentes nesse processo histórico. Essa distinção entre os trabalhadores manuais (coisas mundanas) e os acadêmicos (objetos científicos) foi balançada no século XVIII, especialmente na medicina e história natural, nas quais a técnica e a atividade intelectual encontravam-se conectadas. Ciências como mineralogia, botânica, química, agronomia e geologia são devedoras das artes e ofícios, que em muitos momentos estavam profundamente imbricados. Portanto, havia uma ampla familiaridade com as “reivindicações de conhecimento aprendido e a linguagem entre certos tipos de especialistas artesanais, e uma extensa ocupação com a prática e produção artesanal por homens da ciência com formação universitária” (KLEIN, 2010, p.06). A Ilustração luso-brasileira tem sido tema de análise da história das ciências e das técnicas e tem apresentado diversas abordagens e interpretações ao longo dos últimos anos. As pesquisas oscilam entre a questão do “suposto atraso” de Portugal em comparação a outros impérios e a afirmação de que as colônias possuíam uma engrenagem administrativa muito bem articulada. Dessa forma, alguns elementos foram se tornando importantes, como os espaços destinados às atividades de História Natural e produção científica nas viagens filosóficas, assim como a atividade realizada pelos agentes coloniais em um período em que não existia a categoria profissional de cientista (KURY; NOGUEIRA, 2018, p. 514 -515). Nesse contexto, surgem os homens de ciência e práticas “onde a competência técnica, conhecimento e conhecimento natural aprendido estavam convergindo e de onde emergiram especialistas híbridos, emprestando habilidade, linguagem e explicações do mundo artesanal e acadêmico” (KLEIN, 2010, p. 05).

Na segunda metade do século XVIII houve um enorme empenho no processo de renovação do conhecimento que integrou diversos indivíduos e instituições. No caso de Portugal, foi financiado em grande parte pelo próprio Estado e envolveu não apenas cientistas, como também cartógrafos, cirurgiões, médicos, astrônomos, matemáticos e altos funcionários da Coroa. Os últimos eram “dotados de formação cosmopolita ilustrada que permitia que fossem não só administradores eficientes”, mas hábeis “homens de ciência” (DOMINGUES, 2001, p.02). Os homens de ciência foram formados por instituições criadas pelo Estado, como a Academia Militar, o Colégio dos Nobres e a Universidade de Coimbra pós-reforma. A Coroa fornecia meios técnicos, humanos e financeiros para a realização de viagens científicas no Brasil, África e Ásia e os funcionários e cientistas “criaram e sustentaram uma rede de informação que permitiu ao Estado português setecentista” conhecer de maneira mais precisa as suas colônias, especialmente os domínios na América (Ibidem, 2004,p.02). Resumidamente, os órgãos da administração central localizada em Lisboa recebiam informações dos mais diversos pontos do Império. Eram enviados memórias, diários, relatórios, mapas, desenhos de espécimes e amostras de recursos naturais dos mais variados tipos e utilidades.

Segundo Ronald Raminelli, desde o início, a organização das expedições promovidas pelo Estado português tinha um caráter norteador, responsável por guiar os indivíduos à execução de tarefas e, apenas com observação desse propósito, é possível compreender as práticas administrativas e científicas. Para o autor:

A viagem era a ponta de lança da realização de reformas na economia, iniciada ao tempo do marquês de Pombal. Suas intervenções buscavam, ao mesmo tempo, criar vínculos de dependência entre as economias metropolitana e colonial, além de descobrir minas, diversificar a agricultura e as matérias-primas destinadas ao mercado lusitano e, por fim, consolidar a posse de terras americanas em disputa com a Espanha, ou conter os avanços britânicos no interior da África. De fato, as diretrizes da ciência e da colonização nem sempre se confundiam, nem sempre havia concordância entre a lógica científica e a lógica colonial (RAMINELLI, 2008, p. 101).

É importante ressaltar que os homens de ciência não cumpriam suas funções com a única e pura finalidade de contribuir para a ciência e cultura do Estado. Eles o faziam, principalmente, em busca de cargos e mercês, obedecendo regras e seguindo os principais interesses do grupo que detinha monopólios de poder e tributação. Com o passar do tempo, os naturalistas passavam a ocupar funções burocráticas, sempre obedecendo as metas colonialistas. Dessa forma, é possível perceber e conhecer o jogo de interesses na produção de conhecimento, no qual este assumia o papel de “bem de troca” (RAMINELLI, 2008).

As engrenagens revelam o sertão da Caatinga

Ao longo dos últimos 20 anos, diversos elementos têm sido adicionados às discussões historiográficas e, de forma considerável, têm favorecido um aperfeiçoamento dos argumentos que se sobrepunham na análise da história da América portuguesa do decorrer do século XVI até o início do século XIX. A sociedade colonial tem sido, então, percebida de uma maneira mais refinada, compreendida como um conjunto de estruturas ou relações sociais e, assim como tudo o que é inerente à condição humana, impregnada de fraturas e incoerências, já que as partes que a constituem encontram-se em constante movimento. Nesta pesquisa, buscamos compreender o funcionamento da engrenagem político administrativa do sistema colonial português através das viagens filosóficas realizadas no território do Brasil, mais especificamente na capitania do Maranhão e Piauí. Dentre os desígnios do projeto colonial do governo lusitano a partir do Iluminismo, destaca-se o de investir na ciência natural e seus ofícios de catalogação, classificação e coleta de novos espécimes para que, ao mesmo tempo, o Império Português se desenvolvesse cientificamente, mas também adquirisse recursos para expandir a economia. Todo esse processo dependia de agentes em diferentes posições que, unidos, trabalhavam para manter o Império forte e próspero (FRAGOSO e GOUVÊA, 2010, p.11-43). Em movimento, as engrenagens coloniais elucidaram potencialidades de regiões há muito consideradas devolutas, como é o caso dos sertões.

Esses recônditos espaços do Brasil foram acessados pelas viagens filosóficas, moldadas em instrumentos fundamentais do maquinário português após as reformas administrativas e educacionais. Em 1783, a primeira expedição partiu para a região da Amazônia e foi liderada pelo naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira. No ano de 1784, José Teles da Silva, recentemente nomeado governador do Maranhão, levou João Machado Gaio,

recém formado em Coimbra, para a capitania de Pernambuco e o encarregou de realizar uma viagem filosófica pela serra da Ibiapaba. Dessa forma, Machado Gaio foi o primeiro a empreender uma viagem de caráter iluminista pela caatinga. Analisando os produtos documentais da viagem de Gaio, Magnus Roberto Pereira (2012) considerou que o naturalista “não estava à altura de sua tarefa” e que elaborou memórias muito superficiais. Entretanto, Gaio enviou muitas remessas com espécimes da caatinga. Dentre os itens, destaca-se, principalmente, uma grande variedade de minerais.

Durante o período da administração de Martinho de Mello e Castro (1774-1795), não foram realizadas mais expedições com foco na região da caatinga. No entanto, como em algumas áreas a fauna e a flora dessa região se confundia com a zona da mata, ela era indiretamente incluída nas observações. O cirurgião Francisco Antônio de Sampaio coletou e descreveu diversos espécimes da região, especialmente alguns animais muito encontrados na caatinga, como o tatu, porco-espinho, mocó, cutia e preá (KURY E NOGUEIRA, 2018). Nos anos finais do século XVIII, D. Rodrigo de Sousa Coutinho assume o cargo de Ministro da Marinha e Ultramar e retoma a empreitada de explorar a região da caatinga. D. Rodrigo começou a atuar enquanto conflitos, como a independência das colônias inglesas da América do Norte, alarmavam Portugal. Diante da conjuntura bélica, o ministro buscou acelerar as buscas por salitre natural (PEREIRA, 2012). Nesse ensejo, Manuel Arruda Câmara foi incentivado a realizar buscas e estudar o salitre pelo sertão da capitania de Pernambuco e Ceará em 1797. Além do que lhe incumbiram, o médico e naturalista dedicou-se também a observar outros produtos naturais de interesse médico e econômico. Arruda Câmara descreveu variadas espécies de plantas para fins de cordoaria, como o caroá, ananás-pita, gravatá e corocatá. Além disso, descreveu detalhadamente o processo de extração de cera de carnaúba e o plantio e produção de algodão (KURY, 2012).

João da Silva Feijó percorreu a capitania do Ceará em busca de salitre e inclusive se envolveu em uma tentativa de produzi-lo em escala comercial, situação que rendeu uma acalorada controvérsia e sua retirada do trabalho com o minério (FERRAZ, 2012). Assim sendo, Feijó passou a estudar e remeter espécies botânicas, mas sua obra sobre a flora cearense não foi concluída. No mesmo período em que Feijó explorava a capitania do Ceará, o padre Joaquim José Pereira e o bacharel Vicente Jorge Dias Cabral realizaram uma expedição na capitania do Maranhão e Piauí. A maior parte das descrições feitas por Pereira

e Cabral são relacionadas à produção de salitre e à extração de tinta carmim a partir da cochonilha, mas os naturalistas também observam e descrevem, com maior profundidade, algumas plantas da região e os seus possíveis usos. A partir dessa expedição, nos deparamos com memórias anteriores de Pereira, nas quais os interesses principais são o clima e os meios de sanar os problemas decorrentes da seca. Esses documentos serão nosso caminho para revelar e discutir as mais diversas versões dessa paisagem que se faz de morta até exibir todo seu encanto ao mais leve sinal de chuva.

Para Simon Schama (1996), a paisagem é uma obra da mente, moldada tanto por recordações quanto por estratos de rochas. O sertão e a caatinga, como as demais paisagens que permeiam o Brasil, são espaços carregados de significados e representações compostas e ressignificadas ao longo do tempo. Nos distanciando das discussões mais profundas acerca das origens do termo e nos aproximando dos olhares e descrições presentes nos diários e relatórios, podemos revelar algumas camadas de lembranças e determinadas características da paisagem natural tal como descoberta nas viagens filosóficas empreendidas pela Coroa portuguesa sertões adentro. A região que outrora recebia a alcunha de inóspita em detrimento do litoral passa, então, a ocupar o cerne das preocupações dos mais distintos agentes do Império. Se tornaram fontes históricas as peças remanescentes das extensões que foram as viagens filosóficas para as engrenagens ultramarinas portuguesas. Idealmente articuladas para o melhor funcionamento da estrutura colonial, essas extensões e seus componentes, os viajantes, também funcionaram como regiões iniciais de processamento da natureza encontrada e remetida. Partindo de interações locais - pontos de contato em uma das extremidades das engrenagens - diferentes linguagens passaram ao idioma materno da modernidade ocidental (LATOURET, 2000).

No primeiro capítulo da dissertação discutiremos os ecos do Iluminismo no Império Português e como foi o processo de reorganização das instituições de ensino em Portugal. Logo em seguida, abordaremos os preparativos e a elaboração de instruções para as primeiras viagens filosóficas do Império. O segundo capítulo traz o debate sobre os sertões, onde se analisa, em um primeiro momento, a etimologia da palavra e todo o prisma de significados concernentes ao termo durante o período colonial. Na sequência do capítulo, deslocamos a análise dos sertões para as pessoas que habitavam e circulavam por esse território ou, melhor delimitando, como foram forjadas as relações entre indígenas, africanos e colonizadores. Por

fim, observamos quais viajantes se dedicaram a descrever e “desmistificar” a natureza em seus relatos e crônicas. O último capítulo apresenta, então, o sertão do Piauí especificamente através das lentes do padre Joaquim José Pereira e do bacharel Vicente Jorge Dias Cabral, que foram incumbidos pela Coroa de registrar e recolher amostras de produtos naturais, acompanhadas de suas finalidades nas artes de curar, construção, alimentação e tinturaria.

Capítulo I. A História Natural em Portugal

Os séculos XVIII e XIX são caracterizados pelo fluxo de homens de ciência percorrendo o globo terrestre com o intuito de conhecer todo o seu território e de registrar os recursos naturais existentes, assim como suas utilidades nas áreas da indústria, tratamento e cura de enfermidades, agricultura, construção etc. Os produtos recolhidos, as memórias e os desenhos eram enviados para museus de história natural, onde eram classificados e dispostos de acordo com os métodos existentes no período, como por exemplo o *Systema Naturae* de Lineu.¹ Para isso, foi necessário que as barreiras geográficas fossem transpostas e a troca de informações se tornasse constante entre as mais diversas partes do mundo.

O Império Português também participou dessa jornada em busca do conhecimento e do controle da natureza. Organizando mudanças no sistema educacional universitário e financiando viagens as quais denominou de “filosóficas”, pois seu principal objeto de pesquisa era a interpretação da natureza nos mais diferentes âmbitos concernentes à filosofia natural, tais como química, física, matemática, botânica, zoologia e mineralogia, Portugal promoveu expedições para as suas colônias na América e África, através das quais é possível observar e analisar o funcionamento da engrenagem administrativa colonial e seus reflexos no setor econômico, social e científico. As expedições filosóficas resultaram em um conjunto

¹Na obra *Dicionários dos termos técnicos de História Natural* redigida em 1788, Domenico Vandelli se dedica a repassar aos seus alunos os conceitos básicos e os termos do *Systema Naturae*. Originalmente publicado pelo sueco Carl Linné em 1758, essa obra foi responsável por ter desenvolvido um sistema taxonômico, que nomeava cada espécie como uma unidade de classificação designada de acordo com as suas características e origem, organizando as espécies de acordo com as semelhanças comuns e o gênero. COSTA, Raissa Barbosa. Os manuais de ciência de Domenico Vandelli: uma análise historiográfica da obra “Diccionario dos termos technicos de Historia Natural” In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 16., 2018, Campina Grande, Anais do 16º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia -- Rio de Janeiro : Sociedade Brasileira de História da Ciências, 2018.

de documentos escritos e em coleções de amostras de espécimes naturais que evidenciam as representações da natureza durante os séculos XVIII e XIX (PATACA, 2006).

O objetivo deste capítulo é traçar um panorama do contexto em que as viagens filosóficas foram realizadas, facilitando a compreensão do funcionamento da engrenagem político administrativa do Império português ao longo do século XVIII, iniciando com uma breve discussão sobre como o Iluminismo se apresentou no território luso e as mudanças ocorridas em decorrência desses novos ideais. A criação e a reforma de centros educacionais e científicos, como o Complexo da Ajuda, a Universidade de Coimbra e a Real Academia de Ciências, teve o propósito de formular um novo conhecimento, no qual a implantação, o desenvolvimento e a consolidação de atividades científicas estavam imbricadas aos interesses do Estado e de particulares.

Nesse contexto, realizamos uma análise acerca dos manuais de instruções organizados para os viajantes naturalistas do império português, especialmente o primeiro manual escrito por Domenico Vandelli em 1779, buscando entender os detalhes de cada etapa do processo de preparo das expedições. Em seguida, discutiremos as primeiras viagens filosóficas no ultramar, assim como as mudanças e permanências na administração de D. Rodrigo de Sousa Coutinho. As viagens científicas realizadas no governo de D. Rodrigo se diferenciavam das anteriores por terem uma maior flexibilidade geográfica e, dentre as capitanias que receberam viajantes, destaca-se a capitania do Maranhão e Piauí, que é o recorte espacial da presente pesquisa.

Iluminismo em Portugal

Pensar a cultura portuguesa requer muita cautela, especialmente após a Restauração, pois há uma constante produção discursiva com o propósito de reafirmar na memória a ideia de uma cultura perdida na escuridão e ignorância. Como observa Júnia Furtado (2012. p. 37), “destaca-se a concepção, já presente na própria elite intelectual portuguesa da segunda metade do século XVIII e incorporada por boa parte da historiografia, de que a cultura portuguesa se encontrava até então mergulhada na escuridão”, ainda imóvel com o peso da inquisição e pela tradição arcaica da nobreza. Essa vertente historiográfica tem sido muito discutida. O historiador português Sebastião da Silva Dias (1953), ao abordar os aspectos da Restauração de 1640 e o impacto desse evento para o âmbito cultural de Portugal, diz que “a

renovação da cultura nacional se deve quase exclusivamente à influência dos estrangeiros e estrangeirados. A primeira metade do século XVIII foi teatro de uma luta intensa entre o elemento cosmopolita e o elemento sedentário da nação” (DIAS, 1953, p.114).

Nos distanciando um pouco da imagem obscura e atrasada de Portugal, há um importante aspecto a ser discutido sobre o Iluminismo português, que diz respeito à história da Ilustração, que tem adotado o modelo francês como representante do movimento por toda a Europa. Grande parte das interpretações sobre o movimento iluminista tem se caracterizado por delinear sua concepção a partir do pós-Revolução Francesa, “quando sua feição antimonárquica e anticatólica se tornou efetivamente hegemônica na França revolucionária.” (FURTADO, 2012, p. 36).

Para Júnia Furtado, é nesse ponto em que “esquece-se que o Iluminismo nasceu como instrumento do Estado absolutista e teve nos monarcas, como foi o caso de Luís XV ou de Dom João V, seus principais incentivadores” (Ibidem, p. 36). Seguindo esse olhar, percebe-se que a historiografia tem apresentado falhas e equívocos ligados ao conceito de Iluminismo, pois, em muitos casos, adere-se a essa ideia, como se o movimento tivesse sido similar em todas as regiões da Europa, ou seja, de forma completamente homogênea.

É justamente nesse ponto em que Portugal é percebido como desvio do Iluminismo segundo os moldes europeus, ou como uma derivação “de sua fonte original francesa, por isso mesmo incompleto e inacabado”, mas essa noção não foi construída apenas em torno de Portugal, salvo algumas poucas exceções. Ela se expande para outras regiões que se enquadram como periféricas, tais como a Escócia, as Américas e até mesmo a Espanha (Ibidem, p. 38). A partir da análise do Iluminismo português de uma maneira mais plural, nos parece apropriado discorrer sobre seus ecos no território luso, de como esse Iluminismo se desenvolveu e os impactos que gerou no âmbito científico e na administração das colônias.

Começaremos com o reinado de Dom João V (1707-1750), também conhecido como período áureo da mineração no território do Brasil, pois, com os lucros adquiridos nessa época, foi possível a realização de diversos empreendimentos na área das ciências e das artes. Como indica Lília Moritz Schwarcz (2002, p.74-76), utilizando uma rede de funcionários nos principais centros europeus, Dom João adquiriu livros clássicos e modernos para compor a sua biblioteca Real. Seu interesse não se resumia apenas em tê-los, como também o levou a

fomentar a impressão e a encadernação dentro de Portugal.² Além da biblioteca Real, o rei fundou a Academia Real da História Portuguesa, que tinha como missão valorizar os intelectuais e tecer relações dentro e fora do reino.³

Na visão de Júnia Furtado, a inauguração da Academia “serviu aos propósitos dessa elite pensante de formulação de um novo conhecimento, que deveria ser construído segundo as regras do método cartesiano” (FURTADO, 2012, p. 51) e, como a submissão para a publicação estava restrita a regras e métodos, tomava formas e estatutos científicos. Dentre essas regras, estava a condição de que todo texto histórico produzido pelos membros deveria partir de uma análise rigorosa, na qual as fontes encontradas deveriam ser submetidas à crítica. Esse tipo de história tinha completa ligação com o poder e, por essa razão, era principalmente uma história político-administrativa.

Analisando as perspectivas sobre as fontes e o cunho administrativo, “decorria a necessidade de recolha e de organização dos documentos a serem utilizados, que eram principalmente os oficiais, produzidos pelo próprio Estado” (Ibidem, p.51). Por meio dessa estreita ligação entre ciência e interesse do Estado, iniciou-se uma série de financiamentos em áreas como engenharia, cartografia, astronomia e história natural. Esse último campo teve sua institucionalização de forma gradual no decorrer do século XVIII (ELIAS, 2001).

Nos termos apresentados por Silvia Figueirôa, a instituição se trata de um “processo de implantação, desenvolvimento e consolidação de atividades científicas num determinado espaço-tempo histórico”. Dentre as muitas implicações, está a instauração de um conjunto de atividades no qual os “elementos mais visíveis são as chamadas instituições científicas, mas na qual também presentes igualmente, a comunidade científica, os diferentes apoios dos grupos sociais, os interesses do Estado e de particulares”. Para Figueirôa, essa maneira de enxergar a institucionalização aumenta as chances de rastrear as singularidades nos processos vividos localmente. Dessa forma, “um museu e uma revista, embora apresentando características próprias e diferentes, serão igualmente consideradas instituições ou espaços institucionais.” (FIGUEIRÔA, 1992, p. 24-25). Partindo dessa premissa, o empenho de Dom

² Dentre os primeiros livros que chegaram à biblioteca estavam Grotius, Tomasio, Locke, Boerhaave, Kepler, Bayle, Torricelli, incontáveis dicionários e enciclopédias. Assim como traduções de obras francesas e atas de Academias científicas Europeias. In: Ana Cristina Araújo. P, 30.

³ Segundo Ana Lúcia Barbalho, durante o período joanino, o interesse com relação a História Natural em Portugal conformava-se apenas com a utilização das plantas para fins medicinais, salvo uma ou outra exceção. Mas, enquanto isso, alguns países da Europa estavam catalogando, recolhendo e descrevendo os produtos da natureza. In: CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da. Verdades por mim Vistas e Observadas, Oxalá foram Fábulas Sonhadas: Cientistas brasileiros do setecentos, uma leitura auto-etnográfica. Curitiba, 2004. Tese. p, 50.

João na fundação da Academia Real e na criação da Real Biblioteca foi fundamental para o processo de institucionalização do campo científico da história natural em Portugal. Em espaços como a Academia e a Biblioteca Real, os conhecimentos foram produzidos em uma rede de relações entre intelectuais estrangeiros e membros da pátria.

Letrados das mais variadas partes da Europa, incluindo Portugal, partiram em busca do conhecimento natural com o intuito de registrar e escrever a mais completa obra de história natural, o que não só levaria mérito ao autor, como também elevaria o nome do seu monarca e do seu reino. Na época de D. João V, a história natural representou uma importante oportunidade de ascender entre os notáveis através do sucesso científico, mas foi no período governado por D. José I (1750-1777) que a filosofia natural adquiriu formas mais sólidas atreladas à prática do ensino e onde muitos ramos do conhecimento passaram a ser valorizados. Dentre estes, está a física experimental, muito bem quista por D. José, que demonstrava real entusiasmo pela área e que concedeu uma adequada estrutura para o seu progresso. Segundo Isabel Gouveia (2000), a seção do palácio da Ajuda dedicada à física era uma das mais completas e o seu uso era destinado à família real, especialmente ao príncipe D. José, cuja afeição pela Arte Militar, Geometria, Matemática, entre outros, o levava a, além de “frequentar as sessões de Filosofia Experimental na Casa das Necessidades e de realizar pessoalmente experiências no seu gabinete de Física, assistisse a ensaios de máquinas aerostáticas” (GOUVEIA, 2000, p. 54).

Os empreendimentos realizados por D. José obtiveram o auxílio de Sebastião José de Carvalho e Melo, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros. O período correspondente ao seu governo tem como características uma série de reformas nos setores econômico, político, administrativo e social, mas também é lembrado por um marco importante na história de Portugal, o terremoto que atingiu o centro de Lisboa.⁴ Segundo Ana Lúcia Barbalho Cruz(2004):

Os relatórios de época registravam a destruição total do centro de Lisboa e um saldo de cerca de dez mil mortos. O inesperado do terremoto, a desolação e o horror causado naqueles que o viveram chocou toda a Europa, causando inquietação e perplexidade para além das fronteiras de Portugal.

⁴ Segundo Barbalho, o próprio monarca D. José só não morreu no terremoto porque no período em que ocorreu, estava na casa de veraneio na cidade de Belém. D. José ficou tão abalado e desolado que jurou nunca mais residir em um edifício de alvenaria, e então deslocou-se para a Ajuda, abrigando-se no palácio do conde de Óbidos enquanto aguardava a construção de sua nova morada. Feita em madeira, a grande residência que mandou construir, não deixava de ser um palácio, porém, incomum e precária.”

Os cientistas, atônitos com o poder de destruição incontrolável da natureza, os teólogos, invocando motivos divinos para castigo tão terrível, todos, tomados de perplexidade, procuravam, perturbados, entender o insólito do acontecido (CRUZ, p, 82).

A catástrofe que despedaçou parte de Lisboa, além de ter gerado medo e destruição, também serviu para atrair olhares da comunidade internacional de cientistas e filósofos e levou a debater sobre as possíveis causas do fenômeno “e surgiram estudos como o Tratado sobre a causa phisica de los terremotos, explicado por los phenomenos electricos” (CASTEL-BRANCO, 1999, p.36). Esse cenário de terror em Portugal pode, segundo Cruz, ter sido um dos responsáveis pela concentração de poder nas mãos de Sebastião Carvalho e Mello que, mais tarde, seria o responsável por uma série de reformas no sistema educacional português. Em decorrência da criação do Colégio Real dos Nobres e da reforma nos estatutos da Universidade de Coimbra, D. José “convidou alguns naturalistas para lecionar em Portugal, constituindo a missão científica italiana, na qual estavam o engenheiro Michelle Ciera, o matemático Michel Franzini, o químico G. A. Dalla Bella, o jardineiro Júlio Mattiazzi e o botânico Domenico Vandelli.” (PEREIRA, 2013. p, 54).

Reformas nos Estatutos da Universidade de Coimbra

Segundo Mary Louise Pratt, por volta da segunda metade do século XVIII, havia uma estreita ligação entre ciência, comércio e dominação colonial. Voltando-se especialmente para a literatura de viagem produzida a partir de 1755, Pratt propõe uma visão diferente acerca das relações mantidas entre a metrópole e as colônias,⁵ assim como põe em contraposição o saber nativo e ao saber europeu, sendo o viajante aquele que recebe o conhecimento de ambas as partes. No que concerne ao governo português, essas três áreas conectadas com o naturalismo voltado para a economia foram legitimadas e difundidas por figuras políticas do período que acreditavam que, a partir dessas medidas, o Estado se desenvolveria culturalmente e economicamente.⁶

⁵ PRATT, Os Olhos do Império, p. 64-72.

⁶ Um outro termo que poderia vir a ser utilizado ao invés de naturalismo com fins econômicos, seria o “naturalismo econômico”, termo criado por José Luis Cardoso (1988) e utilizado por outros historiadores. O termo diz respeito ao governo português e à elaboração do projeto de expansão econômica através do estudo e prática da Filosofia Natural.

O papel dado à Universidade de Coimbra foi o de centro responsável pela circulação de membros da elite em um espaço pluricontinental que incorporava tanto os domínios ultramarinos, quanto o próprio continente europeu. A partir de uma perspectiva secular, na tentativa de compreender a função cultural e social da UC, é indispensável atentar para dois ângulos: o do privilégio daqueles que puderam se formar, mais especificamente, na área do Direito e da Medicina; e o das modificações ocorridas no currículo dos saberes, principalmente no pós-reforma de 1772, quando foram acrescentadas inovações que reverberam, dentre muitos aspectos, na capacidade de intervenção na estrutura social do Império (FONSECA, 2017, p.31).

Domenico Vandelli enxergava nas viagens filosóficas a oportunidade de inventariar o potencial natural do território pertencente ao reino de Portugal para o avanço econômico. Quando se refere à botânica, Vandelli escreve: “Por quanto, com o conhecimento Botânico adquirido nos mais celebres Jardins, tem os Inglezes, e Francezes examinado, e reconhecido a maior parte das plantas que nascem nas suas conquistas da America, e tem tirado immensa utilidade, e cada vez poderaõ tirar maior lucro.” No que diz respeito ao estudo e observação da fauna, Vandelli acredita que:

O estudo da Zoologia não consiste em simples conhecimento dos nomes de cada animal; mas é necessário saber quanto for possível a sua anatomia, seu modo de viver, e multiplicar, os seus alimentos, as utilidades, que desses se podem tirar; e saber aumentar, e curar, e sustentar os que são necessários na economia; procurar descobrir os usos daqueles que ainda não conhecemos imediatamente, ou extingui-los se são nocivos, ou defender-se deles. Os naturalistas antigos conheciam as minas de ferro; mas a falta de observar a propriedade de uma, que é o Magnete, a qual mostra o Norte, é quem privou os antigos por tantos séculos do comércio com as Nações mais distantes, e de saber a grandeza, e figura da Terra.⁷

Vandelli também defendia que, durante a viagem, o naturalista não deveria se abster de analisar detalhes minuciosos da paisagem, como a verificação do tipo de terra e que vegetais ela seria mais propensa a desenvolver, a dedicação para observar e catalogar os minerais, tais como os metais e semimetais, os sais, pedras e enxofres, para posteriormente elaborar projetos voltados para a extração.⁸ No ano de 1772, Vandelli assume o cargo de lente

⁷ VANDELLI, Domenico. *Memória sobre a utilidade dos jardins botânicos*: a respeito da agricultura e principalmente da cultura das charnecas. In: Disponível em <https://books.google.com.br>

⁸ Vandelli realizou diversas viagens na região da Itália, seu país de origem, como também no território português. O mesmo trocava correspondência com naturalistas e entusiastas do naturalismo, o que era de suma importância tanto para as relações políticas, quanto para fins de conhecimento sobre o que foi encontrado no território. Essas relações o auxiliaram na expansão do conhecimento acerca do potencial mineral, animal e vegetal do reino. Vandelli recebia algumas das coleções de história natural vinda das colônias e as sistematizava

de química experimental e de História Natural na Universidade de Coimbra, onde inicia a formação da primeira turma de naturalistas do reino, dentre os quais, alguns se tornaram seus discípulos. Ele também foi responsável pela criação e direção de alguns centros científicos construídos dentro da Universidade de Coimbra como, por exemplo, o Gabinete de História Natural, o Jardim Botânico e o Laboratório de Química.

A reforma nos Estatutos da UC foi fomentada pelo Marquês de Pombal e é objeto de uma vasta bibliografia, mas o propósito neste texto não é o de mergulhar profundamente em todas as questões que dizem respeito à administração de Pombal. O interesse aqui é na maneira como foram formados os primeiros alunos que partiram para as colônias nas viagens filosóficas. No que diz respeito ao âmbito educacional, Pombal conseguiu expulsar os inicianos, o que no momento se configurou como uma vitória e, simultaneamente, como um imprevisto. Segundo Magnus Roberto Pereira e Ana Lúcia Barbalho Cruz (2009): “Durante quase dois séculos, eles haviam dominado todo o aparato educacional, do ensino fundamental à universidade, no reino e nas colônias. Quanto ao ensino médio, este não existia fora da Companhia” (Ibidem, p.13). Uma reforma educacional se tornou urgente e essencial.

Para Ricardo Cabral de Freitas (2017), as críticas feitas em torno da participação dos jesuítas na UC não questionavam a validade e o papel da Igreja católica enquanto uma instituição importante para a manutenção da ordem social. A crítica era voltada para um “suposto isolamento do reino às renovações de ideias políticas, econômicas e filosóficas que estavam em voga em outras regiões da Europa”(FREITAS, 2017, p.20). Em razão disso, era necessário intensificar o poder régio perante o da Companhia de Jesus, ainda que tivessem que ressaltar outras ordens religiosas, como aconteceu no contexto dos Oratorianos. Mas foi somente após a morte de D. João V e com a subida de D. José I ao trono que as discussões intelectuais assumiram traços mais fortes e iniciou-se o período de reformas realizadas no Império (Ibidem, p.18-21).

No processo de reformulação dos estatutos, três faculdades consideradas tradicionais da UC foram reorganizadas: a Faculdade de Teologia, Cânones, Leis e Medicina. Outras duas Faculdades foram criadas, a de Matemática e a de Filosofia. Ambas, em conjunto com a Faculdade de Medicina formavam o que Costa (2000) chama de” huma mesma congregação

no Real Gabinete de História Natural da Ajuda. No ano de 1773, essas coleções foram levadas para Coimbra, mas antes de realizar o transporte, Vandelli selecionou adequadamente as produções artificiais e naturais existentes, para que dessa forma, o Real Museu de Ajuda mantivesse em seu núcleo uma duplicata de cada espécie. A coleção que ficaria em Coimbra passou a receber produtos provenientes de outras expedições, tanto do próprio Vandelli quanto dos seus posteriores alunos.

Geral.” Décio Ruivo Martins (2000) nota que, segundo os novos Estatutos, a área que comportava as Ciências Físico-Matemáticas era o campo do conhecimento mais exaltado em meio aos conhecimentos naturais, sendo apreciada pela exatidão do método e a profunda capacidade na análise das suas doutrinas. Por isso, o estudo nesse campo foi considerado essencial no currículo de todos os estudantes da UC (Ibidem, p. 72-75). Na segunda parte do Livro III dos Estatutos, no item que faz referência à Matemática, há um notável elogio sobre a importância do curso:

Têm as Mathematicas uma perfeição tão disputável entre todos os conhecimentos naturais, assim na exatidão luminosa do seu Método, como na sublime e admiravel especulação de suas doutrinas, que Ellas não somente e em rigor, ou com propriedade merecem o nome de Sciencias, mas também são as que tem acreditado singularmente a força, o engenho, e a sagacidade do homem.

Por elas (as matemáticas) se regulam as Épocas, e Medidas dos tempos; as situações Geográficas dos Lugares; as demarcações e medições dos Terrenos; as manobras, e derrotas da Pilotagem; as operações táticas da Campanha, e da Marinha; as construções da Arquitetura naval, Civil, e Militar; as Maquinas, Fabricas, artificios, e Aparelhos, que ajudam a fraqueza do homem a executar, o que de outra sorte seria impossível às suas forças; e uma infinidade de outros subsídios, que ajudam e promovem, e aperfeiçoam vantajosamente um grande número de Artes úteis, e necessárias ao Estado. Por todas estas razões pede o Bem público dos meus Reinos, e Senhorios, que entre os meus Vassallos haja sempre mathematicos insignes, de cujas idéias se utilizem os Povos e que possam ser proveitosamente empregados no meu Real serviço (ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1772).

Os estudantes do curso de Matemática também deveriam frequentar aulas de desenho civil e militar, onde desenvolveriam aptidão em desenho e este tornava os estudantes aptos para cumprir a função de riscador durante as viagens científicas (MARTINS, 2000, p.74). Para além dos desenhos cartográficos e topográficos, o estudante deveria entender e desenvolver habilidades sobre como desenhar recursos naturais, como a fauna e flora, com iluminação ou ausência dela, de maneira que os traçados exprimissem a exatidão e o primor necessário (CRUZ, p,121). Nesse período, o desenho, disciplina que ainda tentava se afirmar no meio acadêmico, era percebido como uma conexão entre o mundo da apreciação da natureza e o da produção do conhecimento (FARIA, 2001, p.23).

Nos anos finais do século XVIII, a arte de curar era composta por três ramos. Estes seriam medicina, cirurgia e farmácia, dos quais o primeiro era considerado como doutrinal e os demais se enquadravam no que chamavam de “artes mecânicas”. O curso de medicina era

composto por disciplinas tanto de cunho teórico quanto prático. No ano inicial do curso, o estudo era voltado para Arte Farmacêutica e Matéria Médica. O 2º ano possuía disciplinas voltadas para anatomia, operações cirúrgicas e Arte obstetrícia. O 3º e o 4º tinham enfoque nas disciplinas de Instituições-cirúrgicas e Aforismos. Os dois últimos anos eram destinados à prática e cirurgia.⁹

Segundo Pita (2000), três estabelecimentos foram criados para receber os alunos de medicina: o Dispensatório Farmacêutico, que tinha como função fornecer a formação na área de farmácia aos alunos de medicina e garantir medicação aos enfermos que se encontravam no Hospital escolar, assim como era onde se formavam os boticários.; o segundo estabelecimento seria o Hospital Escolar, fundado para atender a demanda do curso de medicina; e por último o Teatro Anatômico, que era voltado para o curso de cirurgia.¹⁰ A criação desses estabelecimentos foi importante no processo de reorientação do estudo da medicina, pois através deles se tornou possível que os alunos aprofundassem os conhecimentos nos ramos da fisiologia, patologia e no próprio exercício da prática médica (FREITAS, 2017, p. 32).

O Real Museu de história natural

Segundo o Título VI da legislação que diz respeito ao curso Filosófico nos Estatutos da Universidade de Coimbra, o Museu e o Jardim botânico são criados sob as seguintes condições:

Sendo manifesto que nenhuma coisa pode contribuir mais para o adiantamento da História Natural do que a vista contínua dos objectos que ela compreende, a qual produz ideias cheias de mais força e verdade do que todas as descrições as mais exactas e as figuras mais perfeitas, é necessário, para fixar dignamente o estudo da natureza no centro da universidade, que se faça uma coleção dos produtos que pertencem aos três Reinos da mesma Natureza. (...) Por esta razão Hei por bem, e Sou servido ordenar que o Reitor, tanto por

⁹ No ano inicial do curso de medicina, o conteúdo visto na disciplina de Matéria Médica tinha como intuito a instrução sobre os produtos naturais com utilidade no meio médico. Ao redor da sala onde as aulas eram ministradas havia armários e estantes com amostras de bálsamos, sementes, óleos, gomas, cascas, raízes e partes de animais e minerais e, no decorrer do ano letivo, os alunos teriam uma aula por semana no Laboratório Químico, no qual aprenderiam a preparar os medicamentos. In: BARBALHO, p. 122-123.

¹⁰ Nas reformas empreendidas na Universidade de Coimbra em 1772, foi criado um curso para a formação de boticários, apesar de este curso já ser existente desde o final do século XVII. Resumidamente, com a reforma, todos aqueles que quisessem se tornar boticários deveriam cursar dois anos do curso de Química e dois anos no Dispensatório Farmacêutico.

si como junto com a congregação da Faculdade e com a Congregação Geral das Ciências, tenha o cuidado de procurar fazer a dita coleção do modo mais completo que for possível, e de a enriquecer cada vez mais com novos produtos da Natureza que se acharem tanto nas suas operações regulares como nas monstruosas. (CARVALHO, p. 45-46)

Segundo Rômulo Carvalho, no século XVIII havia o hábito comum de se organizar coleções de produtos vindos da natureza, como partes de animais empalhados e conchas, plantas vivas ou dissecadas, pedras e cristais. As pessoas que possuíam essas coleções variavam entre aquelas com algum interesse real pela área científica ou apenas nobres com o intuito de tornar seus salões mais interessantes e de exibir suas riquezas. No entanto, o costume de manter esse tipo de coleção já existia desde a época dos “Descobrimentos e das conquistas”, visto que, através do contato no Atlântico, se tornou possível obter espécimes considerados exóticos e fazer comparações entre as mais distintas regiões do Ocidente (Ibidem, p.46).

Em relação a esses gabinetes particulares há uma crítica na seção que faz referência à construção do Museu, na qual o redator observa que esse tipo de gabinete com acesso restrito não tem nenhuma utilidade pública e, por muitas vezes, acaba ficando sob a proteção de herdeiros que não tem nenhum apreço pelos itens. Nesses casos, os herdeiros que não tivessem interesse em manter a coleção deveriam se dirigir ao Real Museu e entregar seu acervo para que este pudesse ser de domínio público e para auxiliar na instrução dos jovens estudantes de História Natural. Sendo assim, aqueles que o fizessem receberiam mercês em troca do serviço prestado (CARVALHO, p. 47).

O aspecto que adquiriu maior destaque nas atividades científicas e museológicas realizadas no complexo da Ajuda foi, até agora, o das viagens filosóficas. A concretização do projeto de expedições mobilizou o setor público e científico e “- à Coroa coube o financiamento e coordenação das expedições, ficando o seu apetrechamento técnico e a transmissão da cultura profissional aos viajantes-naturalistas a cargo do Museu e Jardim Botânico” (BRIGOLA, 2003, p.248). Se analisarmos a partir da perspectiva das instituições museológicas, as expedições trouxeram resultados enriquecedores para as coleções de produtos naturais e exóticos, e na composição de relatórios investigativos cuja importância e repercussão no âmbito do desenvolvimento da História Natural ainda permanece em discussão (Ibidem, p.249).

Nos Estatutos ainda constava que, para a coleta dos produtos naturais advindos de qualquer lugar, haveria uma sala de tamanho adequado, subdividida em três compartimentos, de acordo com os três reinos da natureza, procurando-se ao máximo que os produtos estivessem ordenados metodicamente seguindo suas classes, gêneros e espécies. Os Estatutos também determinavam que a intendência do Gabinete deveria pertencer “ao lente de História Natural sob a inspeção da Congregação” e que deveria existir um catálogo minucioso de tudo que consta no patrimônio do Museu” (CARVALHO, p. 48), para que, a partir dele, se pudesse encontrar qualquer que fosse o item que se procurasse. Assim como deveriam investir na conservação do material e o Reitor, acompanhado da Congregação da Faculdade, tinha a missão de visitar o Gabinete regularmente no final de cada ano letivo para analisar em que estado se encontrava o Museu e tomar as medidas necessárias para resolver os possíveis problemas (Ibidem, p. 48).

Em 1794, pouco depois da morte de Júlio Matiazzi, Martinho de Melo e Castro recomendou que Alexandre Rodrigues Ferreira organizasse um inventário dos bens materiais do Complexo da Ajuda, incluindo todo o acervo de espécies naturais e instrumentos utilizados. Todo o documento foi editado ao longo de 60 dias e resultou no *Inventário Geral e Particular de todos os Productos Naturaés, e Artificiaés, Instrumentos, Livros, Utensiz e Moveis pertecentes ao Real Gabinete de História Natural, Jardim Botânico, e suas cazas annexas*. A importância dada a esse registro minucioso tem respaldo por ser o único documento dessa natureza que hoje pode ser averiguado. Outra questão não menos importante é o contexto em que esse inventário foi produzido, justamente no período da reforma administrativa e científica e no momento em que os recursos naturais estavam chegando da África e do Brasil para serem armazenados e organizados museologicamente (BRIGOLA, 2003, p.319-320).

O Jardim Botânico de Coimbra

O surgimento dos jardins botânicos tem muito em comum com o dos museus naturais, pois os jardins começaram a ser difundidos na Europa desde o século XVI, normalmente como anexo das residências dos nobres e das universidades.¹¹ Segundo Cristina

¹¹ Júlio Augusto Henriques (1870) lista os Jardins botânicos mais antigos na seguinte ordem: Pisa em 1544; Pádua em 1546; Bolonha em 1568, Montpellier em 1593; Paris em 1635; Oxford em 1640 e, Madrid em 1755.

Castel-Branco, a edificação do Jardim Botânico ao lado do palácio do rei localizado na Ajuda pode ser analisada enquanto consequência do terremoto ocorrido em 1º de novembro de 1755. E, apesar de ter sido uma construção inesperada, a localização da obra do jardim se mostrou completamente adequada, pois garantiu na época e, através dos séculos, que fornecesse boas condições para o cultivo e manutenção das espécies herbáceas, pois o clima dos terraços do jardim possui temperaturas que nunca atingem graus negativos, por conta da sua proximidade do mar (CASTEL-BRANCO, 1999, P.20-21).

No século XVIII, os Estatutos Pombalinos dedicaram o capítulo II do Título VI do curso filosófico à criação do Jardim botânico para que “ nele se cultive todo o género de plantas e, particularmente, aquelas das quais se conhecer ou esperar algum préstimo na Medicina e nas outras Artes, havendo o cuidado, e providência necessária, para se ajuntarem as plantas dos meus Domínios Ultramarinos” (1772, p.358 apud CARVALHO, p.60), nos quais haveria incontáveis riquezas pertencentes ao Reino Vegetal.¹² O complexo da Ajuda assumia a função de um centro experimental intimamente conectado às políticas e estratégias ultramarinas da corte. O lugar recebeu plantas e sementes de diversas regiões do globo e especialmente dos territórios pertencentes à Coroa portuguesa, tendo funcionado como uma espécie de palco de exposição, aclimação e redistribuição de espécimes botânicos (MENDONÇA, 2008, p.04).

Assim como a direção do Gabinete de História Natural pertencia ao lente responsável pela disciplina, a direção do Jardim botânico também, ficando sob a supervisão da Congregação da Faculdade. O lente teria a seu dispor um jardineiro hábil para a cultura e o tratamento das plantas. No trabalho, o jardineiro teria o cuidado de organizar as plantas seguindo a natureza do terreno. E na Universidade, o lente possuía a obrigação de fazer a demonstração das plantas no Jardim todas as vezes em que fosse solicitado, especialmente no período em que floresciam, pois nessa época era mais simples discernir os caracteres de cada planta. Tudo isso para garantir a instrução adequada dos estudantes (Ibidem, p. 59-61).

Em correspondência do início de 1772 dirigida ao reitor da Universidade de Coimbra, o Marquês de Pombal comunicava que havia atribuído a Domenico Vandelli a função de escolher, dentro do espaço pertencente à Universidade de Coimbra, o terreno adequado para a

¹² O Jardim Botânico de Coimbra não pertence unicamente a Faculdade de Filosofia, mas também a Faculdade de Medicina, visto que nele se cultivava as plantas úteis na Medicina. Sendo assim, a cada final de ano letivo, as Congregações de ambas as faculdades iriam visitar o jardim e resolver os problemas ou buscar suprir as necessidades existentes. In: CARVALHO, p.61.

construção do Jardim Botânico.¹³ Em fevereiro de 1773, o terreno já teria sido determinado e aguardavam a chegada do arquiteto Guilherme Elsdén para início da execução do projeto. Quando Elsdén chega, se junta a Vandelli para delinear os pormenores do projeto e, ao terminar, o enviam para o marquês, esperando a aprovação. Mas alguns meses depois, quando o marquês responde a carta, se queixa pelos custos exacerbados:

[...]. Eu porém entendi até agora, e entenderei sempre, que as coisas não são boas porque são muito custosas e magníficas, mas sim, e tão somente, porque são próprias e adequadas para o uso que delas se deve fazer. Isto que a razão me ditou sempre vi praticado especialmente nos Jardins Botânicos das Universidades de Inglaterra, Holanda e Alemanha, e me consta que o mesmo sucedeu na de Pádua, porque nenhum destes foi feito com dinheiro português. Todos estes Jardins são reduzidos a um pequeno recinto cercado de muros, com as comodidades indispensáveis para um certo número de ervas medicinais, e próprias para o uso da Faculdade Médica, sem que se excedese delas a compreender as outras ervas, arbustos e ainda árvores das diversas partes do mundo em que se tem derramado a curiosidade, já viciosa e trancedente dos sequazes de Lineu...(1773, p.122 Apud, HENRIQUES, 1870, p.11)

Diante da indignação do marquês e, tendo o mesmo recusado o plano, Vandelli e o arquiteto tiveram de preparar um outro projeto, menos grandioso, no qual deveriam constar apenas as ervas medicinais vistas como indispensáveis para as aulas de botânica e do curso de medicina, “deixando-se para outro tempo o que pertencer ao luxo botânico que actualmente grassa em toda a Europa” (POMBAL, 1773, p. 122 apud CARVALHO, 1987, p. 63). O plano foi alterado e a construção do Jardim foi lenta e gradual, mas, ao final, a obra estava graciosa¹⁴ precisando apenas de um jardineiro oficial que se prestasse a plantar e cuidar das espécies vegetais adequadamente. O jardineiro selecionado foi o italiano Júlio Mattiazzi, mas este se dedicaria apenas a organizar o jardim na fase inicial e, em seguida, o português João Rodrigues assumiria tal função (HENRIQUES, 1870, p.11).

O interesse na criação e manutenção do Real Jardim Botânico não se resumia apenas à instrução dos estudantes, mas também servia, em larga escala, para realização de experiências

¹³ “ O Jardim Botânico da Ajuda foi construído na encosta sul da Serra de Monsanto, ligado ao antigo Palácio dos Condes de Óbidos, protegido dos ventos predominantes. É uma área de declive entre 8% e 15% em gradiente, com a entrada superior do jardim, na Calçada do Galvão, a 85 metros, e o ponto mais baixo, próximo à Rua do Jardim Botânico, a 70 metros. Em termos administrativos, pertence à freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, concelho de Lisboa.” (CASTEL-BRANCO, 2000, p.01)

¹⁴ Segundo Rômulo Carvalho, o jardim de Coimbra foi construído com séculos de atraso em relação aos outros jardins da Europa: “ Pisa, que criara o seu jardim Botânico em 1544; Pádua, no mesmo ano; Bolonha, em 1568; depois Leida, Leipzig, Montpellier, todos no século XVI; Paris e Oxford, no século XVII; Madrid, em meados do século XVIII; e agora nós, em finais do mesmo século”. In p.64

com o cultivo de plantas para fins econômicos como, por exemplo, auxiliar o desenvolvimento da agricultura. Em *Memória sobre a utilidade dos Jardins Botânicos a respeito da Agricultura e principalmente da cultura das charnecas*, Vandelli deixa clara a importância dos jardins botânicos para o aprimoramento da agricultura:

A Sciencia da Agricultura consiste principalmente no conhecimento dos vegetaes, da sua natureza, e do clima, e terreno em que nascem; na causa da fertilidade da terra, na influencia do ar sobre os vegetaes, e nas regras praticas necessarias para a boa cultura. O primeiro conhecimento adquire-se com o estudo da Botanica, o segundo com experiencias, e reflexões fisicas, o terceiro, e quarto com hum Jardim Botanico, no qual he necessário cultivar os vegetaes de todos os climas, e terrenos. Hum botanico ignora inteiramente quaes sejaõ os terrenos estereis (se exceptuarmos hum cham cheio de oca, enxofre, ou sal) por cuja causa pôde escolher entre treze mil, e mais plantas, que se conhecem, as que saõ uteis á economia, e proprias a qualidade do terreno ; pois que he certo, que existem plantas proporcionadas a todos os diferentes terrenos.¹⁵

A Real Academia de Ciências

Desde o século XVII as academias começaram a se disseminar e, no século XVIII, esses espaços, nos quais os eruditos poderiam discutir e divulgar seus trabalhos e o resultado de seus experimentos e teorias, continuaram a se firmar. Aqueles que tinham interesse em se destacar e divulgar suas ideias e nomes estavam ao redor dessas instituições e, por muitas vezes, estavam inscritos na maior quantidade possível delas. Ser filósofo e cientista também era motivo de vaidade.¹⁶ Para além das discussões, as academias poderiam ter periódicos, como é o caso das academias de Londres e Paris, que obtiveram uma enorme difusão pela Europa. Esta última cultivava, para além das academias, uma série de locais de encontro como cafeterias, salões, bibliotecas e jardins, nos quais homens de letras e mulheres poderiam conversar sobre os mais variados temas, como astronomia, botânica, poesia, filosofia e tudo o que mais achassem importante. No caso particular de Portugal, uma academia de ciências que

¹⁵ VANDELLI, Domenico. *Memória sobre a utilidade dos jardins botânicos: a respeito da agricultura e principalmente da cultura das charnecas*. In: Disponível em <https://books.google.com.br>.

¹⁶Segundo Ana Lúcia Barbalho, Voltaire logo depois de ter redigido uma dissertação sobre as transformações geológicas da terra, tratou de traduzir o trabalho para o italiano e o enviou para o Instituto de Bolonha, e também para o Royal Society de Londres.

seguia os padrões das existentes por toda a Europa só surgiu em 1779. (CRUZ, 2004, p. 60-67).¹⁷

Para Rodrigo Osório Pereira (2013), o surgimento da Academia de Lisboa esteve conectado, sobretudo, à necessidade de homens da ciência da geração pós-pombalina. Alguns desses homens viriam a ser o futuro Ministro da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Souza Coutinho, o próprio Domenico Vandelli, Júlio Matiazzi, João da Silva Feijó e Joaquim de Amorim Castro. Em conjunto com os interesses do Estado, a Academia refletiu “ a política fomentista da Coroa, aliada a um desejo ilustrado do aproveitamento das potencialidades econômicas e a superação dos entraves do crescimento da nação”(Ibidem, p.80).

Os ilustrados que tiveram algum papel no governo pombalino se dedicaram à fundação da Academia para que, através dela, pudessem pensar projetos para redimensionar o papel das colônias, cujo objetivo principal era expandir a economia do reino. Uma outra característica analisada por Pereira (2013) é em relação aos membros da Academia, que provinham de diversos setores da sociedade, de reis e clérigos a proprietários de terras e colonos de vários territórios do ultramar. Em seus discursos e estudos, o ponto em comum era o fortalecimento da Real Fazenda. Como aponta Oswaldo Munteal:

No século XVIII europeu e americano, os estudos de caráter investigativo se intensificaram com a proliferação das sociedades literárias, das academias científicas e dos salões literários, O centro aglutinador do ideário ilustrado pós-pombalino foi a Academia Real das Ciências de Lisboa. Os reformistas ilustrados, fossem luso-brasileiros ou estrangeiros, partilhavam de um “sentimento comum”: reconheciam na Academia o lugar preciso para abrigar as modernas concepções da ciência, bem como o cenário para novas reflexões no campo das teorias econômicas, com alguma ênfase nos princípios e sugestões fisiocratas. Não estava excluído deste quadro o interesse pela descoberta de um espírito especulativo, ainda que de matriz quase exclusivamente experimentalista, que se encontrava adormecido na península ibérica. O pacto mais importante entre a ciência e o Estado se realizava nos termos da utilidade de todo este esforço acadêmico, para dar efeito aos objetivos fomentistas do poder régio (MUNTEAL, 2006, p.8)

¹⁷Antes da fundação da Real Academia de Ciências de Portugal, as reuniões para discutir descobertas científicas e assuntos literários ocorriam nos salões da corte e das residências aristocráticas. Quando essas reuniões ocorriam com assiduidade, recebia o estatuto de academia. Um bom exemplo é o Círculo da Ericeira, pois, possuía tradição “familiar de eruditismo e colecionismo e que congregou, ao longo do tempo, as figuras mais destacadas da vida cultural lisboeta, bem como estrangeiros que passavam pelo país.”(ibidem, p.62). As discussões que ocorriam no Círculo dos Ericeira de maneira regular estavam ligadas a filologia, física, filosofia moral, língua portuguesa, matemática, e temas políticos e econômicos da Europa. Dentre os intelectuais participantes do círculo estavam Raphael Bluteau, o autor do *Dicionário Vocabulário Portuguez e Latino*(CABRAL,2017).

A Academia das Ciências de Lisboa se constituiu como um espaço elitista e privilegiado onde os cientistas das mais diversas áreas e funcionários que ocupavam cargos elevados na Universidade de Coimbra poderiam falar e ser ouvidos por seus pares. No círculo fechado de seus salões, trancafiados e separados do resto do mundo, políticos e letrados versavam sobre questões burocráticas, agrícolas, utilitarismo da botânica e exploração de minerais. Também era onde se proferiam discursos teóricos muito bem elaborados acerca da importância da ciência para a expansão da economia e, conseqüentemente, para o alcance da prosperidade e felicidade dos povos. Parte das memórias redigidas no seio da Academia foram publicadas e divulgadas pela imprensa, mas outra parte permaneceu inédita, assim como alguns dos textos foram difundidos para um público mais amplo e outros só foram apresentados aos membros da Academia (CRUZ, 2004, p. 60-67).

O reformismo ilustrado, a partir dos seus Projetos e Memórias, apresentava apenas um movimento tendencial, funcionando como uma espécie de engrenagem, que aliava a força do Estado Reformador, herdado do período josefino, com a crescente abertura aos espaços de sociabilidade cultural e científica típica do antigo regime português das duas últimas décadas do século XVIII (MUNTEAL, 2006, p.6).

Instruções de Viagem

As viagens científicas resultaram em uma vasta e diversificada produção de manuais, relatórios, diários, descrições e narrativas que expandiram as seções dos gabinetes e bibliotecas. O viajar adquiriu, ao mesmo tempo, forma literária e caráter científico. No decorrer do século XVIII, os livros que tratavam de viagens foram os mais procurados pelo público geral, principalmente os narrados em primeira pessoa cuja paisagem era exótica ou fantástica. Mas, ao lado desse tipo de livro encontrava-se também uma outra classe de produção textual que percorreu variados espaços e transitou por muitas mãos, desempenhando um papel indispensável na preparação e consolidação das viagens científicas. São elas as denominadas *Instruções científicas de viagem* (ABDALLA, 2012, p.11).

Desde o início do ano de 1778, o professor e médico paduano Vandelli, em conjunto com o Ministro da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, se dedicaram à organização das *Viagens Philosophicas* para as colônias (CRUZ e PEREIRA, 2009, p.02). Domenico Vandelli e seus discípulos foram os responsáveis pela elaboração das instruções que conduziram os naturalistas formados em Coimbra no trabalho de campo. Essas

instruções seriam, posteriormente, discutidas e reformuladas nas principais instituições ligadas à ciência natural (Idem, 2012, p.07). No conteúdo desses manuais encontra-se uma série de informações importantes, como quais membros fariam parte da expedição, quais locais deveriam ser percorridos e o que deveria ser observado. Continha orientações de como desenhar com maior precisão os recursos encontrados, de como fazer a coleta e o preparo, e de quais observações etnográficas deveriam ser feitas (PATAÇA, 2006, p. 90).

Ainda possuía a tarefa de informar aos viajantes o que deveria ir em sua bagagem e a forma como os diários ou memórias deveriam ser escritos e organizados. Resumidamente, as instruções serviam para dar apoio aos viajantes mesmo à distância, e para garantir a legitimidade do conhecimento científico (Idem, 2001, p.15-19). Enquanto gênero literário muito divulgado na Europa, as instruções deixam à mostra o trabalho do naturalista de gabinete, cuja função é muito significativa (KURY, 1998).¹⁸

Para Ermelinda Pataca (2006), constavam ainda nas instruções traços de questões diplomáticas, geográficas, políticas e naturalísticas, sendo essa uma das características essenciais das viagens filosóficas portuguesas.

Para analisarmos as Instruções de Viagens devemos levar em consideração suas particularidades. Como gênero literário, a autoria e o público são determinantes para sua composição. Além disso, devemos também considerar as obras de referência, os locais, os contextos científico e intelectual e, principalmente, os objetivos da produção de cada Instrução, o que nos remete inevitavelmente a uma caracterização das viagens científicas, pela forte relação existente entre a cultura de viagens e a produção de Instruções (Ibidem, p. 86-87).

Em 1779, Vandelli redigiu uma obra com instruções para viagens filosóficas intitulada *Viagens Filosóficas ou dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista nas suas peregrinações deve principalmente observar* e, apesar de o documento ter sido escrito para guiar os naturalistas em geral, no decorrer do texto aparecem referências ao Brasil (FIGUEIRÔA; SILVA; PATAÇA, 2004, p. 719). Nesse manuscrito, o naturalista faz observações minuciosas acerca do comportamento dos viajantes durante o trabalho em campo. Esses detalhes sobre os vários aspectos das viagens serão brevemente discutidos nos

¹⁸ Para além das instruções, havia também os guias de viagem, cujo surgimento se deu no século XVI. A diferença entre os guias e as instruções era a função. Os guias tinham como característica principal a arte do entretenimento para todas aquelas pessoas curiosas sobre viagens. E as instruções dão a ideia de que o viajante tem que alcançar uma meta. In: Kury

próximos parágrafos, com o propósito de compreender todo, ou quase todo o processo das preparações para as expedições.

Na primeira parte da obra denominada *Da necessidade dos Diarios e Methodo de os fazer*, Vandelli discorre sobre a importância da escrita dos diários durante as viagens e de como deve ser registrada cada etapa.

Mui pouca seria a utilidade das peregrinações filosóficas, se o Naturalista se fiando na sua memória, quisesse fazer as suas relações e descrições, sem ter notado antecedentemente com a pena todos os objetos, que fosse encontrando no seu descobrimento. Não há hoje uma só pessoa, que não esteja persuadida da necessidade dos Diários, não basta que o Naturalista conheça os produtos da natureza, também é necessário, que ali assine os diversos lugares do seu nascimento, os caminhos, a jornada que fez nas suas peregrinações; (contra) muitas circunstâncias que bem mostram esta necessidade.¹⁹

Para Vandelli, o diário não é nada além de um livro de papel dividido em anos, meses, dias e horas, no qual se vai anotando o percurso, as plantas, os animais e os minerais encontrados, quais amostras podem ser enviadas para o Real Museu e o Jardim Botânico de Portugal, ou quais produtos não conseguem ser transportados. Nesse caso, devem ser minuciosamente descritos em seu habitat natural.²⁰ Todo o processo de registro dos recursos deveria ser feito com muita exatidão.

Ao falar em exatidão, Vandelli relembra aos naturalistas sobre a importância dos conhecimentos em trigonometria plana, pois, quando o naturalista não tiver ao seu dispor os serviços de um matemático, conseguirá proceder registrando em seu diário informações indispensáveis como “a latitude ou a altura do Polo, a longitude, clima e qualidade da atmosfera em que se acham no globo.”²¹ Da mesma maneira, apresenta a necessidade de os filósofos naturalistas terem desenvolvido uma boa relação com o desenho e a pintura, já que nem sempre é possível levar consigo um especialista na área. Portanto, o autor do manual deixa explícito que os naturalistas têm em seu ofício a obrigação de deslizar por muitas áreas do conhecimento, sendo difícil prosseguir sem o domínio dessas múltiplas habilidades.

¹⁹ VANDELLI, Domenico. Viagens Filosóficas ou dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista nas suas peregrinações deve principalmente observar.

²⁰ Nesses casos em que os animais não poderiam ser transportados, caberia ao naturalista a descrição não somente da estrutura do animal, mas também deveriam ser descritos com exatidão as habitações, as formações rochosas, os rios, riachos ou fontes, e o tipo de vegetação predominante no local.

²¹

Do conhecimento Físico, e Moral dos povos é o trecho que diz respeito aos apontamentos de cunho etnográfico, aos quais Vandelli dedica cerca de três páginas. Dentre as observações feitas pelo naturalista está a de que o viajante deve se atentar às fronteiras do país; avaliar o número de habitantes, caso fossem civilizados; analisar a forma de comércio; as técnicas agrícolas e se a agricultura está enfraquecida ou aumentada; as letras; os tipos de armas; os gêneros alimentícios; os edifícios públicos e privados; se há templos e qual a sua estrutura; as casas; a arquitetura e quais materiais são utilizados na sua construção; “a polícia e o costume dos povos; o modo de fazer as suas núpcias, festas, jogos, funerais, até as últimas funções sepulcrais, dependente tudo da religião dominante ou da antiga superstição dos povos”.²² Para Ronald Raminelli (2001), o relato sobre a fisionomia e o comportamento dos povos estava vinculado aos interesses coloniais, pois refletia as atividades produtivas dos habitantes de cada região, como a horticultura, agricultura, o fabrico de tecidos, armas e instrumentos musicais, e a construção de embarcações. “A descrição, portanto, estava imbuída de interesses coloniais, sem se esquivar dos avanços científicos” (Ibidem, p.6).²³

A partir da terceira seção, Vandelli divide o documento de acordo com três elementos dispostos na seguinte ordem: Ar, Terra, e Água. Esses elementos não estão postos necessariamente com esses títulos, mas os utilizaremos assim para melhor organizarmos a discussão e não nos estendermos com excessivos detalhes e subtítulos.²⁴ A parte denominada *Do Ar* contém informações sobre como o naturalista deve observar a temperatura, do menor ao mais alto grau, utilizando-se de termômetros exatos e repetindo a medição todos os dias. O mesmo deve se atentar ao grau de pureza do ar “ou se é infestado, averiguar a causa disto,

²² VANDELLI, 1779, p.6-9

²³ Na extensão *Do conhecimento Físico, e Moral dos povos*, Vandelli pede aos viajantes que apresentem muita atenção à fisionomia dos povos, seus hábitos mais notáveis, “fazendo se for possível nos lugares povoados o catálogo dos vivos e mortos, se passam uma vida casta, ou dissoluta, servindo-se igualmente da monogamia, ou poligamia; se as mulheres são fecundas, ou estéreis”. Os detalhes são tantos que impressionam, de tanta atenção que é dada a minúcias, como o valor cedido à preocupação em desvelar a maneira como as mães educam seus filhos, quais as suas vestimentas e o tecido do qual foram fabricados, como estes povos moem seus grãos, os sucos que preparam, as frutas, os vinhos, se vivem da caça ou da pesca, ou de ambos, assim como os instrumentos utilizados para estes fins, não se abstendo de anotar e desenhar o material do qual eram feitos. “Como são as dos barcos, em que navegam, as mercadorias, as suas armas, os instrumentos musicais, ou de guerra. A isto se reduz o que o naturalista é a mão do conhecimento físico e moral dos povos.”

²⁴ Nas instruções redigidas por Vandelli em 1779, o documento não está disposto exatamente nessa ordem, e me leva a supor que esse tipo de distinção feita por ele tenha alguma ligação com a obra de Lineu intitulada *Instructio peregrinatoris*, na qual havia indicações de que se recomendava organizar as observações em três elementos, terra, água e ar (Kury, 1998), tendo em vista que Vandelli estudava as obras de Lineu.

como são pela maior parte Xarcos, ou agoas estagnadas, nevoas, e arvoredos cerrados, que não permitem livre acesso ao ar atmospherico”.²⁵

Caberia ao viajante pensar em possibilidades de resolver os problemas de impureza do ar para que assim pudessem respirar melhor, pois “as doenças mais raras principalmente as edemicas, e que medicamentos domesticos, que a natureza do Paiz tem descoberto serem os mais especificos para estas, ou aquellas doenças, constituem hum dos objectos mais importantes da Medicina” (Ibidem, p.9). Vandelli segue descrevendo:

Para se conhecer se hum terra he ou não sadia, basta de ordinário olhar para os seus habitantes, e observar a sua disposição, e as doenças edemicas, a que estão sujeitos. No Brasil, onde, as Erispellas são tão frequentes, e outras doenças se devem indagar as causas principalmente da Morphea, ou mal de S. Lazaro, especie de doença que não parece ser propria daquelle Paiz, e talvez passada da Africa com os pretos para aquelle continente, da mesma sorte que para lá trouxerão o escorbuto, ou mal de Roanda²⁶ (Ibidem, p.10).

Como mostra o trecho acima, a preocupação com a cura ou tratamento de doenças, escravas ou não, tinha importância para os naturalistas, não só para fins pessoais, corroborando com a colocação, feita por Ângela Domingues (2001), de que o conhecimento científico no século XVIII em Portugal tinha o caráter predominantemente prático. Nesse mesmo sentido, os diários, memórias e remessas de produtos enviados para fins de catalogação e classificação deveriam também contribuir para a expansão econômica do reino e o aperfeiçoamento da medicina.

O segmento que faz referência ao elemento terra recebe o nome de *Da mineralogia* e possui cerca de 30 páginas. De acordo com Ermelinda Pataca (2006), no século XVIII, o estudo da mineralogia incluía muito além dos estudos minerais e englobava o que hoje se entende como petrologia, paleontologia, cristalografia e dentre alguns âmbitos da área química (Ibidem, p.96). Para Vandelli, antes de se dedicar às produções da natureza que constituem o globo, era necessário escrever sobre a história geral da terra, a sua formação e “os fenômenos mais notáveis que observamos das revoluções acontecidas no globo, mas somente de apontar as coisas mais geraes, que sirvão como de Luz ao conhecimento dos

25

²⁶ Erisipela é uma infecção cutânea causada por bactérias que penetram por ferimentos na pele, como picadas de insetos e micoses.

indivíduos naturaes, de que possa resultar a Portugal algum interesse”, e essa tarefa caberia ao viajante (VANDELLI, 1779, p.17).

O interesse em estudar a terra tinha cunho ao mesmo tempo científico e utilitário. Pataca traz a discussão de que, baseadas nas escrituras bíblicas e em evidências mineralógicas, as teorias científicas buscavam entender a origem e a possível destruição da Terra. Essa teoria fica explícita na abertura desta seção referente à mineralogia. No caso referente às formações montanhosas, há algo que ultrapassa o científico e o pragmático, esse está ligado à beleza e tem um tom de sagrado, algo em sua imensidão e imponência. Esse sentimento está presente nas descrições feitas nessa época (PATACA, 2006, p.97-100).

Pricipiando pelas montanhas, que são estas elevações que observamos na superficie da terra, ellas alem de contarem os mais ricos thesouros da Natureza, são de infinitos outros usos aos homens s: as repartições naturaes dos Estados, o ar puro, que nellas se respira, o prodigioso numero de vegetaes que aqui se crião, e entre elles, como nota Virgilio, as milhores vinhas; a variedade dos fosseis, a formação dos metaes, a direcção dos ventos, a abundancia das agoas, de que ellas são como reservatórios; tudo isto faz o mais importante objecto às sérias reflexões de hum filosofo (VANDELLI, 1779, p.17).

O acadêmico prosseguia os ensinamentos acerca da composição das montanhas, observando que existem duas classes “ humas chamão primitivas, e a suppõe creadas ao mesmo tempo que a terra, e outras secundarias, que tem sido formadas por inundações e irrupções de vulcões, que tem padecido a terra em diversos tempos”. As de primeira ordem se diferem pela grandeza que ultrapassa o tamanho de todas as demais.²⁷ Em sua estrutura interna há variados compostos minerais, assim como também possui produções dos três reinos da natureza: os vegetais, que habitam ao redor e nos mais profundos vales dos montes, são muito interessantes e possivelmente os mais úteis que se possam encontrar; os animais, que têm por costume se embrenhar nas grutas ou se esconder em precipícios de difícil acesso para se proteger dos predadores; e “fósseis de toda a qualidade metidos nos secos dos montes, recebem alli da natureza o seu crescimento”(Ibidem, p.17-26).

Vandelli enfatiza que nada se conhece a respeito dos montes no Brasil e dos recursos que eles poderiam ter. Em razão disso, não pôde adentrar em detalhes sobre os mesmos. Logo em seguida, o professor faz uma análise das pedras.

²⁷ Vandelli cita a Cordilheira do Peru como um exemplo de formações montanhosas primitivas. “Montanhas as mais altas do mundo; e a roporção em que ellas se chegão para o Equador, são mais elevadas; assim na América as cordilheiras estão precisamente debaixo do Equador, e se estendem por ambas as partes bem longe dos circulos, que encerrão a zona tórrida.”

(...) he de summa importancia, tanto porque esta parte da Mineralogia, tanto porque esta parte da Mineralogia, que constitui a litologia, ainda hoje é tão escura e desconhecida, e por isso deve ser tratada com mais miudeza, e fazerem-se observações que sirvam de ilustrar a geração da pedra, e principalmente das minas, como pela grande utilidade, que podemos tirar das pedras cristalinas, e das preciosas, e outras pedras menos nobres, ainda que opacas, além dos bellos marmores, e porphidos que se apresentam em camadas, ou estratificada dos montes e facilmente se conhece. Falar se há alguma coisa das pedras preciosas, de que he abundante no Brasil (Ibidem, p.22-23).

Como já é notório, Vandelli tinha a eminente preocupação com a clareza e praticidade das observações dos naturalistas viajantes. Quando se referia ao Brasil, o autor observava que, apesar de já haver minas conhecidas, o viajante deveria questionar a possibilidade de existirem minas de platina, cinábrio, estanho, prata, azougue e cobalto. Essas instruções tinham consonância com as diretrizes do Império português acerca da exploração de minerais, pois, nesse período, esse setor encontrava-se em declínio. Portanto, o Estado não só estava interessado na exploração, mas também na diversificação dos minérios dos quais poderiam obter lucro (FIGUEIRÔA, SILVA e PATACA, 2004, p.718-720). A seção do livro de instruções à qual Vandelli dedica mais páginas é justamente a referente à mineralogia, e, além das observações minuciosas relativas às montanhas, o autor detalha os minerais que poderiam ser encontrados, desde a sua aparência e composição até a sua extração e utilidade.

Na parte que se enquadra no elemento *Água*, o autor discorre sobre os rios, fontes minerais e lagoas. Como já é possível especular, Vandelli descreve informações de como os naturalistas devem registrar o percurso e o tamanho dos rios, onde estes despejam suas águas e se são ou não navegáveis. Também se preocupa com a análise de possíveis fontes minerais, pois essas têm de ser verificadas com bastante atenção, ainda que o viajante não tenha tempo para fazer os devidos experimentos no local. Deve “levar consigo vidros de soluções, e ácidos necessarios para semelhantes analyses, e analisadas de caminho o melhor que pode ser; ou levar as ditas agoas mineraes em frascos para se analisarem depois, quando houver comodidade” (VANDELLI, 1779, p. 49). O naturalista tem a instrução de fazer os experimentos logo que estiver em condições e não pode esquecer de registrar no diário o local de onde as amostras foram retiradas, assim como o clima, a temperatura e os demais aspectos da paisagem.

O filósofo que viaja pela Europa deve ter lido, e levado mesmo em sua companhia a Flora dos Paizes por onde for, que lhe possa servir de guia no conhecimento das plantas; porém o que viaja pelo Brasil destituído de todos estes socorros, vê se metido no meio de hum mundo novo, ainda hoje tão

desconhecido, como no primeiro dia do seu descobrimento, se exceptuarmos alguma parte da sua costa observada (Ibidem, p. 51).

Para Vandelli, a natureza não erra na sua obra e sabe escolher exatamente onde cada vegetação deve se desenvolver, o tempo, o clima e o terreno. Os homens só conseguem forçar que as plantas se adaptem a terrenos que não lhes são naturais e aos climas não saudáveis. E por esse motivo, o naturalista tem que observar com muita atenção e detalhar em seus diários toda a paisagem que envolve cada tipo de vegetação. É isto quer dizer os montes, rios, bosques, prados, lagos, composição do terreno e clima. Interessa também ao naturalista a origem de cada planta (aquática ou terrestre), o tempo que levam para se desenvolver e dar frutos e qual a estação do ano em que as flores surgem (Ibidem, p.52-53). Consta nas instruções que:

achada alguma planta, isto se deve entender do mais rasteiro musgo até a maior árvore, deve a recolher e por lhe o nome da Arte, reduzindo-a pela sua classe, e ordem ao genero, e espécie, se a tiver; se for hum genero de huma especie nova como hão de ser infinitas do Brasil, formará um novo genero, ou huma especie nova usando das prudentes cautelas indicadas por Lineu: ao nome artificial do systema deve ajuntar a dos nacionaes e inquirir juntamente o seu prestimo tanto nos usos domesticos, como nas artes, fazendo experiencias, ou com a maceração para ver se dão fios, ou se com o cosimento subministrão alguma tinta (Ibidem, p.53).

O professor paduano recomenda que o naturalista se atente às raízes que possuem utilidade para a sobrevivência dos homens, como por exemplo, a mandioca e muitas outras que poderiam vir a existir no Brasil. Especula sobre a possibilidade de se encontrar a árvore denominada de quina, que deu aos espanhóis muito lucro e, caso encontrado na América portuguesa, poderia render significativo lucro para a coroa portuguesa. Nas terras do Pará e Maranhão havia sido encontrada uma árvore cuja casca só se distinguia da quina por ser um pouco mais aromática, portanto, os viajantes deveriam repetir as experiências para averiguar se era possuínte das mesmas propriedades da quina original. Plantas que pudessem ser utilizadas na construção, na tinturaria, na alimentação, na produção de cordas e na medicina deveriam ser registradas, após os devidos experimentos, e enviadas para os gabinetes (Ibidem, p. 55-69).

Essas instruções redigidas por Vandelli são um exemplo importante de como os naturalistas portugueses estavam preocupados com a padronização da ciência no Império, de forma que, de qualquer colônia do reino, se produzisse informações úteis para todo o esforço científico realizado no território (PEREIRA, 2013, p. 281-283). Esse tipo de manual não surgiu em Portugal. Em 1692, Robert Boyle publicou na Inglaterra um opúsculo denominado

General heads for the natural history of a country, a compilação se tratava de instruções de viagens, observação e recolha pré-lineanas. Portanto, esse documento ainda continha resquícios de diálogo com o mundo religioso e o mundo mágico. Já no século XVIII, o manual de instruções se dividem em duas vertentes, uma mais geral com instruções básicas acerca da recolha e conservação de espécimes e outra com um aprofundamento maior sobre as minúcias da viagem, como o transporte de espécimes, libretos sobre conservação, transplante e cultivo de animais dentre outros, ambos se complementavam. Para Lorelai Kury (2011), todas as instruções do período iluminista são devedoras da *Instructio peregrinatoris* (1759), tese apresentada por Eric Anders Nordblad sob orientação de Lineu. Sendo assim, as instruções de viagem redigidas por Vandelli têm forte influência das viagens empreendidas por Lineu e seus discípulos (Ibidem, p.3-6). Como afirma Abdalla (2012):

As Instruções formam um texto paradigmático para o olhar sistemático sobre a natureza, disciplinando-o e objetivando-o rigorosamente por entre compartimentos e sub-compartimentos: estabelece categorias, delimita o campo de observação, nomeia os objetos, abstrai a miscelânea e impõe os limites no quais as regras da experiência e da linguagem irão se dar. Mais do que isso, aponta para a emergência epistemológica de um novo tipo de indivíduo, o viajante-naturalista, não apenas no seu substrato intelectual, mas também na definição da sua operacionalidade e na sua personalidade física, emocional e moral (Ibidem, p. 45-46).

Viagens Filosóficas

Como já foi discutido, a partir dos anos 1770, Domenico Vandelli agregou o método de preparo para as expedições filosóficas aos Estatutos da Universidade de Coimbra. Essa junção resultou em um caráter mais filosófico para os cursos da universidade e alinhou as práticas acadêmicas com os métodos naturalísticos cunhados pelo próprio Vandelli. As viagens dentro e fora das colônias serviram como experiência para os egressos da Faculdade de Filosofia e para dar continuidade ao projeto de exploração nos territórios do ultramar (Ibidem p.76). De acordo com Ermelinda Pataca:

O planejamento das Viagens Filosóficas remonta a 1777, quando Domenico Vandelli imaginava que um naturalista devia acompanhar as Comissões Demarcadoras de Limites que partiram para o Brasil em 1780. As frustrações do naturalista italiano por não poder ir pessoalmente ao Brasil e a possibilidade de enviar seus discípulos em viagens filosóficas, aparecem em sua correspondência trocada com o ministro Marquês de Angeja em 1777 (PATACA, 2006, p. 75-76).

Para Mary Louise Pratt, nos anos finais do século XVIII, as viagens científicas acabaram se tornando um “catalisador das energias e recursos de intrincadas alianças das elites comerciais e intelectuais por toda a Europa” (PRATT, 1999, p. 52). Tão importante quanto é o fato de que as expedições científicas viriam a se tornar um grande centro de interesse público e que, através delas, os cidadãos europeus teriam acesso a outras partes do mundo. Portanto, as viagens filosóficas coordenadas no final do século XVIII apresentavam uma mudança na política científica do Império português e acredita-se que a circulação de impressos e informações sobre os territórios pertencentes à Coroa foi muito mais ampla do que está registrado na historiografia tradicional (KURY, 2004). Como aponta Lorelai Kury:

O modelo imperial português cedeu lugar a outras estratégias internacionais que se haviam tornado hegemônicas, organizadas// segundo uma lógica de redes tecidas em torno de centros de produção de saber e de elaboração e redistribuição de produtos científicos. Desse modo, Portugal realizou, a partir da segunda metade do século XVIII, uma “conversão”, no sentido de aproximar-se do funcionamento dos sistemas coloniais francês e inglês (Ibidem, p.111).

Sendo assim, a ciência lusa desse período teve que lidar com o obstáculo de empreender uma política de disseminação de informações a respeito do quadro da natureza e aspectos da fisionomia dos povos das colônias pertencentes a Portugal. Essa rede de informações, apesar dos riscos frente às potências coloniais europeias, serviria para promover o controle do Estado. O Império português era vulnerável se comparado à França, Espanha e Inglaterra, portanto, o receio de que informações sobre as potencialidades das colônias escapassem ao controle do Estado português possuía uma base sólida. No entanto, esse temor não impediu que os intelectuais luso-brasileiros bebesses do conhecimento advindo de outras experiências coloniais ou mesmo de que esses estivessem inclusos nos círculos internacionais de divulgação de produções científicas (Ibidem, p.111-112).

No artigo intitulado *Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos*, Ângela Domingues (2001) se propõe a analisar como o Estado português promoveu a construção de uma rede de informações em torno de seu império no final do século XVIII. Nesse intuito, a Coroa adquiriu a contribuição e o empenho de médicos, astrônomos, cartógrafos, formandos e funcionários de altos cargos da UC para desempenhar, além de suas funções comuns, também a de “homens de ciência”. O material recolhido e os registros das viagens eram, quase sempre, enviados para os gabinetes em Lisboa. Foi também na segunda metade dos

setecentos que as viagens às colônias se tornaram frequentes para a demarcação dos limites entre a América do sul e as monarquias ibéricas.

Sendo assim, a necessidade de conhecer o território em conjunto com uma “tensão político-diplomática confundia-se enquanto estímulo imediato à atividade científica de que o Brasil era objeto” (Ibidem, p. 827-9). Essa notícia surgiu e percorreu distintas regiões do Império e, como Domingues evidencia, os administradores das capitanias ocuparam uma função essencial ao pôr em prática as recentes políticas de exploração com fins também científicos. A participação de membros da administração das colônias tinha papel fundamental para além do já citado, pois, através do empenho destes se tornava possível a realização das expedições e da introdução de novos espécimes nas diversas partes do reino. Ou seja, dos mais longínquos e afastados sertões dos domínios portugueses enviavam-se cadernos de memórias, relatos de viagem, canudos com desenhos e folhas dissecadas, amostras de raízes, óleos, sementes e cascas de vegetais, assim como mapas da região, gaiolas com aves, répteis e até animais considerados selvagens, dentre muitos outros pedaços de metais e pedras. Por isso e mais, os integrantes do setor administrativo das colônias foram personagens indispensáveis na realização das expedições científicas e expansão da esfera econômica e científica do Império português (Ibidem, p. 827-9).

Há ainda personagens que frequentemente não são mencionados nas pesquisas sobre as viagens científicas. Esses seriam os colonos, indígenas, escravos africanos, soldados, militares, membros da igreja e até mesmo degredados. Na maioria das vezes, esses agentes “invisíveis” eram os responsáveis pela identificação de espécies animais e vegetais (Ibidem, p.826).

Desse modo, das capitanias do Rio de Janeiro e do Rio Negro, entidades tão díspares como o bispo da diocese carioca e o primeiro comissário-geral das demarcações de limites no norte do território enviavam amostras de anil, consideradas de excelente qualidade e destinadas à tinturaria e a uma eventual exportação para a Rússia. Também do Pará e da Bahia chegavam dicionários e relações descrevendo as plantas nativas, os primeiros remetidos pelo brigadeiro Joaquim Machado de Oliveira e as segundas, pelo conde de Arcos, governador e capitão-general da Bahia de Todos os Santos (Ibidem, p.826).

Os ameríndios eram conhecidos pelas suas habilidades não somente no reconhecimento de plantas, como também se distinguiram pelas técnicas de embalsamar animais. Tanto os nativos quanto os escravos africanos eram solicitados para dar informações sobre os usos e aplicações dos recursos naturais no desenvolvimento da agricultura, indústria,

comércio e nas artes de curar (Ibidem, p.826).²⁸ Essa questão fica explícita na instrução de viagem redigida por Vandelli, na qual ele dedica um parágrafo para explicar que os nativos são os melhores conhecedores das plantas e, portanto, deveriam ser consultados sobre as suas propriedades e formas de uso, bem como as maneiras de os preparar. Ainda recomenda aos naturalistas que se atentem aos nomes dados a plantas, como está claro no trecho a seguir.²⁹

Os índios como são os mais inteligentes práticos daquele continente, são também os melhores Mestres para nos ensinarem os nomes das plantas, e o seu uso principalmente das que se podem extrair cores, e das que servem nas doenças próprias daquela parte da América, onde eles morarem (VANDELLI, 1779, p. 54).

Os naturalistas, vistos como protagonistas das viagens científicas, foram enviados para diversas regiões dos domínios portugueses em busca de conhecer a fundo os recursos naturais, observar e registrar os costumes e conhecimentos dos povos existentes. Alexandre Rodrigues Ferreira foi escolhido por Domenico Vandelli para comandar uma expedição pelo território correspondente à América do Sul.³⁰ Inicialmente, a expedição se pretendia maior, com o intuito de adentrar nas terras brasileiras e explorar a Amazônia, mas optaram por

²⁸ Heather Flynn Roller escreve sobre a participação dos indígenas no processo de coleta e comercialização de produtos do gênero agrícola. E para além disso, a autora analisa as formas que esses personagens encontraram para ações independentes nas quais expandiram suas redes sociais e reconfiguraram suas perspectivas econômicas. ver: [ROLLER, Heather Flynn](#). Expedições coloniais de coleta e a busca por oportunidades no sertão amazônico, c. 1750-1800. *Rev. Hist. (São Paulo)* [online]. 2013, n.168, pp.201-243.

²⁹ Há um vasto leque de possibilidades para se discutir o encontro entre o mundo português (Europa Moderna) e o mundo dos povos ameríndios (América portuguesa, nesse caso e mais especificamente o Brasil). De acordo com a historiografia tradicional, o plano colonial português com sua política indigenista dividiu a população autóctone em duas categorias, os inimigos e os aliados e, cada categoria recebia um tratamento e políticas distintas. Porém, dentro dessas categorias, não havia um reconhecimento de igualdade ou relatividade cultural. Portanto, aqueles considerados como aliados deveriam ser convertidos ao cristianismo e aos chamados de inimigos restaria serem submetidos politicamente e militarmente até que concluíssem o processo de catequização. A catequização era um processo obrigatório cujo objetivo era justificar o projeto colonial como uma iniciativa ético-religiosa que tinha a especial função de preparar os povos ameríndios para servir nos empreendimentos militares, econômicos e geopolíticos da colônia. Existia uma imensa legislação colonial referente às questões locais e aos índios, assim como aquelas dirigidas ao estabelecimento de direitos gerais (liberdade, trabalho, etc.). Tal legislação, contudo, mudava suas disposições conforme os indígenas fossem aliados ou inimigos dos portugueses. Eram poucas as leis nas quais não ocorriam tais distinções. O fato é que os indígenas têm sido descritos na historiografia como se sempre estivessem subjugados e a serviço dos europeus. E me parece necessário parar de enxergá-los apenas como vítimas do sistema colonial, pois esses povos não aceitaram simplesmente sua condição de servidão, mas também agiram e reagiram em favor de si mesmos e contra o sistema colonial. É preciso se atentar ao que está invisível na documentação “oficial”. Ver in: ALMEIDA, Maria Regina Celestino. “Identidades étnicas e culturais: Novas perspectivas para a história indígena”. In: ABREU, Marta; SOIHET, Rachel. *Ensino de História: Conceitos, Temáticas e metodologia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009, pp. 27-37. OLIVEIRA, João Pacheco de. *A presença indígena na formação do Brasil*. Brasília: Coleção educação para todos/Série Vias dos Saberes N. 2, 2006. MONTEIRO, John. “Contato, alianças e conflitos”. In: *Negros da terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, pp. 29-56.

³⁰ Alexandre Rodrigues Ferreira era baiano e se formou na Universidade de Coimbra no ano de 1778, foi assistente e discípulo de Vandelli.

fragmentá-la e enviar Feijó para as Ilhas de Cabo Verde, Joaquim e Manuel da Silva para o território africano e Alexandre Rodrigues foi incumbido de explorar as terras do Brasil (RAMINELLI, 2000, p.4).

Não foram encontrados documentos suficientes para afirmar quais motivos levaram à divisão dessa equipe, porém especula-se dois possíveis motivos: o primeiro é que Martinho de Melo e Castro e Vandelli optaram pelo desmembramento da equipe para poupar recursos, pois, ao enviar os expedicionários para locais distintos, estes poderiam assumir também cargos de cunho burocrático, e o segundo seria pela necessidade de catalogar e classificar novas espécies no menor tempo possível (PEREIRA e CRUZ, 2009, p.242). A pretensão de conseguir mudar drasticamente a economia do império dependia do descobrimento, coleta, catalogação, transporte e venda de produtos de origem natural de suas colônias, assim como a divulgação dos manuscritos preparados pelos naturalistas, cujo conteúdo seria descrições minuciosas das plantas, minérios e animais. Estas geralmente vinham acompanhadas de desenhos/pinturas que retratavam cuidadosamente cada aspecto e coloração.³¹

Alexandre Rodrigues Ferreira viajou para o território amazônico acompanhado de dois riscadores, Joaquim Freire e José Codina, e um jardineiro botânico, Agostinho do Cabo. Em condições não muito favoráveis no âmbito financeiro, a expedição se deu de maneira um tanto precária, em barcos velhos, e com a ausência de muitos instrumentos indispensáveis para a realização de medições. Ferreira e os seus acompanhantes teriam de se desdobrar para explorar, coletar, analisar e preparar os produtos para embarcarem para Lisboa. Caberia também a estes a observação e mapeamento dos percursos dos rios, desempenho nas lavouras, demografia e o desenvolvimento da agricultura (RAMINELLI, 2000).

Logo após a finalização das expedições realizadas no governo de Martinho de Melo e Castro, naturalistas como Velloso e Ferreira permaneceram em Portugal, ocupando cargos administrativos ligados à área científica. Em 1796, D. Rodrigo de Souza Coutinho responsabiliza-se pela Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos (1796-1803). Coincidentemente, é nesse mesmo período que a rainha D. Maria assume o reinado, época que ficou conhecida na escrita da história como *viradeira*. Apesar de que por um tempo a historiografia estabeleceu uma oposição entre o período anterior e o reinado de D. Maria, aos poucos se foi percebendo que, ao invés de uma ruptura na maneira de governar,

³¹ Esse trabalho seria realizado pelos chamados de riscadores/desenhistas. Geralmente, o chefe de expedição levava consigo pelo menos um riscador. No caso de Alexandre Rodrigues Ferreira, dois riscadores ficaram encarregados de acompanhá-lo em sua expedição - José Joaquim Freire e Joaquim José Codina.

o que houve foi uma série de continuidades. Um exemplo disso foram os empreendimentos a respeito das ciências naturais iniciados no governo de Pombal e que são alavancados na administração de Souza Coutinho (CRUZ, 2004, p.117).

Administração de D. Rodrigo de Souza Coutinho

Em 1796, Dom Rodrigo de Souza Coutinho assume o cargo de ministro da Marinha e Ultramar.³² Os laços sanguíneos e afetivos de Dom Rodrigo (1755-1812) ocupavam tradicionalmente vários cargos importantes no reino de Portugal. O seu pai, Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho (1726-1781), foi militar, diplomata e governador e capitão-general do reino de Angola. Seus irmãos desempenharam funções importantes e foram homens públicos proeminentes, sendo um deles Francisco Maurício Sousa Coutinho, governador e capitão-general do Pará e, posteriormente, integrante do Conselho Militar Supremo no Rio de Janeiro. Além disso, o ministro também era afilhado de batismo do Marquês de Pombal, o responsável direto pela sua educação (PAIM, 2009 p.266; POMBO, 2002). Dom Rodrigo era considerado um “estrangeirado”, ou seja, alguém que pertencia ao território da Coroa Portuguesa, mas que por alguma razão, normalmente para fins educacionais/científicos, ia morar em outros países, geralmente, na Europa e o olhar daquele sobre o território português seria o de estrangeiro, portanto, uma visão sob outras perspectivas.

Na visão de D. Rodrigo, antes de pôr em prática seus projetos políticos, era necessário aprofundar o conhecimento geográfico do território pertencente à Coroa Portuguesa. Essa intenção é percebida em 1798, através da fundação da Sociedade Real Marinha, Militar e Geográfica cuja função era revisar e produzir cartas topográficas, hidrográficas e marítimas. Para além disso, a criação dessa instituição pode ser vista como uma forma de demarcar a posição do Estado português na América (POMBO, 2011). Durante a sua administração, a produção na Academia de Ciências foi tida como excelente no desenvolvimento de pesquisas acerca das potencialidades do império (COUTINHO, 2002, p.39-42). D. Rodrigo pedia aos governadores e capitães-generais das capitanias para que

³² Coutinho foi tutelado por Michel Franzini (também tutor de D. José, primeiro na linha sucessória ao trono). Quando ainda era muito jovem, D. Rodrigo viajou por diversos países da Europa e, em razão disso, teve a oportunidade de ler e conhecer pessoalmente alguns personagens importantes do Liberalismo que discutiam, naquele momento, a situação colonial, como Adam Smith, Abade Raynal, Condorcet, Necker e Turgot. (COUTINHO, 2002, p.39-40).

enviassem relatórios minuciosos sobre os recursos de cada região, sendo eles pertencentes à fauna, flora, recursos mineralógicos e humanos:

Logo que recebi o Avizo de Vossa Excelência, datado de 23 de junho do corrente ano, para remeter a essa Corte todas as cascas, sementes, raízes, gomas, e plantas refutadas aqui como medicinais, expedi as ordens por cópias juntas; e a proporção que me forem chegando aqueles produtos, os irei mandando com as mesmas notas que já tenho, entre outros, enviando alguns pertencentes a matéria médica.

Deos guarde a Vossa Excelência. S.Luís do Maranhão, 17 de outubro de 1800.³³

Essa seria uma maneira eficiente de mapear quais regiões poderiam ser mais lucrativas à coroa. As mudanças feitas por D. Rodrigo percorreriam diversos âmbitos, através de reformas e da criação de setores que se interligavam para garantir o sucesso de sua administração. Além disso, modernizou o sistema de comunicação do Império e ainda ajudou a fundar a Tipografia e Cacografia do Arco do Cego em 1798 (WEGNER, 2004, p. 132).

O ministro possuía uma notável desenvoltura em articular os interesses da elite ultramarina com os interesses do reino, contribuindo especialmente com o trabalho de José Mariano da Conceição Velloso, que conseguiu atrair seu respeito e confiança. O frei trabalhou como tradutor de obras de importância para o mundo natural e veio a assumir a direção do Arco do Cego (Ibidem, p. 131-132). Para D. Rodrigo era conveniente a edição e divulgação de manuais de agricultura e livros sobre o mundo natural dentro da colônia Brasil, pois, no âmbito político, “propunha a constituição de um império luso-brasileiro, mantendo-se a unidade do mundo português e formando um grande Estado Atlântico” (VILLALTA, 1999, p. 125).

Para organizar expedições científicas, D. Rodrigo de Souza Coutinho contou com todo um acervo de manuscritos e amostras naturais referentes às viagens científicas realizadas anteriormente. O Museu de história natural e o Real Jardim Botânico foram fundamentais para a reelaboração das viagens, pois a partir do que já se tinha catalogado seria possível aperfeiçoar as instruções. Além disso, o próprio Alexandre Rodrigues Ferreira estava disponível para dar contribuições acerca de sua experiência, visto que encontrava-se ocupando o cargo de Vice-diretor do Jardim Botânico (PATAÇA, 2006, p. 393).

³³ OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar. D.Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre ficar na inteligência de remeter todas as cascas, raízes e sementes que se reputarem medicinais. São Luís. Maranhão. 17/10/1800. AHU-MA, cx 113, d. 8793.

Souza Coutinho começou a ter interesse pelos debates sobre a importância da conservação das matas, criando formas de regulamentar o corte de madeira e as queimadas.³⁴ Por conta da percepção de que se deveria ter mais cuidado com o uso inadequado dos recursos naturais, o ministro incentivou o desenvolvimento de técnicas agrícolas que fossem menos prejudiciais à natureza. Mas essa atenção toda dada à tentativa de poupar a natureza não era necessariamente uma preocupação ambiental ou ecológica, e sim uma tentativa de não destruir todos os recursos e impedir problemas de escassez no futuro próximo, visto que nesse período já se tinha consciência de que a natureza era finita (Ibidem, p.396). A tomada de consciência a respeito da devastação ambiental é colocada como um acontecimento da contemporaneidade. No caso do Brasil, a preocupação ambiental é vista como uma discussão importada da Europa e dos Estados Unidos. Mas, para José Augusto de Pádua (2002), se retrocedermos alguns séculos encontramos documentos históricos que demonstram que esse tipo de questão já vinha sendo alvo de debates no período da colonização. No território do Brasil, autores dos séculos XVIII e XIX já escreviam reflexões ambientais tais como Joaquim Nabuco, José Bonifácio de Andrada.

Preocupado com as técnicas agrícolas utilizadas nas colônias, o ministro requereu aos governadores que enviassem relatórios com detalhes sobre o cultivo de produtos que poderiam ser exportados, assim como também pediu que fossem remetidas amostras botânicas e minerais para Lisboa (DIAS, 1968). O ministro tinha um especial interesse na domesticação e transferência de espécies e, em razão disso, recomendou aos administradores das colônias que enviassem exemplares de madeiras nativas acompanhadas de sugestões de seus usos (DEAN, 1991, p.08). Souza Coutinho ainda foi responsável pela implantação de jardins botânicos nas colônias. Segundo Nelson Sanjad (2001), em 1796 foi criado o primeiro jardim botânico do Brasil, situado na capitania de Grão-Pará e, conseqüentemente, foram empreendidos jardins botânicos em Minas Gerais, Maranhão, São Paulo, Pernambuco e Bahia.³⁵

Diferente das viagens realizadas no governo anterior, durante a administração de Dom Rodrigo os recortes geográficos foram mais diversificados. Realizaram-se expedições nas

³⁴ A preocupação com a conservação das matas existe desde pelo menos o século XVII, mas a questão é que as madeiras utilizadas na construção naval e para fins mais nobres estavam se tornando cada vez mais raras e, em razão disso, a Coroa resguardava a sua exploração para si.

³⁵ O diferencial entre a administração de Martinho de Mello e Castro e a de D. Rodrigo de Souza Coutinho é que, finalmente, os naturalistas teriam o apoio de instituições científicas nas colônias, o que facilitaria em muito o trabalho e o processo de experiências relacionadas à aclimação de plantas.

capitanias do Grão-Pará, Mato Grosso, Rio Negro, Maranhão e Piauí (PATAÇA, 2006, p.397). As lentes deste trabalho se concentrarão nas duas últimas capitanias, onde Vicente Jorge Dias Cabral, um bacharel em matemática, filosofia e direito e Joaquim José Pereira, um padre de procedência um tanto desconhecida, partem em 1799 sertão adentro, registrando as características da paisagem (montes, rios, lagos), a existência de salitre natural, a capacidade de produção de cochonilha, a possibilidade de extração de ferro e outros metais e a descoberta de plantas com fins medicinais.

No caixote N°5 com a marca “ K’ [sic] Vossa Excelência, um canudo de lata incluindo os desenhos, ramos dessecados, e descrições Botânicas das plantas, de que fala o Bacharel Vicente Jorge Dias Cabral no Ofício a Junta ; a cujo respeito só se me oferece dizer a Vossa Excelência - Ao que o dito Bacharel reduzindo as quatro diferentes espécies de Velame, ao “novo gênero” - Administer – ignorava; como agora vi na Memoria de Manuel Arruda da Camara sobre a cultura dos algodoeiros. Nota 2º á página 28, tem este Naturalista “creado” de húa delas o Genero, a que “deu” o nome de – Bruteria purgans-, pelo que será justo comparar a descripção de Manuel Arruda para ver com qual das referidas espécies coincide. – “V” que do officio “6” de Vicente Jorge Dias Cabral se conclui verificada antecipada reflexão, e que o Senhor José Mariano Velozo fez na página 160 da Quinografia Portugueza.

No mesmo caixote vaís também dous canudos de lata com as amostras de Salitre, mencionado na carta do Vigário de Valensa, Padre Joaquim José Pereira, e mais que consta de outros do supradito Bacharel. – Alegando os últimos avizos deste estará esperando as remessas em gran (tinta borrada) tempo as mandarei embarcar.

Deos guarde Vossa Excelência São Luiz do Maranhão, 25 de setembro de 1800/.

Ilustríssimo Excelentíssimo Senhor D. Rodrigo, de Sousa Coutinho.³⁶

Através do recrutamento do bacharel Vicente Jorge Dias Cabral e do padre Joaquim José Pereira, D. Rodrigo seguiu com o intento de conhecer e redescobrir a natureza do interior do Brasil. A partir da correspondência trocada entre D. Rodrigo e D. Diogo de Souza, o então governador da capitania do Maranhão e Piauí, é possível discutir o papel dado ao Estado do Maranhão na História natural portuguesa e analisar o movimento político realizado para explorar a flora, a fauna e os recursos naturais existentes, assim como a circulação de manuscritos e impressos que tocavam o tema do naturalismo.

O Estado do Maranhão e Piauí é o cenário e fio condutor do próximo capítulo, no qual pretendemos discorrer sobre as várias faces do sertão. O sertão enquanto cenário e palco de

³⁶ Ofício do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa para o secretário de Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho; sobre o envio de um canudo de latão com desenhos, ramos ressecados e descrições Botânicas. Anexo: 2 documentos. AHU_ACL_CU_009, cx.112, D. 8759.

encontro entre indígenas, colonos e escravos durante o período colonial. As relações de poder que foram erguidas nesse ambiente considerado inóspito e as redes de troca de saberes empreendidas por diversos agentes do Império.

Capítulo II: O sertão é do tamanho do mundo

Quais outras formigas errantes dos seus formigueiros pareciam as famílias d'aquela sertão, procurando o sustento à ventura, cruzando os caminhos e nele encontrando-se uma com as outras. Pelas estradas se viam os mortos, uns aqui e outros acolá, que pareciam querer despovoar os termos e capitânicas de seus domicílios: então foi que se viu nelas o crime e o delito, de sorte que os bons se tornavam maus, e os maus se tornavam piores. A mesma justiça não havia quem a administrasse. Circunstâncias de uma maior desventura a qual costuma seguir o caminho da calamidade ao seu maior auge.³⁷

A exploração e o estabelecimento de moradas na porção setentrional da América Portuguesa aumentaram o ritmo com o avanço da pecuária de caráter extensivo no caminho dos sertões. No século XVII, a “territorialização do poder” da Coroa portuguesa é conferida por meio da concessão de títulos de cunho simbólico, patentes militares e doação de sesmarias. Essa negociação de patentes e terras possuía um preço que seria pago nas sangrentas guerras para a concretização do domínio e colonização das terras. Dessa maneira, o maior interesse do corpo administrativo da Coroa portuguesa vinculado aos sertões, nesse

³⁷ Memória sobre extrema fome e triste situação... p.180

momento, era conseguir ocupar suas terras e garantir que fossem produtivas (OLIVEIRA, 2014, p.86)

A partir do século XVIII, o Império Português iniciou um movimento de “atlantização do Império lusitano” que significava uma mudança estrutural do Império para suas colônias, de onde provinha a maior parte dos seus recursos para a manutenção da monarquia. No século XVIII, as conjunturas da economia portuguesa ressaltam ainda mais a sua dimensão atlântica, amparada na colonização do Brasil e na harmonização junto às posses da África ocidental para o abastecimento de mão-de-obra. Apesar de esboçada ainda no século XVII, essa “viragem estrutural” só toma forma e obtém força no século XVIII, expandindo a implantação territorial na colônia brasileira. (SILVA, 2005; GOMES, 2010).

Russel Wood (2014) observa que as autoridades portuguesas e luso-americanas tomavam a expressão “fronteira” de maneira similar a “sertão” ou a “sertões”, afirmando que esses territórios tinham como principais características a pouca presença ou total ausência de representantes administrativos, fiscais, militares, políticos ou até mesmo eclesiásticos. Esses espaços eram habitados por pessoas que circulavam entre a região dominada e possuída de leis e o mundo desraigado da “civilização” - o mundo do crime e da desordem natural. Sendo assim, neste capítulo buscamos compreender o sertão enquanto palco de encontros e desencontros entre europeus, indígenas, africanos e a própria natureza durante o período colonial, onde relações foram forjadas e reconfiguradas com o avançar do tempo e a concretização da colonização.

Misterioso sertão

Para compreendermos o sertão da América portuguesa é indispensável retrocedermos no tempo e consultarmos os escritos do período da chegada dos portugueses ao Brasil.³⁸ O termo “sertão” e termos provenientes ou similares vêm sendo utilizados desde a carta de Pero Vaz de Caminha, na qual o sertão é mencionado duas vezes (SARAMAGO, 2015). Na

³⁸ A palavra “sertão” já era utilizada em algumas partes da Europa e principalmente na África e seu significado estava atrelado à distância que um território se encontrava da costa. Em razão disso, o sertão pode ser um lugar formado por florestas densas ou esparsas, contanto que sejam distantes do mar. Inicialmente o termo era escrito com a consoante C (certão ou certam) e era sinônimo de “mato” - na língua original usada na África Portuguesa - mas com o passar do tempo seu sentido foi ampliado para “mato longe da costa”. Dessa forma, os portugueses levaram-na para seus domínios, onde obteve demasiado uso e destino literário (BOLLE, 2004, p.48).

concepção de Caminha, o sertão é aquilo que está além do que se pode ver, bloqueado pela extensa camada de vegetação. Depois de Caminha, muitos outros cronistas e viajantes utilizaram o termo para caracterizar localidades muito afastadas e desconhecidas. Para Kalina Vanderlei Silva (2010), a noção de sertão habitou o imaginário da sociedade colonial desde o século XVI e foi concebida através da contraposição entre as regiões colonizadas do litoral e inseridas na jurisdição metropolitana versus as regiões distantes desse território. Dessa maneira, estabelece-se uma divisão entre a zona vista como *civilizada* e aquela considerada *selvagem*. “Até o início do apogeu da região mineradora, a principal região civilizada para o imaginário colonial é a área açucareira, sendo sua cultura barroca mestiça o padrão desta civilização” (Ibidem, p.188). Em contrapartida, o interior é apresentado como sertão, uma área vista como devoluta e que abarca, basicamente, tudo que se encontra longe do litoral e das vilas açucareiras (ABREU, 1988, LEONARDI, 1996).

Dentro desse contexto, se vamos seguir os passos que levam os pobres do açúcar ao interior continental durante o processo de conquista, precisamos começar por definir o próprio território para onde são deslocados, pois no segundo período português, o sertão é um espaço novo para a população das vilas canavieiras, apesar de não de todo desconhecido. Se, por um lado, a maioria dos homens que participam da conquista do sertão, sendo artesãos, vadios, elementos urbanos, poderia nunca ter estado longe das vilas, por outro, a idéia de sertão existe no imaginário dominante de sua sociedade desde o século XVI, não lhes sendo totalmente desconhecida (SILVA, 2010, p. 188).

A partir do momento em que foram surgindo necessidades mais profundas na colônia, os colonos começaram a direcionar o olhar para essas regiões até então pouco exploradas e, isto implica dizer que estas eram vistas como terras que não eram devidamente usufruídas. Surgiram novas urgências na colônia que conduziram a uma reorientação econômica e geopolítica que passou a investigar áreas inadequadas para o cultivo da cana-de-açúcar, sendo esses espaços os mais distantes do litoral rumo ao que denominavam de sertão. Por questões físicas e econômicas, o sertão se tornou um lugar muito propício para a criação de gado. Dessa forma, a pecuária se tornaria a principal atividade econômica, sendo desenvolvida em larga escala. Um outro ponto importante a ser analisado é que nesse “deserto vazio” habitavam dispersos e inúmeros grupos de índios ditos “tapuias” que outrora foram citados pelos povos tupis nos anos iniciais da “conquista” (MELO, 1996; LOPES, 1999).

Durante o século XVII nos deparamos com a utilização do termo sertão fazendo referência a um vazio demográfico no discurso de pelo menos dois cronistas: Martinho de Nantes e João Pereira Caldas. Nantes descreve os sertões como “solidões vastas e assustadoras” e Pereira Caldas disserta sobre a imensidão do território da América se comparada à quantidade reduzida de habitantes. Tanto no discurso de Nantes, quanto no de Pereira Caldas, podemos perceber, mais uma vez, que as populações indígenas são completamente desconsideradas enquanto habitantes da região. Nesses dois relatos e em muitos outros do mesmo período, os índios eram percebidos enquanto povos invisíveis (ARAÚJO, 2000, p.45-92) Se no século XVI, o uso do termo sertão representava apenas aquilo que estava apartado do litoral, ao longo dos anos foi paulatinamente adquirindo novos significados, se tornando também símbolo de hostilidade e de lugar sem lei. As diferenças marcadas entre o sertão e o litoral se perpetuaram até muito depois de ser colonizado por brancos. O litoral permanece enquanto morada dos civilizados, elegantes e sofisticados, já o sertão, se converte de inabitado para terra de vadios, pobres e ignorantes. Na visão de Lúcia Lippi Oliveira (2015),

O sertão, para o habitante da cidade, aparece como espaço desconhecido, habitado por índios, feras e seres indomáveis. Para o bandeirante, era interior perigoso, mas fonte de riquezas. Para os governantes lusos das capitâneas, era exílio temporário. Para os expulsos da sociedade colonial, significava liberdade e esperança de uma vida melhor. Como nos diz Janaína Amado, “desde o início da História do Brasil, portanto, sertão configurou uma perspectiva dual, contendo, em seu interior, uma virtualidade: a da inversão. Inferno ou paraíso, tudo dependeria do lugar de quem falava” (Ibidem, p. 22).

O espaço social e geográfico apontado como sertão está sempre em constante movimento, ora apresentado de forma negativa e ora positiva. Seu território percorre várias definições que fazem alusão a aspectos geográficos, demográficos e culturais: região hostil, distante do litoral, agreste, seca, onde nada se cultiva, onde a vida é muito difícil e sofrida, pouco habitada, desconhecida ou conhecida por suas tradições e costumes ultrapassados. Muito mais que todo esse apanhado de definições e características, encontra-se marcada nessa quimera a ideia de que o sertão não é um só, mas muitos sertões. Cada um é possuinte de similaridades e singularidades, “o sertão deve ser tomado como metáfora do Brasil” (OLIVEIRA, 2015, p. 22).

Fazendo o caminho inverso ao dos sertões asiáticos e africanos, no século da chegada dos portugueses ao Brasil, o sertão passa quase despercebido pelos exploradores e viajantes. Predomina uma barreira praticamente intransponível entre os sertões e o litoral, sendo assim, cruzar esse limite é assustador e repleto de mistérios, uma caixa de Pandora, onde tudo é incerto, mas provavelmente vasto de recursos naturais ainda inexplorados (SARAMAGO, 2015).³⁹ No entanto, Maria Lúcia Gnerre (2006) alerta que, “de antemão, devemos dizer que o sertão na colônia não correspondia ao semiárido nordestino, a uma imagem que temos hoje da terra seca ou desértica. O sertão da colônia tinha água abundante, tinha matas, e acima de tudo tinha índios” (Ibidem, p.317). Esse sertão era formado por diversos componentes como vastas matas, rios caudalosos, cerrados e campos, índios bravos e cativos, fazendas e aldeamentos de missionários.

Se tomarmos as palavras do autor desconhecido de *Roteiro do Maranhão*⁴⁰, o sertão descrito em suas memórias tem a dimensão reduzida, compreendendo a área que se encontra entre os rios Tocantins e Parnaíba conectando-se aos sertões do rio São Francisco. Dessa forma, essa região seria o centro do sertão do Brasil e foi explorada por Domingos Afonso Mafrense nos anos iniciais da colonização.⁴¹ Apesar de ser um espaço pequeno se comparado à extensão total do sertão do interior do Brasil, essa área abarca ecossistemas amazônicos, cerrado e caatinga. A região descrita em *Roteiro do Maranhão* é uma zona com rios impetuosos e secas rigorosas, com mata fechada e campos quase despidos de folhagens, habitado por homens incivilizados e jesuítas que tentam ensinar latim. Um multifacetado sertão que aparece nessa memória da seguinte maneira:

O Sertão que corre entre o Rio São Francisco e a Capitania do Piauí se alarga a quarenta e cinquenta legoas: e se estreita a quinze a catorze legoas. Hé Sertão quase todo ainda inculto, tão arido que nos mezes de Agosto, Setembro Outubro, Novembro e Dezembro, quando não chove (o que frequentemente acontece) secão as aguas que ficam estagnadas. E chega a faltar até a necessaria para saciar a sede dos viandantes: tendo alguns ja acabado, e outros sustentado a vida com o suco que extraem de humas grandes batatas creadas debaixo da terra nas raizes dos Ambuzeiros, arvores crescidas e espessas, e que não só conservao a folha, com que

³⁹ Para Victoria Saramago, a ideia do conceito de sertão não está necessariamente atrelada a uma única região ou a regiões específicas. O termo não é utilizado apenas no Brasil, como a literatura brasileira nos leva a crer. No entanto, não sabemos até que ponto o “sertão” nos outros continentes é utilizado para fazer menção a áreas longínquas e inacessíveis. p.232.

⁴⁰sertões são maiores que o sertão específico

⁴¹Devido a região “descoberta” e explorada pelo bandeirante, seu próprio sobrenome adquiriu a palavra “Sertão”, passando assim a ser chamado de Domingos Afonso Sertão, ao invés de Mafrense.

repara o ardor do sol, mas se cobrem de frutas agradáveis no gosto, e muito semelhantes na cor e figura as Ameixas brancas.⁴²

O *Roteiro do Maranhão*, tal qual muitos outros roteiros e diários escritos no período, mostra o sertão como uma terra plural composta por terras com denominações de origens indígenas e que não apresenta muita utilidade para aquelas pessoas que não são habitantes do lugar. Sendo assim, os viajantes que adentram o sertão têm de criar subterfúgios para decifrar sua natureza feroz e que muda constantemente. O sertão também é um espaço que assume as feições da liberdade e de um grande território que pode ser aproveitado para a agricultura e a criação de animais. No entanto, também é uma terra com obstáculos como o clima seco e a presença de índios bravos.

Subalternos sertões

O contexto da colonização da América Portuguesa é repleto de diversidades étnicas, linguísticas e sociais e os povos indígenas são protagonistas dessa história. Esses povos deslizavam por várias áreas e mantinham relações diversas e complexas com distintos agentes coloniais, como donos de fazendas, intendentess da Coroa, administradores, mestiços, negros escravos e livres. Isso demonstra que os grupos indígenas possuíam habilidades para manusear elementos à sua volta, indicando uma personalidade que ia se adaptando de acordo com as suas necessidades e interesses individuais ou não. Portanto, nesse momento, nos entregaremos ao intento de atravessar os sertões em busca de uma história que seja capaz de abarcar - na medida do possível - o "visível e o invisível" no processo de colonização (BRUIT, 1992, p.77 -121).

Os vastos e profundos sertões do Grão-Pará e Maranhão se configuram como um espaço privilegiado para os estudos sobre a experiência colonial portuguesa, já que, na segunda metade do século XVIII, a região da Amazônia encontrava-se no cerne das preocupações e reformas da Coroa. As reformas empreendidas pelo Marquês de Pombal carregavam também a tarefa de suprir as demandas que anteriormente eram desempenhadas pelas ordens religiosas, como é o caso da formação de alianças com indígenas para transmutá-los em súditos da Coroa. Para Patrícia Sampaio (2001):

⁴² Roteiro do Maranhão ...

Nesse momento, essa é a abrangência dos nossos “dilatados sertões”. Tidos e havidos como verdadeiros “viveiros de índios”, essa imensa área – objeto e palco das disputas coloniais – entra no século XVIII marcada pela tensão resultante dos conflitos provocados pelo assédio das tropas de resgate que conduziam enormes contingentes de cativos para o mercado de Belém e São Luís (Ibidem, p. 45).

Nesse cenário, as autoridades coloniais tinham plena convicção de que só seria possível obter benefícios com a exploração do território do Estado do Maranhão se utilizassem a mão de obra indígena. Para esse propósito, as autoridades buscaram, através de artifícios forjados pelos membros da Companhia de Jesus, tecer laços com a finalidade de compartilhar estratégias para catequizar e enclausurar indígenas. Simultaneamente, construíram acordos com os colonos dispostos a investigar a fundo as qualidades das novas terras, tendo total consciência de que esse empreendimento de exploração e ocupação não seria possível sem a utilização do trabalho indígena e negro. A documentação do período indica que, até a segunda metade do século XIX, traficantes de escravos remetiam, em uma quantidade considerável, humanos-produtos para os mercadores em terra para serem distribuídos pelos sertões da Bahia. Nesse contexto, o Diretório dos Índios assumiu o papel de cuidar e regular as questões que envolviam o processo de passagem dos indígenas da condição de “selvagens” à condição de súditos do Império Português.⁴³

A outorga de liberdade aos índios provocou um efetivo problema às instituições administrativas que tiveram que arcar com a escassez da mão-de-obra escrava. A atitude tomada para amenizar a situação que preocupava os colonos foi intensificar o tráfico de escravos africanos (DOMINGUES, 2000, p.50). As medidas inovadoras do programa pombalino amplificaram o abastecimento de mão de obra de origem africana, modificando assim, a paisagem humana da região de forma drástica. O fluxo de africanos cativos foi intenso e chegou ao mercado de escravos em Belém e na capitania do Rio Negro (SAMPAIO,

⁴³ No século XVIII, o Estatuto que regia os direitos dos índios era um tema recorrente durante as discussões dos legisladores, luso-brasileiros e governantes. Os índios descidos do sertão do Grão-Pará eram velozmente incorporados à sociedade eclesíastica e civil como serviçais nas áreas domésticas, artesanais, agrícolas, pecuária, na caça de animais e coleta de drogas do sertão e na condução de canoas. Em razão disso, muitos índios perderam suas vidas nos trabalhos pesados e constantes e nas epidemias de varíola e sarampo que afligiam o Pará. Sendo assim, em pouco tempo a taxa de mortalidade superou a taxa de natalidade e, apesar de ainda haver um enorme contingente de índios que desciam da planície hidrográfica Amazônica, os moradores nunca estavam satisfeitos e reclamavam pela falta de mão-de-obra. “Parece haver, à partida, uma clara contradição entre o discurso legislativo que procurava impor a liberdade das pessoas e bens dos ameríndios, facultando a tomada de opções e promovendo a livre circulação, com a necessidade crônica de uma mão-de-obra que, se fosse mantida escrava, poderia ser mais facilmente explorada” (DOMINGUES, 2000, p.38).

2012). Para Eric Williams (1972), os produtos produzidos no Novo Mundo - algodão e cana-de-açúcar - necessitavam de uma extraordinária força para o trabalho, que não poderia ser exercida pelos índios, mas era facilmente encontrada nos negros. A oferta de índios também era inferior à de africano, pois a segunda era considerada inesgotável. Dessa forma, os negros eram “roubados na África para trabalhar as terras roubadas dos índios na América” (Ibidem, p.13). Stuart Schwartz (1986) fornece um breve panorama sobre as razões de o governo português aderir ao tráfico de africanos, ao invés de manter apenas a escravidão indígena:

Os africanos sem dúvida não eram mais “predispostos” ao cativeiro do que os índios, portugueses, ingleses ou qualquer outro povo arrancado de sua terra natal e submetido à vontade alheia, mas as semelhanças de sua herança cultural com as tradições europeias valorizavam-nos aos olhos dos europeus. A suscetibilidade dos índios de todas as idades às doenças europeias aumentava o risco do investimento de tempo e capital para treiná-los em trabalhos artesanais ou de fiscalização. Naturalmente também os africanos sofriam nas condições ambientais do Brasil, mas as taxas mais elevadas de mortalidade entre os negros eram sempre encontradas entre os recém-chegados (boçais) e as crianças. Assim, tão logo um escravo se ambientava e ultrapassava a idade infantil, tinha grandes chances de sobrevivência e, portanto, de ser um investimento seguro (SCHWARTZ, 1986, p.70).

A consolidação do tráfico de africanos obteve como resultado a percepção de que a mão-de-obra africana era mais vantajosa que a indígena, pois demonstrou ser uma fonte de trabalho imprescindível ao progresso comercial e agrícola do Estado (MAXWELL, 1968, P.622). Assim, a escravidão africana invadiu cada uma das dimensões do cotidiano no Brasil, movimentando fazendas, minas, engenhos, cozinhas, cidades, salões, plantações e fábricas (GOMES e REIS, 2012, p 9). Portanto, para delinear um panorama dos sertões nesse período, não podemos nos contentar apenas com o que está registrado nas fontes escritas, pois a ocupação dessa região está intimamente ligada às crescentes demandas por mão de obra e cuja riqueza é, em parte, medida pela quantidade de trabalhadores escravizados. O povoamento dos sertões foi exercido pela ação de religiosos, caçadores de gentios e africanos, e apenas seguindo os rastros de sangue e o cheiro da morte, física e cultural, podemos nos arriscar a reconstruir a história da “conquista”. O sertão é composto por diferentes versões e é palco do encontro que gerou a condição de colonizador e colonizado, mas também de acirrados embates entre as populações nativas, habitantes locais e aqueles

que foram arrastados à força para um território ao qual nunca quiseram pertencer. O comércio de escravos recém-chegados à cidade de Salvador possuía um fluxo contínuo e sincrônico com o comércio de produtos das mais diversas naturezas. Para Mairton Celestino da Silva (2016), “Trocas, acordos e redes de comércios eram firmados nos sertões da Bahia e de lá seguiam até as mais distantes fazendas de gado do Piauí, Maranhão e Goiás” (Ibidem, p. 20). As similaridades e singularidades presentes nesse mercado de humanos-produtos paralelamente ao comércio de gado ainda é bastante obscura, assim como os detalhes das vidas dos africanos escravizados antes de serem retirados de seu local de origem ou, ainda, as relações erguidas nos espaços e no cotidiano das fazendas, entre si e com as populações indígenas locais.

	Homens	Mulheres	Total
Branços	1.885 (17,7%)	1.320 (15,5%)	3.205 (16,7%)
Mestiços	4.372 (41,0%)	3.140 (48,6%)	8.512 (44,4%)
Negros	3.856 (36,1%)	2.487 (29,2%)	6.343 (33,0%)
Índios	556 (5,2%)	575 (6,7)	1.131 (5,9%)
Total	10.669 (100,0%)	8.522 (100,0%)	19.191 (100,0%)

Tabela 1: Distribuição da população da Capitania do Piauí em 1776. Construída com base nos dados apontados por Luiz Mott (MOTT, 1985, p.78).

Como demonstra a tabela 1, nesse período, em razão da distância entre as fazendas, a sociedade do Piauí foi constituída por afastados e reduzidos centros habitados. Logo nos anos iniciais da colonização, parte da população era composta por brancos, índios, mestiços e negros, em sua maioria homens e analfabetos. Já os escravos e livres coexistiam em um espaço de criatório onde a hostilidade imperava. Nesse âmbito, é válido salientar que os escravos executavam os trabalhos do ambiente pastoril, o que vai contra alguns argumentos da historiografia tradicional, que defendia a ideia de que no Piauí colonial, a escravidão e a criação de gado não se conciliavam. Segundo Luiz Mott e Tanya Brandão, não havia trabalho livre na zona pastoril do Piauí colonial, sendo assim, desde o setecentos o trabalho mestiço, negro e indígena eram a base que sustentava a economia do sertão. Esse trabalho era forçado e se enquadra completamente no rigoroso, violento e arbitrário sistema escravista brasileiro. O temperamento hostil e violento dos colonizadores, assim como a força e oposição dos

escravizados em se entregar às vontades alheias demarcam rigorosamente o processo de “conquista” e povoamento nesta região da América portuguesa (MOTT, 1985; BRANDÃO,).

A abertura comercial para o Atlântico a partir do tráfico de escravos com a África, o incremento do comércio Atlântico com a exploração das drogas do sertão e a criação de uma legislação indígena - com um incessante jogo de disputas envolvendo decretos, cartas e alvarás instituindo ou revogando leis em torno da legitimidade da liberdade dos índios - causariam bastante transtorno, sobretudo, nesse momento inicial da ocupação portuguesa. Os confrontos entre colonos e missionários, as críticas dos colonos do Maranhão e do Grão-Pará em relação às regras impostas pela Companhia de Comércio e a consequente Revolta de Beckman situam-se, portanto, no horizonte mais amplo dos descontentamentos coloniais e da instabilidade administrativa do Império português frente aos problemas do Novo Mundo (SILVA, 2016, p.19).

A diversidade dos povos indígenas e africanos que tinham ou fizeram dos sertões local de morada e os interesses distintos demonstrados pelos missionários, colonos e autoridades portuguesas durante o período colonial nos permitem questionar as interpretações que discutem as relações históricas de maneira dicotômica: índios e missionários/colonos; exploradores e explorados. Há aqui a renúncia em aderir às formas de compreender que se conformem em categorizar os personagens nos cenários onde se formam os contatos físicos e culturais - como o contato entre os europeus e o Novo Mundo - e que possuam a finalidade de amenizar as consequências da brutalidade e opressão sob as quais as sociedades foram erguidas, ainda que reconheçam as evidentes feições do passado hostil e violento da sociedade colonial, das corriqueiras relações de poder sobre os povos indígenas (cativo, conversão e “guerra justa”) e de todo o forte e imenso projeto colonial instituído nas Américas. Apesar disso, as vozes humanas são realçadas junto à necessidade de firmar seus desejos perante as perseguições da história (GRUZINSKI, 2014).

Cronistas pelo sertão

Um apanhado de relatos, diários de viagem, desenhos, mapas, tabelas, cartas e memórias são o resultado das viagens empreendidas por naturalistas, militares, bacharéis e religiosos pelo sertão. Toda essa produção de investigações acerca da natureza é fruto dos esforços empreendidos pela Coroa portuguesa, que almejava ampliar as formas de exploração utilizando recursos naturais das regiões ainda pouco percorridas, como era o caso dos dilatados sertões do território que hoje correspondem à região nordeste. Homens de ciência se

destinaram, então, à tarefa de observar, descrever e catalogar esses sertões e seus habitantes, dando corpo ao projeto colonial que carecia de constantes negociações entre as populações locais e até mesmo com a própria natureza (CABRAL, 2014). Esse sertão a ser “desmistificado” por agentes coloniais correspondia - da perspectiva administrativa e burocrática da América portuguesa - a “uma extensão crescente, árida e semiárida, dos interiores de Minas Gerais, Bahia e Pernambuco, até Piauí e Ceará e Maranhão, submetida aos excessos de temperatura e clima, a longos períodos de secas violentas, tempestades e inundações relampejantes” (RUSSELL-WOOD, 1998, p.181).

Nas últimas décadas do século XVIII, as descrições, mapeamentos e reconhecimento das propriedades da fauna, flora e recursos mineralógicos são intensificados. Ainda na década de 1780, o recém-formado na primeira turma da Universidade de Coimbra pós-reforma, João Machado Gaio é enviado pelo governador do Maranhão à Serra da Ibiapaba e, em seu trajeto, escreve sobre as Capitanias do Ceará e Piauí. O percurso da viagem não foi escolhido por obra do acaso, pois essa região já vinha recebendo atenção dos administradores coloniais em razão do seu clima mais ameno e que se assemelhava ao de outras colônias portuguesas como a Madeira e Açores. Gaio descreve a região ressaltando que “o ar atmosférico é puro, livre, e isento de vapores particulas danozas apesar das minas de que abunda esta maravilhosa Montanha é saudável aos corpos igualmente animais, quer vegetais”.⁴⁴ A viagem de Machado Gaio ocorreu poucos anos após serem divulgados uma série de manuais que abordavam técnicas de investigação, reconhecimento e envio de plantas, animais e minerais. Dessa maneira, se a região da Ibiapaba já intrigava os agentes da Coroa por seu contraste com o clima da região, após a circulação desses manuais houve o contínuo envio de produtos naturais para os gabinetes, onde analisavam a qualidade dos recursos e confirmavam suas propriedades nas artes de curar, alimentação e construção (PEREIRA, 2012, p.116-120).⁴⁵

Durante a viagem, Machado Gaio descreveu aspectos da flora, tecendo comentários sobre os possíveis usos nos âmbitos já citados e observando como os povos indígenas

⁴⁴ VIAGENS FILOSÓFICAS DE JOÃO MACHADO GAIO. In: OFÍCIO do governador da capitania do Maranhão, José Teles da Silva, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre dois caixotes contendo produtos de História Natural pertencentes ao naturalista João Machado Gaio, encontrados nos sertões da capitania. Anexos: 2 docs. 24/02/1785, Maranhão. AHU_ACL_CU_009, Cx. 64, D. 5719. fl. 4.

⁴⁵ Apesar de no passado terem existido controvérsias acerca da inclusão das chapadas nas regiões dominadas pela caatinga, hoje é consenso que elas são uma das principais características da paisagem desse bioma. Dessa forma, não é incorreto conceber a expedição de Machado Gaio como a primeira de caráter iluminista a percorrer a caatinga (PEREIRA,2012).

utilizavam os vegetais no cotidiano. No entanto, o viajante também registra a dificuldade encontrada em conseguir informações desses habitantes que rejeitavam a ideia de compartilhar seus conhecimentos. Não é possível afirmar a razão exata disso ocorrer, mas não é muito difícil imaginar que os povos indígenas - já conhecedores dos invasores europeus - tinham dificuldades em confiar nos “outros” que ali se apresentavam. É importante ressaltar que o sucesso das expedições dependia em muito dos laços que os viajantes conseguiam firmar com os indígenas, "os melhores mestres para nos ensinarem os nomes das plantas e o seu uso".⁴⁶ Portanto, à medida que o sertão era descoberto pelos interesses europeus, o saber local que se encontrava protegido pelos habitantes, a partir das expedições poderia se converter em conhecimento universal (LATOURE, 2000, p.351).

Manuel Arruda Câmara também percorreu os sertões, tendo sido o primeiro naturalista a conseguir publicar alguns de seus escritos. No entanto, parte significativa dos seus principais trabalhos de botânica sistemática tem sua localização ainda desconhecida (KURY, 2012, p.167). Para historiadores como José Antônio Gonsalves de Mello (1982), Arruda Câmara foi um dos mais importantes representantes intelectuais do reformismo ilustrado do final do século XVIII, cumprindo bem a tarefa de unir a ciência ao utilitarismo. Arruda Câmara - apesar de ter estudado em Coimbra e em Montpellier - tinha suas raízes fincadas no alto sertão da Paraíba, sendo filho de Francisco Arruda Câmara, um prestigiado fazendeiro e capitão-mor cuja influência política ultrapassava a população local e se estendia como um dos preeminentes apoiadores dos governadores de Pernambuco (GUEDES, 2013).

Antes de decidir ir estudar em Coimbra, Arruda Câmara pretendia seguir a carreira eclesiástica e chegou a ser noviço, mas deixou os votos para seguir carreira acadêmica na Europa. A partir de 1793, Arruda Câmara começou a realizar viagens filosóficas pelas capitâneas do norte. Mas segundo a pesquisadora Lorelai Kury (2012), apesar de as viagens realizadas por Arruda Câmara se enquadrarem no conceito de “viagens filosóficas”, elas não foram concebidas sob a orientação direta de Domenico Vandelli. Arruda Câmara prestava contas diretamente ao ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho e ao Frei Mariano da Conceição Veloso (KURY, p.167). O ministro aparece em dedicatórias das obras do naturalista, demonstrando sua gratidão por, mesmo do trono, conseguir se preocupar com os férteis campos (dos sertões) e deles buscar tirar as suas dádivas.⁴⁷ Além da dedicatória a D.

⁴⁶ VANDELLI, Viagens Filosóficas ou dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista nas suas peregrinações deve principalmente observar.

⁴⁷ CÂMARA, 1982, p. 28.

Rodrigo de Sousa, Arruda Câmara batizou um gênero vegetal descoberto por ele, Linharea, em sua homenagem e indica duas espécies do gênero: a canela-do-mato (*Linharea aromatica*) e a catinga branca (*Oreodaphne tinctoria* (Arruda) Rosenthal).

Destas duas plantas a primeira tem as folhas, e casca mui cheirosas, arremendando ao cravo da índia; não tem por ora uso na sociedade, por não ser conhecida; eu já destilei as folhas e casca desta planta, depois de macerada em aguardente, e rendeu-me um licor assaz agradável; tenho experimentado que a tintura das folhas, além de ter um gosto e cheiro agradável, fortifica o estômago. Abundam muito deste arbusto alguns tabuleiros na extrema da capitania da Paraíba com a do Ceará na ribeira do Pinhancó e também encontrei no Piauí.

A segunda planta, chamada vulgarmente catinga branca, é um arbusto abundantíssimo nas fraldas das serras e margens dos riachos dos sertões de Pernambuco, Paraíba e Ceará. Ele dá uma tinta amarela pelo cozimento, bastantemente fixa em peles; é provável que com algum *mordente* se possa fixar em Panos de algodão, bem como a tinta de tabajuba (*morus tinctoria*). Além deste préstimo, tem o de curar sarnas, lavando-se o doente com o cozimento de suas folhas. Estas duas plantas, não as podendo arranjar em nenhum dos gêneros conhecidos, constituí um novo, a que dei o nome Linharea, para eterna memória do Excelentíssimo Senhor D. Rodrigo de Sousa Coutinho, conde de Linhares, Cultivador e Protetor das Letras (ARRUDA, 1982, p.216 -217).

Em suas viagens pelo sertão, Arruda Câmara descreveu plantas abundantes no Ceará, Maranhão e Piauí, como o pequi, buriti, morangaba, urucu, pitombeira, macaíba, andiroba, caroba, ipecacuanha preta, caroá, batata de purga, almécega, barbatimão, umbuzeiro, anil trepador e etc. As suas utilidades eram as mais diversas, alimentação rica em nutrientes, para fins de cura, extração de tinta, construção e cordoaria. O naturalista dedicou sua atenção a mais de cem espécies de plantas e sua obra foi eternizada não apenas através da divulgação dos seus muitos estudos botânicos, mas também por seu trabalho ter sido reconhecido por outros naturalistas como Auguste de Saint-Hilaire (FRÓES, 2010, p.245). Em seus escritos, Arruda Câmara enfatizava a importância das necessidades humanas na criação ou descoberta de conhecimento indispensável à sobrevivência, como é o caso da agricultura, medicina e cirurgia. O conhecimento e domínio da natureza poderia fornecer ao homem os mais variados meios para atingir a felicidade pública e por essa razão “deveriam ocupar o primeiro lugar na ordem dos tempos (...)” (Câmara, 1813a, p. 23-24).

No decorrer da sua obra, Manuel Arruda Câmara nos conduz por um caminho que elege o estudo científico da natureza e encontra meios de divulgá-lo, a fim de converter o saber científico em benefícios à sociedade. Um veículo de divulgação científica que ganhou

destaque foi o jornal “O Patriota”, que circulou por cerca de dois anos e que se demonstrou, dois séculos depois, uma fonte riquíssima à historiadores das ciências, da saúde e até mesmo ligados a questões mais literárias. Nesse sentido, Lorelai Kury (2007) analisou o jornal e evidenciou o seu papel na divulgação do conhecimento científico acerca da natureza do território do Brasil. Para Kury, as publicações em “O Patriota” também possuíam a função de organizar os estudos científicos existentes sobre o Brasil, ao mesmo tempo que eram utilizadas para compor uma visão da “natureza brasilica”. A obra *Memória sobre a cultura dos algodoeiros*, de Arruda da Câmara, ocupa lugar de destaque nas páginas do jornal ao dissertar sobre as formas de plantar, colher, desencaroçar e preparar o produto para o armazenamento, transporte e comercialização. Com o auxílio de um riscador, Arruda Câmara ainda detalha parte dos processos através de desenhos minuciosos.

Em *Memória sobre a cultura dos algodoeiros*, Arruda Câmara alerta os agricultores sobre as principais causas das moléstias que afetam as plantações e, entre as causas mais comuns, estava o ataque de insetos e pássaros. A Broca (Imago revelata) era uma larva de um inseto que se nutria do lenho do algodoeiro, enfraquecendo a planta até que “ao menor aceno dos ventos” se quebra e perde todos os frutos; depois, a larva se transforma em lagartas, que se alimentam das folhas e realizam todo o processo de metamorfose em cerca de 20 dias, estas morrem somente com a força das tempestades contínuas. Há ainda os gafanhotos, funestos aos algodoeiros e que devastaram as plantações de Pernambuco no ano de 1794. Arruda Câmara os descreve minuciosamente em palavras e com o auxílio de desenhos. Já a respeito dos pássaros, o autor escreve pouco e se contenta em dizer que “todas as espécies da família dos papagaios são prejudiciais aos algodoeiros, principalmente os mais pequenos, do papagaio para baixo, todos os periquitos, jandaias etc.” Segundo Tiago Bonato (2010) e Lorelai Kury, a pesquisa de Arruda Câmara em *Memória sobre a cultura dos algodoeiros*, é uma das mais detalhadas e completas caracterizações da caatinga daquele período. O naturalista descreve a composição vegetal da caatinga e a enquadra, depois das beiras de rios e riachos, como a mais adequada para o cultivo do algodão. Nas palavras de Arruda Câmara:

Distinguem-se três qualidades de terreno, em que se costuma plantar Algodoeiros. 1º Vargem, 2º Caatinga, 3º Arisco. Chamam vargem as planícies, que bordam os rios, e ribeiros; logra também o nome de vargem uma planície sem lombo algum, ainda que não seja retalhada de rio; mas as primeiras são com razão preferíveis a estas pela sua melhor produção. Caatinga, em todo o rigor do termo, entende-se por um terreno cheio ou coberto de uma espécie de *Cassia*, não descrita ainda por Lineu, à que eu tenho dado o nome de moscata; mas *lacto modo* tão bem se chama caatinga

um terreno coberto de outro qualquer arbusto baixo como é o marmeleiro, velame... (Câmara. p.37)

De modo geral, Arruda Câmara considerava as terras brasileiras como muito apropriadas para o plantio de vegetais e acreditava que suas peculiaridades, provenientes de suas duas estações, era o que as distinguiam das terras existentes na Europa. Essa singularidade tornava o solo do Brasil o mais conveniente para o cultivo de algodão, onde os algodoeiros poderiam se desenvolver bem e produzir abundantemente por pelo menos dez anos (Ibidem, p. 40-42). O autor demonstrava incômodo com as perspectivas de alguns naturalistas estrangeiros sobre a natureza do Brasil e não hesitava em refutá-los. Para Arruda Câmara, o conhecimento dessa natureza representava, além das questões econômicas, um conjunto de saberes médicos provenientes das muitas propriedades medicinais das plantas nativas. A partir do prisma científico, o naturalista, assim como outros ilustrados, acreditava que o conhecimento científico deveria ter como principal finalidade servir ao “bem comum” da Pátria. O bem comum, segundo Arruda Câmara, era o edifício cuja construção era responsabilidade de todos, cuja obrigação era levar os materiais de acordo com seus talentos e capacidades (FRÓES, 2010).

Dona Maria, por graça de Deus Rainha de Portugal e dos Algarves ... faço saber aos que esta minha carta patente virem que eu hei por bem fazer mercê a João da Silva Feijó da patente de Sargento Mor de Milícias da Capitania do Ceará para onde deve partir, incumbido de vários objetos de História Natural, continuando a vencer naquela Capitania o mesmo ordenado de quatrocentos mil réis que aqui cobrava, e com o posto haverá o soldo que lhe tocar, pago na forma de minhas reais ordens.⁴⁸

Como o trecho acima demonstra, João da Silva Feijó – depois de permanecer vários anos trabalhando em Cabo Verde – torna-se sargento-mor de milícias e naturalista da Capitania do Siará Grande. Entre as suas funções, estava a de estudar as riquezas naturais da região ao longo de sua estadia, que durou cerca de 17 anos. O naturalista se dedica a explorar, mapear e descrever a natureza ao seu redor e desse esforço surgem cartas topográficas e uma quantidade expressiva de memórias, das quais se destacam: *Preâmbulo ao ensaio filosófico e político sobre a Capitania do Ceará para servir para a sua história geral*; *'Coleção descritiva das plantas da Capitania do Ceará*; *Memória sobre as antigas lavras de ouro da*

⁴⁸ Livro de Registro da Vedoría Geral da Capitania do Ceará, fls. 9v e 10v. (apud Silva Nobre, op. cit., pp. 177-8).

Mangabeira da Capitania do Ceará e Memória sobre as minas de ferro do Cangati do Choró na Capitania do Ceará. Em seu trabalho, Feijó tem o privilégio de atravessar a capitania antes de um avantajado número de viajantes estrangeiros que a percorreriam posteriormente (SILVA e LOPES, 2004). No século XIX, com os olhos ávidos por descobertas - úteis, novas e exóticas - os viajantes brasileiros e estrangeiros buscavam nas terras recém-descobertas, nomear lugares, animais e plantas. Procuravam, assim, inscrever tais locais e suas peculiaridades no universo dos brancos, dos mapas e do próprio tempo histórico. Seu empenho serviria para assinalar a existência dessa natureza aos olhos do ocidente e sua metamorfose do estado de pura natureza para um caminho rumo ao que este viajante entendesse como civilização (SÜSSEKIND, 1990).

A partir da chegada de Feijó à capitania do Ceará, percebe-se que há uma troca expressiva de cartas e ofícios entre as autoridades portuguesas, as autoridades da capitania do Ceará e o próprio Feijó. Para Clarete Paranhos (2007), esse movimento, além de salientar o esforço oficial no empreendimento de investigação da natureza da região, também nos leva à reflexão de que Feijó não era um agente solitário. Seu trabalho estava em consonância com toda uma rede de intermediários. Ainda que tivesse o apoio de uma rede de colaboradores no Império, por vezes o naturalista se mostrava insatisfeito com algumas questões que dificultavam seu trabalho de campo.

V. Exelêcia sabe muito bem que progressos Sientificos se podem esperar dos trabalhos de hum Naturalista, como eu, que viaja, destituido de todos os meios auxilliares, para o fim de suas dilligencias: Sem Livros convenientes, para se não darem por novidades, coizas ja conhecidas; sem hum Dezenhador, capas, que a vista dos objectos vivos, os retratam como fazem naturalmente, Sem instrumentos para as observaçoens fizicas, chimicas, e Topograficas &., não sei que se possa dar passo vantajozo na progressão do meu officio: V. Ex.cia que esta verdade conhece, digne-se sendo servido, attender a esta minha necessidade; fazendo que eu seja auxiliado com hum exemplar da edição ultima do Systema geral de Linneo por Gonelim, com a Flora Guianense, com a Ensylopedia methodica botanica de Lamark e Fabricio, com hua em prensa, e papel, para a deseccação das Plantas, com hum Oitante regular, e bem desempexado para notar em minha Carta Topografica, ao menos as latitudes em que encontro alguma Mina &. em que demorão os Portos &. &., hum Grafometro, e compassos Mathematicos para medir as alturas respectivas das Montanhas &. hum Barometro para notar estas mesmas alturas, e os differentes estados da athmosfera, Estaçoens & ;

49

⁴⁹ AHU, Ceará, Cx.14, D811. 13 de dezembro de 1800.

Como podemos observar no trecho acima, Feijó estava disposto a realizar seu trabalho de descrição da natureza do Ceará em conformidade com as instruções recebidas de Vandelli. O naturalista se dedicaria a buscar espécies botânicas, recursos minerais, estudar as madeiras da região e até mesmo fazer levantamentos cartográficos. Entretanto, Feijó não recebia os recursos necessários para realizar a empreitada de maneira mais significativa. Para Magnus Roberto Pereira (2012), isso é uma demonstração de que Feijó permanecia sendo um agente secundário no meio científico-administrativo, pois, em período similar, Arruda Câmara e o padre Joaquim José Pereira, acompanhado do bacharel Vicente Jorge Dias Cabral, receberam o aparato necessário para suas respectivas expedições, incluindo riscadores e materiais para montar um laboratório químico para realizar testes concernentes ao salitre. No entanto, apesar de o padre Joaquim José Pereira não ter medido esforços para ser escolhido pela Coroa para gerenciar a produção artificial do salitre, Feijó acabou sendo designado para a tarefa e iniciou a construção de jazidas em pelo menos três localidades.

Apesar dos esforços de Feijó para produzir salitre em escala econômica – e assim ser reconhecido e receber os benefícios pelo seu empreendimento – seu trabalho foi duramente criticado em um relatório produzido por Carlos Napione, um engenheiro-militar italiano que assumira o comando das Reais Fábricas de Pólvora em 1802. Após ler um relatório enviado por Feijó com informações sobre a produção de salitre e os custos envolvidos em tal atividade - como mão de obra e materiais - questiona a qualidade do salitre que vinha sendo produzido. Segundo Márcia Helena Ferraz (2012), o método usado por Napione para averiguar a pureza do salitre demonstrava que havia “muriato de soda” (cloreto de sódio) em maior quantidade que o indicado e, por esse motivo, o salitre seria considerado de segunda qualidade. Resumidamente, Napione acusava o naturalista de não ter tido o cuidado adequado para a purificação e refinação do salitre. Nesse período os ânimos de alguns agentes coloniais estavam exaltados e o próprio Napione já ocupou seu cargo direcionando acusações para os seus antecessores, as mesmas que receberia anos depois de seus sucessores. Feijó não deixou de se defender, afirmando que não era justo acusá-lo de descuido com o seu trabalho quando não possuía nem sequer os instrumentos básicos para a análise do salitre, ou seja, mais uma vez o naturalista reivindicava um laboratório portátil para efetuar seu trabalho. Em meio a

essas e muitas outras considerações, em 1806 o trabalho de Feijó na produção de salitre é encerrado (PEREIRA, 2012).

A configuração dos sentidos, paisagens naturais e humanas desse sertão vivido e documentado ao longo do passado colonial responde, diretamente, a projetos econômicos e à exploração de espaços e indivíduos. Conhecimentos, no entanto, subjazem a essas atividades, impondo - nos lembra Latour - suas próprias regras e códigos de linguagem (LATOURE, 2000). O trânsito desses saberes, se examinado atentamente, só se faz através de processos que denunciam necessidades e barreiras passíveis de investigação no nível das viagens filosóficas e da máquina administrativa que as designa. Até aqui, pudemos acompanhar a mobilização de estruturas e a criação de instituições que, nas últimas décadas do século XVIII, visavam suprir as distâncias entre Portugal e o ultramar. Além do interesse renovado pelas colônias, essa articulação também salienta a ironia contida na base do modelo absolutista, explicitada por Hespanha em “Às vésperas do Leviathan”. O caso do Império Português identifica o que diz Hespanha sobre a conciliação aparentemente contraditória entre, de um lado, a concentração do poder do soberano e, do outro, a concessão de atribuições e investimentos a seus domínios (HESPANHA, 1994). Esses desdobramentos enunciam a condição de dependência portuguesa com respeito às condições de suas colônias, o que determinou que alguma harmonização entre as partes do Império ultramarino tenha sido, nesse sentido, um requisito no horizonte das reformas já tratadas por nós.

Agora que começamos a nos aproximar do contexto das capitanias, as formas do poder local e a prática da história natural pelos viajantes entram em perspectiva como elementos importantes de uma cultura de expansão econômica, mas também como parte integrante de um complexo - as redes tratadas por João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa - que movimenta e transforma conhecimentos encontrados em diferentes linguagens, por diferentes agentes (FRAGOSO E GOUVÊA, 2010). Na condição de representantes das categorias da ciência experimental e utilitária daquele momento, figuras como Arruda Câmara, Machado Gaio, Feijó e Dias Cabral são os principais agentes desses fluxos, negociando a aquisição de informações que deveriam, então, fazer caber nos termos das instituições e da modernidade europeia. Não apenas os naturalistas, mas os indivíduos representam os nós, por excelência, desse tecido de transformação multidirecional do conhecimento.

Bruno Latour é esquemático quanto às relações entre a exploração colonial e os viajantes, estes últimos como meios de alimentação indispensáveis a ciclos de acumulação de informações - os objetivos finais - que facilitam, progressivamente, a criação de assimetrias e a domesticação de pessoas e lugares. No caso português, Dias Cabral e Joaquim Pereira são partes desse complexo e muitas das suas noções no campo são devedoras de ciclos anteriores onde foram desbravados procedimentos e desafios de trabalho e observação. O aparato institucional e as instruções de viagem tratados no capítulo inicial da dissertação demonstram, então, que um “caráter cumulativo da ciência”, nos termos de Latour, condiciona meios para maior eficiência da extração e remessa de dados, bem como os lugares que deverão retê-los nos centros de projetos coloniais. Já neste segundo capítulo, observamos as camadas conceituais, geográficas e humanas de sertões que interessaram mais à colonização pelo que se tinha para levar, as riquezas e saberes que Latour chamou de “implícitos”, em matas, rios e indivíduos nativos, transformados em produtos “explicitados” pelos naturalistas. Os mesmos conhecimentos encarados de maneira corriqueira e natural por guias nativos eram começo e fim de ciclos de capitalização para estrangeiros, cuja presença, em muitos casos, começava a gerar desconfiança e resistência, como vimos a partir dos relatos de Machado Gaio. Aos naturalistas, portanto, não restava opção que não fosse buscar o que procuravam nos laços desenvolvidos localmente (LATOURE, 2000).

Podemos, assim, enxergar nas trocas locais, bem como na estrutura colonial mais ampla, uma interdependência que, informada por esses autores, se manifesta em diferentes níveis. Tratando, a seguir, da viagem e investigações de Cabral e Pereira, veremos melhor como essas escalas de relações e interesses se entrelaçam em diferentes ambientes e modalidades de contato, resultando em conhecimentos que, invariavelmente, se processam em palavras e diagnósticos que apenas lembram suas formas originais.

Capítulo III: O visível e o invisível nas viagens ao sertão

Os trabalhos que se dedicam a analisar as viagens no sertão do que hoje corresponde à região nordeste têm ganhado cada vez mais espaço na historiografia brasileira (ABREU, 1982). No entanto, as viagens realizadas pelo sertão do Piauí não são muito numerosas, pois, essa região aparecia, com maior frequência, nos relatos enquanto um local de passagem (PATACA, 2011). A partir de 2010, surgiram estudos sobre uma expedição cujo destino oficial foi o sertão do Piauí, da qual os membros principais foram o bacharel em direito

Vicente Jorge Dias Cabral e o padre Joaquim José Pereira. Essa viagem durou cerca de três anos (1799-1803) e atravessou os sertões da capitania do Piauí, registrando os recursos naturais e estudando formas de melhorar a agricultura na região.

Nas páginas seguintes deste capítulo, analisaremos, a expedição empreendida pelo padre Joaquim José Pereira e o bacharel em Direito Civil e Filosofia Vicente Jorge Dias Cabral aos sertões da Capitania do Maranhão e Piauí. Através dos seus relatos, memórias, diários e correspondências, mergulharemos no cotidiano de caminhada, catalogação, experimentos, coleta e transporte de recursos naturais úteis para a economia local e da Coroa Portuguesa. Antes de nos aprofundarmos na expedição Pereira-Cabral, no entanto, buscaremos compreender a dinâmica colonial da capitania do Piauí e o faremos consultando brevemente a trajetória de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Ministro da Marinha e Ultramar durante o período de 1796 a 1801 e D. Diogo de Sousa, governador da capitania do Maranhão e Piauí de 1798 a 1804. Através da análise de documentos oficiais, seremos levados a pensar alguns aspectos do programa político luso-brasileiro de circulação de ideias e de incentivo da produção de um conhecimento, ao mesmo tempo, científico e utilitário (MAXWELL, 2005, p.232-234).

Reformas na administração da capitania do Maranhão e Piauí

Como já observado no capítulo inicial desta dissertação, em 1796, D. Rodrigo de Sousa Coutinho assume o cargo de Ministro da Marinha e Ultramar e permanece até o ano de 1801. Sousa Coutinho era um apoiador e entusiasta das pesquisas de cunho naturalista e esteve envolvido na fundação da Academia de Ciências de Lisboa e da Tipografia e Cacografia do Arco do Cego. A partir desses interesses voltados para o naturalismo-utilitário, Sousa Coutinho passa a se dedicar a empreendimentos que buscam explorar as riquezas naturais e repensar as técnicas agrícolas do Império. Para que seus empreendimentos fossem possíveis, D. Rodrigo começou a solicitar constantes relatórios dos governadores das capitanias, informando quais recursos naturais e humanos existiam no território. Essas informações chegavam às mãos dos letrados que realizavam uma análise detalhada sobre os potenciais econômicos de cada região (GESTEIRA, 2014, p. 190 - 194). Com a fundação da

Tipografia e Cacografia do Arco do Cego, Sousa Coutinho demonstrava que seus interesses iam além do desenvolvimento do naturalismo utilitário e passa a se preocupar com a circulação do conhecimento adquirido através das viagens. Esse pensamento é indispensável para entender a política empreendida por D. Rodrigo, tendo em vista que seu governo foi marcado por mudanças nas atividades voltadas para o extrativismo mineral e para a agricultura. D. Rodrigo consegue administrar os interesses do reino juntamente com os da elite ultramarina, montando assim, um extenso quadro de intelectuais naturais da América portuguesa, tais como Frei José Mariano Veloso e Vicente Jorge Dias Cabral (COUTINHO, p.12).

Nesse contexto, D. Rodrigo era perseguido pelo medo de que os ideais difundidos pela França chegassem ao território da América portuguesa e interferissem no poderoso elo entre Portugal e o restante do reino. Para impedir que os ideais atravessassem o continente e penetrassem na América, o governo aderiu a medidas cautelosas em relação ao recebimento e difusão de impressos nas conquistas. As discussões que poderiam penetrar os domínios ultramarinos seriam somente aquelas que prezassem pela estabilidade do Império e a expansão econômica através do progresso técnico. Permaneceriam, assim, vedados quaisquer que fossem os manuscritos e impressos que ousassem questionar os antigos laços da relação do Reino com as suas conquistas. D. Rodrigo “protegia” a América portuguesa enquanto uma extensão importante do Império, “ao mesmo tempo em que sua administração reconhecia o perigo da expansão das economias estrangeiras, França e Inglaterra” (COSTA JÚNIOR, 2016 ,p.35). Para as duas grandes potências, a América lusa era alvo de muitas especulações e vasto interesse. Em razão disso, podemos perceber que D. Rodrigo foi um fiel defensor de um Império no Brasil, o que demonstra uma percepção astuciosa da administração ao conceber a constituição de um governo não somente português, mas luso-brasileiro (Ibidem, p.36).

No intuito de alavancar a economia do império, D. Rodrigo organizou um grupo de recém-formados em Coimbra de origem luso-brasileira para pensar em formas de desenvolver as técnicas agrícolas do Império, pois, para o ministro, a agricultura era a melhor forma de expandir a economia de uma nação. Com o assíduo contato do ministro com os governadores das capitânicas foi possível arquitetar formas de garantir um potencial econômico no futuro (MAXWELL, 1968, p. 220).⁵⁰ Nesse caso, nos direcionamos para as

⁵⁰ Os governadores das capitânicas atuavam como intermediários entre o poder local e o central, estes foram escolhidos por D. Rodrigo e eram provenientes da Universidade de Coimbra.

relações mantidas entre D. Rodrigo e D. Diogo de Sousa, governador da capitania do Maranhão e Piauí de 1798 a 1804.

Em 25 de agosto de 1798, D. Diogo assume o cargo de governador e capitão-general do Maranhão e Piauí. Sua chegada à capitania foi ansiosamente aguardada pelos membros da administração, pois D. Diogo gozava de uma boa fama e seu nome era carregado de grande prestígio, adquirido ao longo de sua trajetória na administração de colônias como Moçambique (1793-1798) e como Capitão de Engenheiros dos Reais Exércitos. A viagem foi conturbada e, segundo os relatos, contou até com um ataque de corsários franceses que supostamente quase afundou a embarcação na qual o governador estava. Ao finalmente atracar, D. Diogo enviou uma carta a D. Rodrigo informando sobre a sua chegada. O ex-governador do Maranhão D. Fernando de Noronha também envia uma correspondência ao ministro dando o seu parecer acerca da escolha para assumir o cargo:

Chegou meu sucessor a esta colônia em o dia trez d'outubro, e tomou posse a seis do dito mez do anno corrente. Nas conferências que tenho tido sobre materias do Real Serviço observei o unir aos saudáveis esforços d'hum espirito iluminado a fidelidade, o zelo, a inteireza, a imparcialidade, e a pratica d'aquelas virtudes sociais que podem solidamente elevar esta conquista a ultima prosperidade. Uma tão feliz escolha suaviza o meu sacrificio, e logo que o tempo me permitir uma viagem cômoda terei a honra de certificar pessoalmente na Prezença de VExa os mais sinceros sentimentos de agradecido.

Deus Ge VEx^a Maranhão, 7 de outubro de 1798.⁵¹

A escrita de D. Fernando procurava demonstrar que o novo governador possuía as características essenciais para ser um bom governante, responsável e preocupado em tomar medidas que garantissem o bem-estar de todos. De certa maneira, D. Fernando não estava equivocado, pois D. Diogo confirma, de forma quase instantânea, seu interesse pela melhoria na educação seguindo o modelo europeu firmado no período. No momento em que D. Diogo tomou posse em São Luís, o ensino elementar possuía três cadeiras principais: Filosofia, Retórica e Gramática, esta última subdividida em Gramática Latina e Gramática Portuguesa. Em correspondência de 7 de fevereiro de 1800, D. Diogo dá conta das cadeiras existentes e quem são os responsáveis por seu ensino e solicita uma quarta cadeira que julgava

⁵¹ OFÍCIO (1^a via) do governador e capitão-general, D. Fernando António de Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a chegada do seu sucessor, D. Diogo de Sousa, à capitania e as reuniões que têm tido. Maranhão. 07/10/1798. AHU-MA, cx 101, d. 8133.

indispensável, a cadeira de História Natural e Química⁵². Na tabela 2, abaixo, podemos ver a *Relação das cadeiras e pessoas nellas empregadas para o ensino Público, da capitania do Maranhão*⁵³:

Cadeiras	Professor	Ano de provisão	Ordenado
Cadeira de Filosofia	Dionísio Roiz Franco	3 de abril de 1788	460 Réis
Cadeira de Retórica	Presbítero José da Rocha Luis	24 de outubro de 1792	440 Réis
Cadeira de Gramática Latina	Luís Manoel de Araújo	21 de julho de 1798	400 Réis
Cadeira de Gramática Portuguesa	João Roiz Chaves	27 de novembro de 1792	100 Réis
Cadeira de Gramática Latina na Vila de Alcântara	Presbítero Ancelmo José Duarte	7 de fevereiro de 1794	200 Réis

Tabela 2: “*Relação das cadeiras e pessoas nellas empregadas para o ensino Público, da capitania do Maranhão*”. Construída com base nos dados do “Ofício do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre as dificuldades que tem havido e há para o estabelecimento das novas escolas régias na dita capitania.” São Luís, Maranhão. 28/09/1800. AHU-MA, cx 112, d. 8767.

No período que antecedeu o governo de D. Diogo de Sousa havia homens encarregados de explorar a natureza local, mas a maior parte deles não tinha formação específica na área. Militares das mais diversas patentes, religiosos e membros da administração desempenhavam as funções de exploração e envio de amostras para o Império português. No entanto, esse trabalho não era possuído de nenhuma base científica, sendo realizado através da observação e da influência advinda do contato com o conhecimento dos povos nativos (DOMINGUES, 2001, p. 824). A partir da solicitação de uma Cadeira de História Natural e Química para a capitania do Maranhão e Piauí é que começaram a formar

⁵² Ofício do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre as dificuldades que tem havido e há para o estabelecimento das novas escolas régias na dita capitania. São Luís, Maranhão. 28/09/1800. AHU-MA, cx 112, d. 8767.

⁵³ *Ibidem*, p. 13.

pesquisadores estáveis para se aprofundarem no estudo da natureza dessa capitania. Acerca da solicitação dessa Cadeira, na página três do já citado documento, D. Diogo demonstra muita ansiedade em receber uma resposta a respeito e explica, de maneira breve, como funcionava o sistema educacional:

Lembrei-me esperar viese decisão de Sua Alteza Real, ordem a respeito, na expectativa de arranjar um sistema combinado de Colégio e Aulas-Publicas de sorte que ficassem preenchidas as condisoens relativas a ambos os objectos com economia principal ; porem não sendo segundo me diz o referido Prelado vindo resposta alguma, me deliberei participar a V. Ex^a o estado desta diligencia informando-o ao mesmo tempo, que talvez seria util no entretanto que se procura os recursos de o executar, expedirem-se Ordens a este governo para crear ùa cadeira d'Estoria-Natural e Quimica, quando a forsa do rendimento assim aja de o permitir, pois, me parece rezultar-se dela grande interece publico.⁵⁴

Para além da notável preocupação com os rumos da educação e da observação da natureza, o então governador seria encarregado, pouco tempo depois, da criação de um Horto Botânico em São Luís, seguindo o modelo do primeiro Jardim Botânico em território brasileiro localizado no Pará (SANJAD, 2005). Em 19 de novembro de 1798, o governador recebeu um aviso de D. Rodrigo de Sousa informando sobre a criação do horto botânico, cuja finalidade era cultivar as plantas indígenas úteis e as plantas exóticas, como também as árvores cuja madeira era usada na construção. O jardim fundado na capital São Luís foi alimentado, principalmente, com o resultado das viagens filosóficas realizadas pelo bacharel Vicente Jorge Dias Cabral e pelo religioso Joaquim José Pereira pelos sertões da capitania.⁵⁵

Vicente Jorge Dias Cabral e Joaquim José Pereira: trajetória e viagem

A história sobre a identidade de Joaquim José Pereira é repleta de grandes vazios. Através da documentação analisada no Arquivo Ultramarino, Torre do Tombo e Arquivo Público do Piauí só é possível encontrar relatos, memórias e diários de suas viagens realizadas pelo sertão, sem registros sobre a sua origem, onde estudou e quando morreu. A

⁵⁴ Ibidem, p.3.

⁵⁵ Ofício do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre as dificuldades que tem havido e há para o estabelecimento das novas escolas régias na dita capitania. São Luís, Maranhão. 28/09/1800. AHU-MA, cx 112, d. 8767.

partir de seus relatos de viagens, conseguimos a duras custos e com muita boa vontade, recolher pequenos resquícios de sua vida pessoal. Nas fontes documentais, o personagem é apresentado apenas como o vigário de Valença, nascido em Carnoza Correa.⁵⁶ A cidade de Valença é fácil de identificar, pois encontra-se muito próxima à cidade de Oeiras, que foi a primeira capital do Piauí (1759-1852), mas o local de nascimento do vigário permanece sendo uma incógnita. Apesar de termos vasculhado os arquivos eclesiásticos de Valença nos anos em que Pereira atuou na igreja, nada foi encontrado a respeito dessa localidade, que nem mesmo aparece em registros de batismo e casamento da região. Portanto, somos forçados a nos contentar, meramente, com um nome sem registro algum, permanecendo, assim, a dúvida se Carnoza Correa era uma vila, cidade, fazenda ou região ou, ainda, se de fato pertencia à Capitania do Maranhão e Piauí.

No período anterior à expedição tratada nesta pesquisa, nos deparamos com pelo menos duas viagens de reconhecimento dos sertões realizadas por Pereira. Essas viagens demonstram que o religioso havia percorrido os sertões do Maranhão, Pernambuco e a Ribeira do Apody, que hoje corresponde ao estado do Rio Grande Norte. Entretanto, não conseguimos encontrar nenhum registro de Pereira que seja anterior a 1790, o que é como se ele tivesse começado a produzir e existir a partir dos anos finais do século XVIII. Na sua *Memória que contém a descrição e problemática da longitude e latitude do sertão da capitania geral de São Luiz do Maranhão...*, José Pereira faz observações acerca da conduta daqueles que exercem a função de naturalistas, como podemos ver a seguir.

Como o costume dos antigos escriptores, e ainda muitos dos modernos, é querer persuadir sem a menor averiguação as cousas duvidosas por verdadeiras; as incertas por certas; as pequenas por grandes; a teoria por prática; a verbosidade por sciencia; é o motivo por que se difundem e fazem crescer os volumes nada proveitosos à verdade dos factos, mas que entretem assim mesmo as atenções dos sábios. Eu porém não pretenderei nunca molestar com o uso de teoremas somente especulativos, em que não tenha por base sólida a pratica deles: razão por que neste logar fallo com a pratica; mas individuar eu quanto devêra, não o poderei fazer na presente situação, mais que problematicamente, suposto que no ano de 1792 cruzasse os sertões de Pernambuco e do Maranhão até 1797, vivendo por ele mais de doze annos .⁵⁷

⁵⁶ PEREIRA, Joaquim José. Memória sobre nitros naturais, sal de Glauber, Quina e mais produções inventadas na capitania do Piauí e Maranhão. 1803. AHU, Maranhão, Cx.127, doc.9556.

⁵⁷ Memória que contém a descrição e problemática da longitude e latitude do sertão da capitania geral de São Luiz do Maranhão, que igualmente diz respeito ao numero das freguesias, e ao das almas, de que consta a mesma capitania; dirigida, e consagrada ao Ill.mo e Ex.mo Sr. D. Rodrigo de Souza Coutinho, conselheiro,

Nesse trecho, o religioso discorre sobre o comportamento dos naturalistas durante o trabalho em campo e critica de maneira ácida aqueles que escrevem relatórios baseados meramente em especulações sobre os recursos naturais existentes e suas utilidades, sem realizarem os devidos experimentos. José Pereira então continua sua escrita enfatizando que “Nessa infeliz jornada cruzei já de pé, e já de cavalo caminhos muitos e varios pelo continente o mais interior do sertão de Pernambuco, mas não em paralelo de concentração pelo do Maranhão, o que vim a fazer no anno de 1794 até 1797”⁵⁸. Nesse período, enfim, Pereira pôde observar as diferenças preponderantes na natureza, no clima e nos costumes dos habitantes. Para o historiador Tiago Bonato (2010), Joaquim José Pereira, no trecho destacado, também faz referência e uma espécie de crítica à falta de descrições dos sertões do Pernambuco, principalmente se equiparadas aos relatos que já havia sobre a capitania do Maranhão no ano de sua chegada. No entanto, não podemos afirmar que, de fato, Pereira se referia a essa questão no trecho analisado. Sob nossa ótica, a observação feita pelo padre se refere ao fato de nunca ter percorrido “profundamente” o sertão do Maranhão, mas que em compensação já era conhecedor de outros sertões como o de Pernambuco. Em sua jornada pelo sertão do Maranhão, Pereira encontra inscrições em pedras que julga terem sido feitas por pessoas vivas daquele tempo como uma forma de passatempo durante os períodos de descanso. O padre afirma:

Em certos riachos, que somente correm no tempo do inverno, se acham pedras, ainda que duras, fáceis de receber a impressão de qualquer outra pedra mais solida, bem como o seixo, e por este principio se acham muitos caracteres imprimidos nellas, e insignificantes, produzidos do genio de pessoas vivas, que no tempo do descanso de suas jornadas tomam por lenitivo ou passatempo fazê-las conforme bem ao seu mesmo genio. D’aqui tem resultado uns escreverem nestas ou naquella língua, como latina, franceza; ou representarem outras cousas, como um carneiro, uma marca de ferro com que se ferram o gado naquelles sertões, ou cousas outras entre si diferentes segundo a fantasia e capricho de cada um.⁵⁹

No entanto, logo em seguida, Pereira retoma a descrição contando que muitos visionários têm seguido essas inscrições acreditando serem marcas de posse de um outro

ministro e secretario de estado dos negócios da marinha, «Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro», 20, 1904, pp.165-169.

⁵⁸ Ibidem, p.167.

⁵⁹ Ibidem, p.166.

tempo e, escavando e procurando tesouros perdidos, não encontram absolutamente nada, um pouco como os filósofos na tentativa de descobrir a pedra filosofal, “em cujo trabalho foram tão insanos, que ele não fez mais crescer as orelhas de Midas.”⁶⁰ O religioso segue dando notícias sobre o que encontra nas serranias descobertas recentemente, revelando que teria encontrado uma série de objetos com traços rústicos e vulgares cuja utilidade não consegue enxergar, mas que, apesar de esse não ser assunto do seu ramo de estudos, tinha pelo menos duas suposições a respeito de suas origens:

Todos aquellos sertões foram infestados de gentio caboclo, e Tapuia: usavam elles, bem como observam os de hoje, de roubos, e carregavam com as ferramentas rusticas pas as suas aldeias, para d’ellas fazerem fréchas, e outras pontas aguçadas por sua astucia. Este seria um dos principios por que talvez se descobriam agora; e porque em outro tempo as enxadas, e machados não teriam a mesma figura, que a ferramenta de hoje; ou porque então Pernambuco estaria infestado dos Hollandezes; ou finalmente, porque se conservariam desde o dilúvio naquelles logares; e com a sombra dos mattos tiveram menos occasião de serem de todo consumidas pelo ácido ferruginoso.⁶¹

Em 1838, após a fundação do Instituto Geográfico do Brasil, foi publicado um documento de 1753 que contava a história de um viajante desconhecido à procura de minas de prata, que se depara com uma região montanhosa cujo topo era capaz de alcançar os céus - e entre um espaço e outro das colinas havia uma passagem que soava como secreta. Ao desbravar essa passagem, avistou, com real espanto, uma povoação completamente abandonada. O conteúdo desse manuscrito causou muito alvoroço entre os membros da revista e, conseqüentemente, gerou muitas especulações a respeito. Dentre elas, constava a discussão de que essa cidade perdida era produto de antigas civilizações na América. No período da descoberta do documento, a nação brasileira estava em processo de formação e autoafirmação na presença das demais nações e um período reescrito com uma história épica e grandiosa parecia bem mais cativante do que a vida simples e despreocupada dos nativos (KURY e SÁ, 2012). A história da descoberta desta cidade é interessantíssima e diz respeito à formação da arqueologia no Brasil, assim como as descobertas feitas por Joaquim José Pereira no território do Piauí. Ao direcionarmos o olhar para as suposições de Pereira, não é difícil perceber o esforço para não atribuir os objetos encontrados aos povos indígenas. Talvez por acreditar que estes não possuíam a capacidade de produzi-los, tanto no século

⁶⁰ Ibidem, p.166.

⁶¹ Ibidem, p.166.

XVIII quanto nos tempos mais remotos - ou por também querer uma versão grandiosa de uma história na qual somente os europeus pudessem ser protagonistas.

Se pararmos para refletir acerca de como os indígenas têm aparecido nas páginas dos livros de história, perceberemos que, em sua maioria, eles são apresentados como “os explorados”, “catequizados” e “exterminados”, pois a historiografia, por mais que venha se esforçando, continua a redigir uma história dos vencedores. E de fato, a história das populações indígenas só começou a existir e ser contada após a chegada dos colonizadores europeus. Sendo assim, tudo que vem antes do “descobrimento” é designado de pré-história ou história dos diferentes (BORGES, 2004, p.13-14). No entanto, se Marc Bloch (2002) estiver correto e a história for realmente “a ciência dos homens no tempo”, os estilhaços de cerâmica, os machados e as demais “ferramentas rústicas e escritas “ insignificantes” impressas em pedra, automaticamente se transmutam em documentos do passado.

Mapa geral do Sertão da Capitania de S. Luiz do Maranhão.

NOMES DAS FREGUEZIAS	NUMERO DAS DITAS	PESSOAS DE AM- BOS OS SEXOS DE...A...A...	LONGITUDE	LATITUDE	LATITUDE	LONGITUDE
Marvão.	1	2,000	20 leg.	8
Campo Maior . . .	1	4,000	30 "	12
Parnahiba.	1	4,000	25 "	10
S. Bernardo. . . .	1	3,000	22 "	9
Aldéas Altas. . .	1	5,000	18 "	11
Oeiras	1	5,000	40 "	16
Pastos Bons. . . .	1	3,000	24 "	10
Parnaguá.	1	3,000	30 "	12
Jurumenha	1	2,000	21 "	10
Valença.	1	2,000	20 "	10
TOTAL. . .	10	33,000	250 leg.	108	50	120

Figura 2: Mapa retirado de “Memória que contém a descrição e problemática da longitude e latitude do sertão da capitania geral de São Luiz do Maranhão, que igualmente diz respeito ao numero das freguesias, e ao das almas, de que consta a mesma capitania; dirigida, e consagrada ao Ill.mo e Ex.mo Sr. D. Rodrigo de Souza Coutinho, conselheiro, ministro e secretario de estado dos negócios da marinha”, «Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro», 20, 1904, pp.165-169.

A partir da observação das freguesias contidas na figura 2 é possível perceber que em localidades muito próximas foram encontradas, posteriormente, abundância de vestígios arqueológicos, como pinturas rupestres, urnas funerárias, instrumentos líticos e um enorme acervo material. O Piauí é grandioso em número de sítios arqueológicos, possuindo mais de 1800 deles espalhados por todo o território, sendo os mais conhecidos o Parque Nacional Serra da Capivara, o Parque Nacional Sete Cidades e a Serra das Confusões. O achado de Pereira, pouco apreciado na época, simboliza também a riqueza arqueológica do território do Piauí. Esse tem sido um embate que há muito tempo foi apresentado pela historiografia, na qual perpetuava-se a ideia de que essas duas culturas - a nativa e a colonizadora - se encontravam em escalas evolutivas diferentes na história da humanidade. Segundo João Pacheco Oliveira (2015), nas últimas décadas, as pesquisas arqueológicas e etnológicas demonstraram que o espaço brasileiro não foi objeto de uma ocupação pré-histórica banal e primitiva, e que esse encontro no período colonial não representa nenhum palco de fantasias, pois foi nele que se atualizaram todas as práticas comuns e onde as relações sociais foram compostas, forjando simultaneamente tanto o colonizador, quanto o colonizado (Ibidem, p. 167-228). Portanto, Pereira, fruto de seu tempo, não relativiza com alteridade a figura dos nativos, ignorando suas contribuições para as atividades científicas.

Em 1798, Pereira escreve uma memória tocante intitulada *Memória sobre a extrema fome e triste situação em que se achava o sertão da Ribeira do Apody, da capitania do Rio Grande do Norte, da comarca da Paraíba de Pernambuco...*⁶² na qual analisa o regime das estações nos anos de 1792 e 1793 e atesta, com pesar, que a ausência de chuvas tornou comum que os habitantes esperassem a morte a cada passo. A morte “devastou, pelo excesso a que chegou, e despovoou os sertões”.⁶³ Para o religioso, esse era um sinal de desamparo da natureza, pois o céu impôs àqueles habitantes a penúria da excessiva fome que os levava a comer qualquer coisa que avistassem pelos campos e servisse para preencher seus estômagos desprovidos de alimento e assolados por tamanha calamidade. Dessa forma, ao consumirem qualquer tipo de vegetal encontrado pelas matas, eram submetidos, com frequência, aos efeitos de plantas venenosas que comprometiam a saúde, produzindo “inchações disformes,

⁶² PEREIRA, Joaquim José. Memória sobre a extrema fome e triste situação em que se achava o sertão da Ribeira do Apody. RIHGB, v. 20, pp. 175-185, 1857.

⁶³ Ibidem, p.175.

vômitos de sangue extraordinários, dysenterias ferinas, males cutâneos cruéis, marasmos últimos”.⁶⁴

Os habitantes deixavam de povoar aqueles espaços e passavam a povoar as sepulturas. As grandes secas se repetiam de dois em dois anos, e “o mais leve princípio de uma seca os faz andar espasmódicos, tristes e pensativos, lacrimosos e desconhecidos”.⁶⁵ A seca não era menos impactante para os ricos, também atingidos cruelmente pela catástrofe da natureza. Ao mesmo tempo em que o calor e a umidade, principais características do clima quente, eram percebidos enquanto prejudiciais à saúde do corpo e da alma, também existia a possibilidade de que nessas regiões fossem encontrados produtos naturais com propriedades medicinais em variedade e abundância. Através das matas e entre as formações montanhosas, a natureza representava, ao mesmo tempo, o veneno e a cura para os humanos (KURY, 2013). Para Joaquim Pereira,

É tal a negligência dos povos pelo que pertence à sua economia naquella conquista, ainda á vista dos sucessos referidos, e outros muitos, que experimentando elles annuaes seccas, nas quaes sentem algumas falatas, ainda que singulares, estes descuidados povos, por falta de energia e zelo de quem os governa, não cuidam em tirar alguma consequencia d’ellas para remediarem outras maiores que hão de vir infallivelmente, e as quaes elles mesmos prognosticam; razão por que sempre estão padecendo; e logo que não seja precavidos estes males e desastres, não podem escapar a uma vida exasperada de necessidades, no meio das quaes cabem pallidos, cadavericos e macilentos entre as mãos frias da morte, em que expiram.

Nas seccas inesperadas, de que cuidados se não occupao elles!!! Como andam espavoridos! Pela situação em que se acha aquelle sertão...⁶⁶

Analisando esse trecho da memória de Pereira, é inevitável recorrer aos estudos de Henrique Carneiro (2003), que ao tratar da história da alimentação, cita quatro importantes aspectos a serem analisados: os aspectos fisiológicos - nutricionais, a história econômica, os conflitos na divisão social e a história cultural. Me arrisco ainda a adicionar um outro aspecto importante que seria o da natureza enquanto agente essencial no processo de produção de alimentos (Ibidem, p.8-20). No caso da fome descrita neste relato, podemos atribuir todos os aspectos já citados, mas três se destacam: os fisiológicos seriam os provenientes da necessidade biológica de comer e absorver uma série de nutrientes para realizar todos os movimentos físicos e mentais dos quais somos capazes; a história econômica na qual está envolvido todo o sistema colonial de exploração de mão-de-obra, uso de terra de forma

⁶⁴ Idem, Ibidem.

⁶⁵ Idem, Ibidem.

⁶⁶ Ibidem, p. 178-179.

inadequada e falta de políticas dos governantes com medidas para combater a fome; e a natureza enquanto agente indomável que é capaz de assolar o seu povo com excesso ou ausência de chuvas. No entanto, segundo Joaquim José Pereira, todos esses aspectos podem ser amenizados pelo homem do sertão em consonância com o auxílio de seus governantes, aprendendo assim, a se planejarem para os anos futuros, plantando mais alimentos e os armazenando.

Joaquim Pereira esboça um quadro que contém o número de habitantes vivos no ano de 1792, as plantações e a quantidade de lavradores,⁶⁷ os alimentos a que as pessoas têm acesso por ano e o que cada indivíduo pode consumir por dia. Dessa maneira, é possível ter uma noção do quanto de mantimentos poderiam, com esforço, economizar e armazenar para os tempos difíceis, que nunca tardam. A preocupação com a fome nessa região é um tema recorrente nos relatórios de viagem do século XVIII. Dias Cabral, seu futuro colega de expedição, chegou a escrever, surpreso, que apesar da fome e miséria, os habitantes não se dão ao trabalho de plantar o pão para se sustentar ou mesmo cuidar das árvores frutíferas existentes para que encontrem refrigério em seus frutos. Para Dias Cabral, a agricultura era o único meio possível de transformação da realidade econômica e social da capitania do Piauí.⁶⁸

A proteção, o zelo, os meios possíveis o proporcionando que Vossa Excelencia providenciou para o bom êxito desta discussão, o agasalho que sempre experimentei em Vossa Excelência, e o apreço como que forao recebidos os primeiros exames, observaçoens, ainda quando eu me achava ma entrada do certao em a ribeira do Iguará, me animarão a não e poupar o trabalho.

A voz imperiosa do trono para a averiguação dos produtos naturaes do Piauhí tinha sido comunicada a Vossa Excelência e intimada pela falta de Naturalistas a mim, que mal balbuciava nos princípios dos três reinos da natureza, me fez muitas vezes lembrar as dificuldades em que anciã sepultar.

A falta de prática, de livros, e de instrumentos recebidos são motivos mais que o bastante para tremer.

Noves anos se tinhao passado depois que deixei aquelles elementos, e dando-me ao estudo da jurisprudência sciencia, que considerava como meio de segura de subsitencia já não lembrava que hum dia seria necessário recorrer aos naturalistas e ao velho Lineo.⁶⁹

⁶⁷ Para Tiago Bonato (2010), a categoria denominada habitante é tratada de uma forma muito geral nos relatos de viagem e, em razão disso, é muito raro encontrar nesses relatos um nome de um único indivíduo com o qual os viajantes se depararam durante o percurso. Normalmente, não aparecem nada mais que uns poucos soldados, fazendeiros e com sorte, alguém que auxilie os viajantes na região. Sendo assim, como não se pode admitir um sertão habitado por um ou outro trabalhador, soldado e fazendeiro, fica explícito que esse tipo de descrição não abarca e não tem como finalidade abranger todos os detalhes da paisagem do sertão (Ibidem, p.165).

⁶⁸ CABRAL, Vicente Jorge Dias .Observações deste diário ou Memória sobre as Produções naturaes. 1799. AHU, Maranhão, Cx.127, doc. 9556.

⁶⁹ Ibidem.

Nascido no Arraial do Tejuco - atual região de Diamantina em Minas Gerais, Dias Cabral foi um dos jovens brasileiros que tiveram a oportunidade e privilégio de estudar Direito Civil e Filosofia na Universidade de Coimbra, concluindo seus estudos em 1789.⁷⁰ Segundo relatos que fez em suas *Observações*, depois de concluir os seus estudos, estabeleceu-se em São Luís do Maranhão, onde exerceu a função de advogado por cerca de nove anos até ser chamado para realizar a expedição com o religioso Joaquim José Pereira. Os feitos de Cabral durante esse período em que esteve em São Luís não dizem respeito às questões discutidas neste trabalho e, em razão disso, não nos prolongaremos em sua trajetória, pois, ao que as fontes indicam, sua carreira com o “mundo natural” só se torna promissora a partir de 1799, quando recebe a convocação de D. Diogo de Sousa, governador e capitão-general da Capitania do Maranhão e Piauí.

Em 12 de abril de 1800, José Pereira foi ao encontro de Dias Cabral na cidade de Aldeas Altas, de onde partiriam para realizar a expedição, atravessando o sertão da capitania, observando a natureza e se atendo às suas propriedades úteis ao bem comum e, especialmente o desenvolvimento econômico do Império Português. Dessa jornada, temos acesso a um tomo intitulado “*Memória sobre as produções nativas*” que foi enviado a Portugal e está subdividido em quatro partes que se dedicam a discorrer sobre os vegetais, os animais, os sais e os minerais encontrados e quais as suas utilidades para os habitantes do sertão. O cotidiano dos viajantes está descrito no relato, mas há uma certa dureza nas palavras, quase não havendo expressão de sentimento em relação ao que encontram pelo caminho. No entanto, por mais que os registros de viagem tivessem que apresentar uma suposta objetividade, estavam sempre impregnados por traços das personalidades de seus escritores. Tanto Marc Bloch (2002) quanto Carlo Ginzburg (1976) nos ensinam que há muito o que ler nas entrelinhas dos documentos oficiais, onde há humanidade nas sutilezas de alguns comentários

⁷⁰ No período em questão, fora alguma formação religiosa e militar, não havia ensino superior no Brasil, sendo assim, a melhor opção para os filhos da elite colonial seria estudar na Universidade de Coimbra. Além de ser uma ótima alternativa para obtenção de uma boa formação, também era um meio para promover e estreitar os laços com a metrópole, vislumbrando os benefícios futuros. Já por outro lado, temos o centro de um vasto Império em declínio econômico aterrorizado pelo medo de perder seus domínios ultramarinos, começa a buscar membros das elites coloniais para seu projeto de reformas. Estando consciente de que a colônia americana é nesse momento, a menina dos olhos do Império e temendo que os ideais revolucionários europeus chegassem e contaminasse seus homens, Portugal procura uni-los aos propósitos de reconhecimento dos territórios e serviços de governação imperial (CRUZ, 2002, p.66).

e nos silêncios, onde pouco a pouco conseguimos ir seguindo os fios e os rastros que revelam a maneira dos sujeitos de ver e conceber a natureza à sua volta.

Para defender, tratar e curar: à procura de sais e ervas

Em março de 1799, o governador da capitania do Maranhão, D. Diogo de Sousa enviou uma carta destinada ao Ministro da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, lastimando no tocante à escassez dos saberes que vinham sendo apurados a respeito do rastreamento e exploração de salitre.⁷¹

Em um diário escrito por Joaquim José Pereira, ele demonstra sua euforia a respeito do objetivo da expedição à qual foi convocado:

Sendo o Salitre natural, ou mineral o primeiro objecto das Reais Ordens de V. Alteza Real, e principal obrigação do meu mayor dever, e dis velo, em que tive a distinta honra ser empregado, e munido de um Avizo de mil settecentos noventa e nove, que depois de ajoelhar ao Trono, ebeijar amão a V. Alteza Real a Companhei e entreguei ao Governador e Capitão General deste Estado de Maranhão D. Diogo de Souza, para ter o seu devido effeito emvirtude de qual recebi o officio de quatro de setembro de mil sette centos noventa e nove aqui insirido, que ponho na prezença de V. Alteza Real Aindagação desta materia da primeira necessidade me deo oportuna efavorável occazião para fazer repetidas tentativas sobre as muitas e diversas terras salinas do continente desta Capitanã do Piahy e Maranhão dos dominínios de V. Alteza Real para descobrir outros muitos sais, que estavam nelles como occultos aos chymicos, e Naturalidades patricios, eseu uso e intresse publicos, onde não podião chegar osfaliveis conhecimentos dos Rusticos habitantes deste clima;⁷²

Ainda sobre o mesmo objetivo, Dias Cabral relata com similar júbilo:

A diligência do salitre sempre foi considerada como uma das principais de que fui encarregado . Não “me poupei a trabalho (e já falo com experiência própria) visitei imensas serras observando as nitreiras já conhecidas, e investigando novas. Quais fossem os meus passos o esperei em breves termos; depois os lugares em que achei salitre, principiando antes de tudo pelas noções preliminares do nitro, suas origens, propriedades e utilidades; se será útil a extração das salitreiras naturais, concluindo

⁷¹ Documentos diversos. AHU. Maranhão. Caixa 128, doc. 9574.

⁷² Idem, Ibidem.

finalmente esta pequena dissertação com um breve discurso sobre as nitreiras artificiais.⁷³

Como podemos observar, o salitre natural (nitrato de potássio) era o principal recurso procurado na expedição. Ambos os viajantes escrevem em diários separados sobre a busca pelo salitre ou nitrato, demonstrando a importância do produto para Portugal. A busca de salitre não foi inaugurada pela expedição Cabral-Pereira em 1799. Antes disso, naturalistas, militares e práticos já haviam se arriscado pela busca dessa substância indispensável para a fabricação da pólvora. Joaquim Veloso de Miranda, José de Sá Bittencourt e Accioli, João da Silva Feijó, Manoel Arruda Câmara, Joaquim Jorge Aguiar, Antonio José Pereira da Silva Rombi e Manoel José Miranda são apenas alguns dos nomes que se envolveram com a busca por salitre natural e de locais adequados para se instalarem nitreiras artificiais (SILVA, 2016).

Vicente Dias Cabral dedicou-se em descrever a razão da busca incessante pelo salitre, atribuindo o seu primeiro uso à França para a fabricação da pólvora que durante a guerra da revolução esteve cercada por terra e mar: “interceptado” o Comercio do norte, recorreu as nitreiras artificiais até então desprezadas e bem depressa achou o poderoso combustível para rechaçar os inimigos da República.⁷⁴ O naturalista João da Silva Feijó também se dedicou a estudar acerca da produção de salitre. Nos anos em que residiu na capitania do Ceará, Feijó tinha como principal atividade a procura de jazidas de salitre, tentando estabelecer a exploração do mineral (PEREIRA, 2002). Para a historiadora Lorelai Kury (2015), o nitrato de potássio ocupava um lugar central na lista de produtos cobiçados pelo Império Português desde o século XVII. Através da exploração do nitrato, os sertões foram gradualmente sendo modificados, gerando inclusive graves e contínuos conflitos com indígenas. Nesse mesmo sentido, também se tentou a abertura de estradas para o escoamento de produtos do sertão, mas as distâncias e as dificuldades encontradas tornavam a exploração pouco vantajosa (Ibidem, p.18).

Acredita-se que a expedição de Vicente Jorge Dias Cabral e Joaquim José Pereira só tenha tomado forma após D. Diogo de Sousa receber inúmeras cartas do Ministro da Marinha

⁷³ Idem, Ibidem.

⁷⁴ Idem, Ibidem.

e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, solicitando notícias acerca do conhecimento de nitreiras na capitania. Em março de 1799, D. Diogo responde uma diligência do ministro⁷⁵:

Sobre a diligencia do salitre tantas vezes recomendada por Vossa Excelência, novamente recebida no seu officio de 13 de dezembro passado, parece-me, que não se tem feito athe no prezente tempo couza alguma com discrisão. Todos se chamao descobridores, todos se julgam com direito.⁷⁶

Ainda na mesma carta, o governador se apressa para responder os questionamentos de maneira mais objetiva:

Aminha intensão incumbir logo que passe a invernada [sic] a Vicente Jorge Dias Cabral, Bacharel formado em Leis e Filozofia, a precizos exames, a que se deve proceder em lugares onde aparecer salitre, sem exceptuar o da terra, que fica nos recintos do Seará e Piauy por esse informarem que exportasão se pode fazer pelo rio Parnaiba em quatro dias[...].⁷⁷

Pouco tempo depois, a expedição aumentou seu ritmo de organização e, em cerca de cinco meses, D. Diogo já confirmava a participação de um riscador para acompanhar Dias Cabral e Joaquim José Pereira. Nas deliberações para que se observasse as nitreiras, D. Diogo recomendava que se observasse também aquelas árvores que poderiam ser utilizadas para o fabrico de papel. A tarefa de Vicente Jorge Dias Cabral não parecia simples, pois além de explorar os recursos naturais, teria também que enviá-los para São Luís e depois para Lisboa. Além disso, o bacharel também cumpria a função de diagnosticar quais as utilidades desses produtos para fins comerciais, alimentares, medicinais, fabrico de tecidos, papel e pólvora, materiais de construção, tinturaria e perfumaria. Cabia ao naturalista, igualmente, responder a dúvidas do governador da capitania.⁷⁸

O sal de Glauber também foi uma substância encontrada em abundância pelos dois viajantes. Esse sal era muitas vezes confundido com o salitre, mas existiam algumas diferenças na composição, como o sabor mais amargo. Em uma descrição breve sobre o sal

⁷⁵ A conjuntura política do período era a de uma guerra iminente ou o que Magnus Roberto Pereira (PEREIRA, 2013, P.134) chamou de “pesada conjuntura bélica”. Essa situação dava ao salitre, enquanto matéria base para a fabricação da pólvora, uma importância enorme, um produto de extrema necessidade para a proteção e sobrevivência do Império.

⁷⁶ OFÍCIO do governador D. Diogo de Sousa para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a procura do salitre. 6 mar. 1799. Arquivo Histórico Ultramarino: Conselho Ultramarino, Maranhão, AHU-ACL-CU-009, ex. 102, doc. 8264, fl. 1/1v.

⁷⁷ Ibidem.

⁷⁸ CABRAL, Vicente Jorge Dias e PEREIRA, Joaquim José. Documentos diversos. AHU. Maranhão. Caixa 127, doc. 9555.

de Glauber, Dias Cabral observa que os cristais são brancos ou ligeiramente amarelados, seu formato é “regularmente de prisma com lados desiguais e estriados, terminados por pirâmide”⁷⁹ que podem aparecer de diversas espessuras, até mesmo como se fossem finíssimas agulhas. Se expostos ao ar, sua umidade evapora e os cristais podem perder até metade do peso. O sal de Glauber é facilmente encontrado na natureza e suas fontes são os lagos de água salgada e o mar. Nos sertões, os viajantes sabem que é fácil encontrar o sal “nas ribanceiras dos riachos nas varjarias, que no inverno se inundão nas quaes crescem as carnaúbas”, e nos vegetais e antigos troncos de algumas árvores, sobretudo o Tamarisco.⁸⁰

São Vantajosas as utilidades do sal de Glauber serve na medicina com bom efeito na qualidade de purgante efervescente, pode servir tão bem nas fabricas de vidro em razão de sua baze alcalina dos saboens duros, e fundição das minas, vidros.

Eu andava em diligencia de nitro no anno de 1799, quando no mez de setembro do mesmo anno me dirigi a vargem chamada de salitre sobre a ribeira do Iguará districto de Icatú, celebre pela abundância do sal de Glauber; a que o povo chama com toda a impropriedade Salitre; apesar de os seu amargo fosse decisiva diferença, bem como a fuzão que sofre sobre os carvoens acezos em vez de detonar, e a relaxação de ventre que cauza ao que ouzão usar dele na comida, e salga das carnes secas.⁸¹

O uso de sais nas artes de curar do século XVIII e XIX era muito comum e suas composições variavam de acordo com a enfermidade que se desejava tratar. Um dos usos do sal de Glauber era na composição do tártaro emético vitriolado, composto que fazia parte do receituário para tratar quase todas as moléstias e cuja utilidade principal era realizar uma limpeza profunda do intestino e do estômago dos enfermos antes de suplantar propriamente a enfermidade em si. Essa função purgativa era uma prática recorrente nas artes de curar e proveniente do conhecimento hipocrático-galênico. No entanto, além de servir como uma espécie de pré-tratamento para variadas enfermidades, o composto também foi muito utilizado para o tratamento da leishmaniose, vulgarmente chamada de calazar. A doença é provocada pelo protozoário parasita *Leishmania* que é disseminado através da picada de mosquitos-palhas infectados. Conseqüentemente, o sistema imunológico é invadido e, meses

⁷⁹ Idem, Ibidem.

⁸⁰ Idem, Ibidem.

⁸¹ Idem, Ibidem.

depois da infecção primária, a doença pode progredir bruscamente e, se não for tratada adequadamente, pode levar o indivíduo ao óbito (DAMASCENA NETO, p.152-154).⁸²

Dentre os produtos encontrados na expedição, destaca-se uma série de plantas com as mais variadas utilidades para a medicina, construção, cordoaria e alimentação. É exatamente por essa razão que durante esse período, as plantas ocupavam o cerne das preocupações dos governos e das táticas individuais de elevação social de homens da ciência e letras, militares, aventureiros etc. (KURY, 2013). Na expedição Cabral-Pereira, havia, em especial, a missão de verificar a existência de uma árvore chamada quina, cuja casca era utilizada para tratar febres intermitentes. A quina era um dos produtos de uso medicinal mais procurados nesse período. Das cascas do tronco era extraída uma série de alcalóides, dentre os quais se destaca a quinina.⁸³

O descobrimento das propriedades febrífugas da árvore quina se deu por volta de 1640. No entanto, a árvore só foi descrita pela primeira vez em 1738 por Charles Marie de La Condamine.⁸⁴ Lineu descreveu o gênero e o batizou como *Cinchona* em homenagem a Condessa de Chinchón, esposa do vice-rei do Peru, que segundo a lenda, havia se curado de paludismo (febres intermitentes) após a utilização de preparos da casca da árvore de quina. A quina era uma árvore que crescia no bosque nublado andino, local que até a publicação de William Arrot⁸⁵ em 1737, não havia sido devidamente explorado e divulgado (ARTACHO; DÍAZ; PÉREZ, 2021, p. 559). Para Diego Estevam (2021), foi a partir do século XVII que os espanhóis tiveram contato com a planta e conseqüentemente com as suas características febrífugas e, que os jesuítas teriam sido os principais responsáveis pela sua divulgação nas cortes europeias.

⁸² Vicente Jorge Dias Cabral faz referência ao tártaro vitriolado em um dos seus diários, quando estava em busca de nitreiras naturais pelo sertão do Piauí: “ Nos cadilhos com o carvão e laminas de ferro ou cobre, lançava a massa branca salina em fogo forte o próprio cheiro de enxofre sufocante nas paredes do cadilho nos carvoens apareceu verdadeiro enxofre. A chama era a mesma de enxofre, e no fundo do cadilho restou o vidro metálico. Ajuntei a dissolução do noo sal Lixivia caustica de potassa, e obtive tártaro vitriolado.

⁸³ PEREIRA, Memórias Sobre os Nitros naturais, sal de Glauber, Quina, e mais Produçoens Nativas Inventas na Capitania de Piauhy e Maranhão.

⁸⁴ Charles Marie de La Condamine foi um explorador e homem de ciência francês que realizou expedições à América do Sul, região norte da África e Oriente Médio.

⁸⁵ Ver em: An Account of the Peruvian or Jesuits Bark, by Mr. John Gray, F.R.S. now at Cartagena in the West-Indies; extracted from some Papers given him by Mr. William Arrot, a Scotch Surgeon, who had gather'd it at the Place where it grows in Peru. Communicated by Phil. Miller, F.R.S. &c. Philosophical Transactions, Vol. 40, n° 440, 1737.

Os preparos que foram realizados utilizando a árvore da quina existiam há muito tempo e suas qualidades e eficácia vinham sendo analisadas por vários médicos. A circulação do conhecimento sobre o medicamento que recebia o nome de *água da Inglaterra* só veio a acontecer no século XVIII, por meio de Jacob de Castro Sarmiento, um médico judeu português residente na Inglaterra. Segundo Rômulo de Carvalho (1981), Sarmiento elaborou seu próprio medicamento, uma espécie de imitação do oficial, e o utilizou em larga escala pela Europa. Portanto, a quina não era apenas um interesse dos portugueses, tanto que os espanhóis também a procuravam incessantemente em suas expedições (BUENO, 2006). A *cascarilla* era a referência utilizada para medir a qualidade da quina encontrada no território do Brasil. No entanto, o vigário Joaquim José Pereira defende que:

Presentemente não deve ter a quina do Peru maior merecimento que a nossa quina piauiense, pelas razões que passo a ponderar. A primeira, por que a nossa quina é prodigiosa anti-febril e anti-séptica. A segunda, é hum simples do próprio país. A terceira que não é adulterada com misturas de outras cascas, o que se poderia bem separar por uma inspeção sobre ela. A quarta, que a mesma inspeção conhecerá bem a avaria que pode sofrer, não somente no transporte de mar, como na demora que poderia arruinar. A quinta, que pode ser conduzida mais depressa, em razão da longitude dos portos desta America Portuguesa. Isto mesmo parece, é o que recomendam muito os maiores práticos da Medicina entre estes M. Sientand: Que hum dos deveres indispensável, e essencial [sic] dos que praticam a Medicina é conhecer perfeitamente, e ter sempre em vista a natureza das diferentes substancias que se acham nos mercados, para distinguir os simples que são bom dos que são maus para os usados remédios, e dos que estão alterados, misturados, falsificados, muito antigos, e arruinados: por cujo motivo deve preceder o conhecimento, e uso dos remédios do próprio pais, e aonde os houver se deverá somente fazer uso deles, e desterrar os de fora que sofrem a mistura e toda a avaria pela avareza: ficando o nosso pais sujeito a pagar toda a usura, quase todo o remédio deve o seu préstimo a casualidade.^{86-*}

A expectativa sobre a existência da planta e a necessidade de legitimar o uso da similar encontrada no Piauí gerou uma preocupação de cunho ambiental nos governantes. Em janeiro de 1800, o governador do Piauí recebeu um ofício do Ministro do Estado dos Negócios Ultramarinos com determinações para proibir o corte e a queima das matas da capitania onde foram encontradas árvores de quina.⁸⁷ Essas medidas estavam em consonância com o pensamento político do período que demonstrava uma preocupação ambiental que estava mais interessada em prevenir possíveis problemas econômicos gerados pela iminente

⁸⁶ PEREIRA, Memoria ou addendo, á continuação do Diário em credito da quina quina do Piauhÿ..

⁸⁷

extinção de certos recursos naturais (PÁDUA, 2002, p. 396). No mesmo ofício que continha a proibição de devastação das matas, o Ministro incumbia a Vicente Jorge Dias Cabral de realizar a compra e envio de algumas produções do Piauí. O bacharel remete uma série de remédios para a cidade de Lisboa, dentre os produtos enviados estão a casca e o mel de mutamba, paratudo, raiz de carrapicho da chapada, raiz de angélica do mato, raiz de caroba, marfim e quatro patadas, quina e resina de caninana. No documento também constam breves instruções sobre como e para que fins se deve utilizar cada remédio:

1° Casca de mutamba

A serventia desta casca hé para quem bota sangue pela boca, e quem tem pustema anterior. Cozida a dita casca bebida, ou em chisteis cessa a melestia.

N° 2 Mel de mutamba

Este mel seve tirada huma porção pequena posto em qualquer inchasso que vem apuro a faz resolver, e levando qualquer queda que seja percizo sangrarse, só basta tirar huma colher do dito mel, e desfazelo em agoa morna e bebelo que desmanchará todo o sangue mão que estiver arruinado, e não terá o doente risco nenhum, e levando qualquer queda e arrebandando peito, ou virilhas, botando hum emplasto do dito mel fica bom mais remédio algum.

N° 3 Pau chamado para tudo

A serventia deste pau he para toda a febre maligna, e dores de preolis, ou pontada, pegando em huma 8° da dita casca, moendose, e dandose em agoa morna a beber, para qualquer dor anterior a faz logo parar, para huma maligna que já sendo possa acodir com sangria coziandose huma porsão para beber, ou sem chistel não precisa mais couza nenhuma he huma casca tão vertuoza, que por sua virtude lhe pozeram o nome para tudo.

N° 4 Raiz de carrapicho da chapada

A serventia desta raiz estando hum doente com derrea de sangue, cozida a raiz, e aplicada em chistel infalivelmente fica bom sem mais risco, para a soltura de ventre cauzada de calor, ou almorreas, cozida huma porsão da raiz, e aplicada em chistel e infalível sara, para gonorrea cozida huma porção, e bebelo estantaneamente sara que pelas experiências que se tem feito com a dita raiz he o ultimo remédio.

N° 5 Raiz de Angelica do Mato

Esta raiz serve cozida, e dada a beber a quem tem de fluxo infalivelmente fica bom tendo qualquer pessoa sarna, ou lepra, fazendo uso de beber huma porsão do cozimento desta raiz sara; para quem tem secoens amaliguadas com febres tirando o entre casco da dita raiz, pizada huma pequena porção em huma colher de vinho, botar os ditos pós, obra muito, e faz suar muito, e

poucos chegam a tomar o dito remédio duas vezes, porque a maior parte deles tomando uma vez fica bom.⁸⁸

A lista de remédios e seus usos é um pouco mais extensa do que a citada e, além disso, existem outros documentos com listas de produtos naturais encomendados e enviados para Lisboa. Como já foi mencionado, as viagens filosóficas foram organizadas com a finalidade de promover a expansão econômica e o bem-estar dos povos, e a procura de plantas medicinais foi de grande importância nos anos finais do século XVIII e início do século XIX. No entanto, apesar da busca incessante por plantas úteis à medicina na América Portuguesa, muitos médicos e cirurgiões se recusaram a modificar ou incrementar o receituário com as espécies nativas, e “os boticários foram culpados pela ganância que tinham na venda de gêneros de botica importados não se preocupando com a saúde de seus enfermos” (ALMEIDA, 2008, 135). Ainda assim, os governantes e alguns médicos do Império português aumentaram os esforços para divulgar os usos e cultivo das plantas nativas. José Henriques Paiva, seu pai e seu irmão, membros da Academia Científica do Rio de Janeiro, tiveram notoriedade divulgando espécies da flora e fauna da América. Em 1785, Manoel Joaquim Henriques de Paiva, irmão de José Henriques, redigiu uma obra intitulada “Farmacopéia Lisbonense” na qual, em sua segunda edição (1802), apresentava uma lista de plantas medicinais originárias do Brasil tais como almecega, batata de purga, cajueiro, café, spigelia, guaco, gengibre, ipecacuanha, jalapa, jaborandi, salsa, tamarindo, pimentas etc. (HEINEMANN, 2000; REIS, 2006; MARQUES, 1999, PITA, 2003; ALMEIDA, 2009).

Nos anos finais do século XVIII, o médico Manuel Joaquim de Sousa Ferraz chega ao Rio de Janeiro buscando tratamento para si e, ao se deparar com os esforços do Conde de Resende em desenvolver os estudos botânicos, lhe sugeriu algumas mudanças.⁸⁹ Sousa Ferraz sugeria que os boticários deixassem de lado as drogas velhas e possivelmente adulteradas vindas da Europa e valorizassem as drogas provindas das plantas indígenas. Há menções aos povos nativos e mestiços em variados trechos de cartas trocadas entre Dias Cabral e o governador Dom Diogo de Sousa, onde os indígenas são reconhecidos como grandes conhecedores das espécies encontradas no território do Piauí, podendo indicar quais suas

⁸⁸ Relação dos remédios que vão da capitania do Piauí, para a corte e cidade de Lisboa por de 23 de junho, e de 19 de novembro de 1800 - Arquivo Público do Piauí.

⁸⁹ José Luís de Castro ou o 2.º Conde de Resende, foi um membro da nobreza portuguesa que exerceu o cargo de Almirante e Vice-Rei do Brasil no final do século XVIII.

propriedades terapêuticas e alimentícias⁹⁰. Isto demonstra que os portugueses não eram completamente alheios ao conhecimento indígena e local, mas recomendavam que os viajantes não se abstivessem de realizar os experimentos adequados e remetesse amostras para Lisboa para que se pudesse ter certeza de suas propriedades e passassem a ocupar as prateleiras dos boticários e os livros médicos. Nesse momento, portanto, as plantas ocupavam uma posição de destaque nas preocupações dos governos ao redor do mundo e representavam um dos elementos essenciais nas táticas individuais de elevação social de homens de ciência e letras, militares, aventureiros, técnicos e, ainda, dos povos indígenas, que muitas vezes subverteram a ordem que lhes foi imposta, utilizando-se de estratégias de sociabilidade, sobrevivência e comércio ilegal durante o trabalho de coleta de vegetais (Roller, 2013).

Joaquim José Pereira registrou em seu diário um caso interessantíssimo da descoberta de uma nova virtude da chamada quina do Piauí na qual conta que por volta do mês de agosto de 1800, um homem de quarenta e cinco anos sofreu um acidente com um cavalo furioso. O acidente lhe custou uma grande inflamação nas partes genitais gerando uma hérnia humoral da “grandeza de huma abobra”, deixando o paciente imobilizado de costas por dezesseis dias. Segundo Pereira, o paciente se automedicou com mais de dezesseis sangrias e utilizou seus “remédios rusticos” cujo efeito foi inexistente, considerando assim, uma imensa sorte que o enfermo tenha sobrevivido até aquele momento. No entanto, o estado da inflamação já estava tão grave que suas partes íntimas começaram a cheirar muito mal. O odor "cadavérico" se espalhava pelos aposentos do enfermo e pela vizinhança e o paciente não conseguia dar dois passos seguidos sem urinar de dor. A febre e a dor nas articulações eram constantes, o enfermo apresentava “as extremidades frias, a vista espantada, a língua áspera como huma lixa, a fala balbuciante”. Na tentativa de amenizar a dor e salvar a vida do paciente, o serviam composto de quina e mutilaram a parte com gangrena, aplicando diariamente a quina do Piauí na ferida.⁹¹ Para Pereira, o uso interno e externo dessa quina proporcionou a melhora e a cura do paciente, evitando que surgissem outros “ataques inflamatórios”.⁹²

⁹⁰ Memória sobre as produções nativas...

⁹¹ Lineu foi o responsável pela identificação e criação de um gênero específico para a quina denominando-a de Chinchona como uma forma de homenagear a condessa de Chinchón, mulher que foi equivocadamente considerada a primeira enferma que obteve a cura através da utilização da quina no vice-reinado do Peru.

⁹² Memoria ou addendo, á continuação do Diário em credito da quina quina do Piauhÿ. 1801. AHU. Maranhão. Caixa 127, doc. 9555.

A quina foi uma planta que ocupou páginas e mais páginas dos diários de viajantes, cartas e tratados médicos desde o final do século XVI, o seu uso que mais se destacou foi para o tratamento da malária. Sendo assim, a quina foi, junto à malária, um palco histórico de confrontos e conflitos de interesse, religiosos, políticos e econômicos. Por um lado havia a busca acirrada das nações pela obtenção do privilégio do comércio da quina, como é o caso dos jesuítas que tiveram papel fundamental na exportação da *Chinchona*. E por outro havia a descrença de alguns médicos de que o remédio proveniente da quina fosse capaz de curar as febres intermitentes que assolavam a população desde o período anterior a Cristo. Esse conflito conceitual tem raiz no próprio conceito das causas das enfermidades, sendo que uma vertente médica acreditava que as doenças eram causadas pelo envenenamento e desequilíbrio dos humores do corpo e para tratá-las teriam de limpar o organismo e purificá-lo utilizando remédios purgativos e realizando sangrias. A outra vertente tentava legitimar a quina como uma espécie de revolução conceitual na qual uma droga particular tinha o poder de combater uma enfermidade específica sem expelir nenhum tipo de humor (CAMARGO, p.211-228).

No caso da expedição Cabral-Pereira e em muitos outros relatos, plantas denominadas de quina foram utilizadas para combater outros males nos quais não tinha necessariamente eficácia. Esse caso relatado pelo padre Pereira é um exemplo de utilização de uma planta cuja eficácia não era comprovada, apesar de o viajante afirmar e divulgar o oposto. Joaquim José Pereira e Vicente Jorge Dias Cabral se referem a uma planta nomeando-a de quina e atribuindo-lhe qualidades similares às da quina verdadeira. No entanto, a quina encontrada na capitania do Piauí apresentava qualidades morfológicas muito distintas da *Cinchona*. Para facilitar a compreensão a respeito das quinas existentes organizamos imagens com as quinas consideradas verdadeiras:



Figura 4: Estampas de Quinas consideradas verdadeiras por José Mariano da Conceição Velloso (1799).

As estampas pertencentes a Quinografia Portuguesa de José Mariano da Conceição Velloso vêm acompanhadas de descrições sobre as características que devem ser observadas para o reconhecimento das espécies. Velloso direciona a atenção do leitor para os arranjos morfológicos da planta para que os habitantes do Brasil – ao se deparar com ela – saiba identificá-la tão bem quanto um botânico. A principal função das estampas era auxiliar no reconhecimento tanto da quina verdadeira quanto da quina falsa. As estampas a seguir são as que Velloso denominava de quinas falsas:



Figura 5: Estampas de Quinas consideradas falsas por José Mariano da Conceição Velloso (1799).

Ao olhar para as imagens que retratam as espécies distintas de quinas – sendo elas verdadeiras e falsas – percebemos que ao analisar apenas seus aspectos morfológicos, nenhuma das espécies apontadas como falsas tem qualquer semelhança com as classificadas como verdadeiras. O que definia as quinas verdadeiras era o fato de pertencerem à família da Rubiáceas e ao mesmo gênero das *Cinchonas*, assim como serem portadoras de princípios febrífugos e o sabor amargo encontrado na casca. “Além disso, o local de origem dessas plantas se limitava à região andina – o termo equivalente quina peruiana é decorrente disso – o que servia como mais um componente para sustentar sua originalidade” (CAVALCANTE, 2018, p. 173).

De modo geral, podemos considerar a árvore Quina como o elemento vegetal - não direcionado à agricultura - que recebeu maior destaque da Coroa portuguesa. Como já mencionado, foram expedidos diversos ofícios com ordens para busca, coleta, análise e preservação da Quina, independentemente, se fossem consideradas Quinas falsas ou verdadeiras (MARQUES, 1998, p.105). No entanto, essa árvore está envolvida em acirradas polêmicas que vão desde o período colonial até os dias atuais. Uma das polêmicas envolve a lenda da Condessa de Chinchón cujo nome foi associado a planta, mas foi revelado, tardiamente, que as datas dos relatos não condizem com os acontecimentos, pois, a condessa havia morrido na Espanha antes de seu marido ter sido nomeado vice-rei do Peru (HAGGIS, 1941, p. 417- 459). Portanto, a condessa não teria nem sequer ido para a América. A segunda polêmica diz respeito à descoberta de outras árvores com aspectos similares a *Cinchona* que

foram encontradas em regiões distintas da região de Loja no Peru, onde até então se acreditava ser o único lugar em que havia a planta. Conseqüentemente, se iniciou uma disputa acerca das espécies que seriam mais eficazes para o tratamento e cura das febres intermitentes nas Américas. A terceira polêmica - e talvez a mais interessante desse contexto - está interligada com a polêmica anterior, pois há, segundo Fernández (2019) uma convergência de interesses entre os comerciantes do Peru, Nova Granada e de diversas partes da Europa que ansiavam para que as Quinas encontradas em seus territórios fossem consideradas as de maior qualidade e eficácia nos usos medicinais. Todavia, houve muitas adulterações em suas descrições ou especificações a respeito das virtudes das cascas de quina que eram dispostas nas prateleiras dos comércios. Fernández acredita que existia um consenso silencioso e sistemático entre comerciantes e governantes para proteger os interesses comerciais de ambos.

Entre cores e formas: produtos para tingir e enfeitar

O reino vegetal é apresentado por Dias Cabral como uma fonte inexaurível de preciosidades e um objeto digno de admiração dos homens em qualquer parte do mundo. Ao falar em admiração, o bacharel também faz referência à finalidade estética das plantas, muito cobiçadas pelos membros do Império. Eram observadas as cores, o formato das folhas, flores e frutos e o perfume que as plantas destilavam, todos esses aspectos eram de suma importância para aqueles que percorriam o mundo em busca de recursos singulares. Em seu material, Dias Cabral informa a descoberta de uma planta que considerou pertencer ao grupo genérico cunhado como *Bombax* por Lineu, em 1753:

A vossa excelência ofereço a continuação das minhas observações da parte inferior do sertão do Piauí, relativa ao reino vegetal, acompanhada dos desenhos coloridos das plantas que encontrei em estado de redução e considerei úteis com algumas quão podem desmerecer estimação para ornato dos jardins reais pelo delicioso aspecto e cheiro gratíssimo. Entre elas verá Vossa excelência uma planta novíssima enquanto a espécie do gênero novíssimo *Bombax* que cresce em uma fazenda deste sertão, e sem cultura. Acostumado a ver as cápsulas da *Bombax ceiba* revestidas de lã finíssima cobrindo as pequenas sementes saltava aos olhos. As substância finíssima susceptível de fiação misturada com o algodão ou soda, ou de fazer dela pano de chapéu finos quando com admiração encontrei a mera espécie pelas numerosíssimas castanhas grandes, de gesto agradável apinhadas dentro das cápsulas forradas da curta lã e áspera. O chão em que nasce a nossa castanheira se alastra de castanhas; os Primates, Glires (roedores) e algumas Beluas; as diferentes espécies de Picitacos (psitacídeos) e ahrentio vêm aí

procurar o seu sustento. Transportada aos jardins reais vai causar admiração. Aclamou, celebrou ainda mais esse gênero com a história da árvore denominada pelos franceses calebassier (cajuru) ou Guanabamus scaligeri que julgo ser do mesmo gênero, Vossa excelência se regozijará de ver acrescentar nova espécie utilíssima na economia doméstica.⁹³

O trecho indica ter sido fundamental que Cabral já viesse “acostumado” a um modelo e características pré-existentes para que lhe fosse possível reconhecê-las naqueles sertões. Antes de 1753, Lineu já havia tratado do grupo, mas utilizando o nome Xylon (1737, 1747, 1748). Na publicação de 1753, o botânico sueco passa ao termo *Bombax* e inclui três espécies nessa divisão, chamadas *Bombax ceiba*, *Bombax pentandrum* e *Bombax religiosum*. As referências de Lineu para a caracterização dessas espécies reúnem elementos asiáticos e do Novo Mundo, ao que sua distribuição é dada como “Habitat in Indiis (plural)”. Além de já ter indicado anteriormente que algumas dessas plantas vinham em cultivo na Ásia e na América, Lineu descreveu *Bombax ceiba* - uma das três espécies de *Bombax* em 1753 - citando Gaspard Bauhin⁹⁴(1623, p. 430) quanto a espécimes brasileiros, mas não identificáveis (LINEU, 1737, 1747, 1748, 1753 apud. NICOLSON, 1979). Esses pontos a respeito das primeiras classificações desse gênero vegetal e as circunstâncias descritas por Dias Cabral sugerem que a planta encontrada pelo bacharel tratava-se de espécie nativa. No entanto, torna-se complexo definir o que foi de fato encontrado, considerando a “verdadeira confusão” de informações taxonômicas instalada entre autores - incluindo o próprio Lineu - a partir da descrição de 1753 (NICOLSON, 1979, p. 370). As impressões de Vicente Jorge Dias Cabral, portanto, se vinculam a uma noção de *Bombax ceiba* difícil de situar pela sucessão de mudanças que ocorreram naquelas décadas. Os limites entre gêneros vegetais como *Bombax*, *Pseudobombax*, *Pachira*, *Cochlospermum*, *Salmalia* e *Ceiba* se mantêm controversos para a taxonomia vegetal, muito em função de dúvidas relativas às primeiras descrições e aos espécimes utilizados neste intuito (ROBYNS, 1963; NICOLSON, 1979; CARVALHO-SOBRINHO et.al., 2013, 2014). Já no século XX, em um trabalho de 1959, o naturalista ítalo-brasileiro Adolpho Ducke descreveu a chamada *Bombax cearense* (*Bombax cearense* Ducke, 1959) no terço inferior da Serra de Maranguape (PAIVA, 2002; MARTINS,

⁹³ CABRAL, Vicente Jorge Dias e PEREIRA, Joaquim José. Documentos diversos. AHU. Maranhão. Caixa 127, doc. 9555.

⁹⁴ Gaspard Bauhin (1560-1624) foi um médico e naturalista suíço, responsável por um dos primeiros esforços de classificação botânica segundo critérios morfológicos gerais. Em seu *Pinax theatri botanici*, de 1623, Bauhin introduziu nomes de gêneros de plantas e uma primeira nomenclatura binomial mais ordenada, base importante para a instituição do sistema de Lineu mais de um século depois (HOOK e NORMAN, 1991).

et.al., 2006, p. 18). Há interesse atual pela planta, que é considerada endêmica ao Brasil (TAVEIRA, 1993; CARVALHO-SOBRINHO et.al., 2020).

Nesse período, produtos que pudessem ser utilizados para tingir tecidos eram muito almeçados, principalmente, se as cores fossem firmes e vibrantes como o vermelho e o azul. Com a chegada dos europeus à América foi descoberto no México um inseto minúsculo cuja propriedade era a produção de uma tinta carmim muito interessante. No entanto, apenas os nativos obtinham o conhecimento sobre como criar o inseto nos cactos e como obter o corante a partir do seu cozimento. Quando os espanhóis descobriram o segredo dos nativos mexicanos, passaram a manter os locais de produção em segredo e sob vigilância constante, no intuito de manter a exclusividade no comércio visando um crescimento econômico promissor. Mas apesar de todo o cuidado, os outros impérios enviaram espíões para América com a missão de se apropriar do conhecimento nativo e divulgá-los. Para muitos, a espionagem rendeu a publicação de livros e memórias. O Império português enviou o Hipólito José da Costa aos Estados Unidos e ao México para espionar alguns produtos que faziam sucesso no comércio do período, dentre eles, se destacavam o linho cânhamo, o tabaco e a produção da cochonilha. Depois de observar como era feita a extração da tintura carmim, Hipólito José da Costa chegou à conclusão de que seria possível produzir a cochonilha no território do Brasil, com a possibilidade de que a tinta fosse de tão boa qualidade quanto a dos espanhóis (FERRAZ, 2007) ⁹⁵

Muito tempo se passou na Europa em conjecturas sobre a natureza da fécula da Cochonilha, fazendo-se juízos vários, se era substância animal, ou vegetal. Hoje he conhecido o Insecto, que a produz, e a sua economia para de viver. Os hespanhoes tirao vantajosos interesse deste conhecimento, fazendo como hum monopólio nacional com o Commercio da Cochonilha, sem concorrência de outra Nação, que athé o presente tenha estabelecimento igual.⁹⁶

Depois de descrever minuciosamente os tipos de cactos existentes e esclarecer a finalidade de cada um, Vicente Jorge Dias Cabral chegou à conclusão de que todas as espécies da Oputios são capazes de produzir a cochonilha (*coccus cacti*). Além disso, outras plantas consideradas ácidas também seriam apropriadas para o cultivo do inseto, como é o caso do Ananas (*Bromelia ananas*). Entretanto, a que parecia mais eficiente na produção seria o cacto *Ticus indica*.

⁹⁵ Idem, Ibidem.

⁹⁶ Idem, Ibidem.



Figura 6 : Estampas com representações do inseto Cochonilha retiradas do livro *O fazendeiro do Brasil* de José Mariano da Conceição Velloso - 1806.

Dias Cabral continua sua escrita revelando detalhes sobre a anatomia e sistema reprodutivo do inseto, no qual explica que ao chegar na idade adulta, tanto o macho quanto a fêmea vivem pouquíssimo tempo, sendo destinados apenas à procriação e perpetuação da espécie. Apesar da vida curta, uma só fêmea consegue dar vida a mais de mil filhotes. Uma característica importante apontada pelo viajante é a facilidade do cultivo da Opuntias para a criação de cochonilha,

A plantação não he difícil. As terras magras, e exaustas para outra qualquer cultura predizem a figueira da Cochonilha. As suas articulaçoens dispostas na terra em breve tempo lançao raízes, e são tao vivaces, que persistem muito tempo verdes desapegadas do tronco.⁹⁷

Dias Cabral descreve minuciosamente como é feito o processo de colheita da cochonilha e extração da tintura. Quando os filhotes crescem, tendem a ficar imóveis e é nesse momento que a colheita deve ser realizada. Na colheita inicial, com uma varinha, o lavrador deve retirar os ninhos com os insetos vivos e mortos e deixá-los cair em um vaso de forma que o vento não os faça rodopiar no ar e se perderem. A recomendação é que os

⁹⁷ Idem, Ibidem.

maiores insetos sejam recolhidos, deixando na planta sempre uma boa quantidade de fêmeas com capacidade de reprodução para a segunda colheita, que é realizada cerca de três meses depois da primeira. Após a coleta, a cochonilha deve ser dissecada em fôrmas ou vasos de barro com um calor estável para que não haja perda da quantidade e qualidade da tinta. Para Dias Cabral, o processo para obtenção da tinta carmim é fácil e possui a fécula mais apropriada e admirável para a pintura, o meio que torna possível ao pincel, imitar os mais belos contornos e cores da natureza. Através da tinta extraída da cochonilha são tingidos tecidos de algodão, seda e lãs que são vendidos por altos preços e obtém um grande consumo no mundo. Dessa forma, a possibilidade de criação de cochonilha em terras portuguesas significava um crescimento econômico iminente.⁹⁸

Destas observaçoens e que se rigorosa com frequênciã, que o clima do Piauí he próprio para a cultura da Cochonilha, e não nos permite ter inveja do Mexico a este respeito. Quando huma planta, ou animal cresce bem naturalmente em algum clima, he regra infalível, que melhor provirão com a cultura, e cuidado dos homens. Assim posso afiançar, que a cochonilha será algum dia hum ramo de commercio e de grande exportação nesta capitania.⁹⁹

Dias Cabral se empolga com as observações e escreve páginas e mais páginas acerca da criação da cochonilha e de todos os cuidados que o lavrador deveria obter para evitar o desperdício do produto final. No entanto, apesar de seu esforço e de tantos outros viajantes, a produção e comércio da Cochonilha não obteve o resultado esperado no território do Brasil (PESAVENTO, 2005). As publicações de obras sobre a cochonilha e outros produtos não alcançaram o público esperado, ou foram publicadas muitas décadas após terem sido elaboradas. Os textos redigidos e articulados por Joaquim Veloso cujo destino era o Brasil, encontraram poucos interessados em sua compra e terminaram corroídos por traças e cupins na escuridão dos depósitos ou consumidos pelo fogo a fim de liberar o espaço para outros fins, possivelmente mais lucrativos (FERRAZ, 2007).¹⁰⁰

⁹⁸ Idem, Ibidem.

⁹⁹ Idem, Ibidem.

¹⁰⁰ Segundo Marichal (2006), o México continuou sendo o detentor do monopólio comercial da Cochonilha até 1820. E a partir desse momento, a Guatemala e as Ilhas Canárias seguiram como lideranças na produção e exportação de cochonilha até 1850. No entanto, a partir desse momento, o mundo será palco do desenvolvimento de corantes sintéticos, e então as controvérsias e espionagens em torno da cochonilha desvanecem.

Problemas e soluções: cultivo, armazenamento e transporte

O governador da capitania dialoga constantemente, através de cartas, com Vicente Jorge Dias Cabral. Em meio a essas trocas de correspondência há uma em que ele questiona a possibilidade do cultivo do trigo na região. Cabral afirma que há a possibilidade, no entanto crê que o processo seria dispendioso por conta de variadas dificuldades de cunho técnico. Na época, o trigo era importado da região da Bavária, e se o cultivo fosse possível, ainda que custoso, retiraria um fardo ainda mais pesado dos luso-brasílicos. Cabral continua afirmando a possibilidade da cultura do trigo, e adiciona ainda mais dois grãos cuja produção parecia viável, que seria a cevada e o milho. Mas acrescenta que as terras do Piauí e Maranhão produzem um outro tipo de farinha, também muito utilizada no ramo alimentício – a mandioca. Percebe-se que além de responder à pergunta, Cabral ainda apresentava alternativas, para no caso de o cultivo não render boas colheitas.¹⁰¹

Parece indubitável que nesta capitania crescerá bem o trigo, e que só temos a experimentar, qual seja a estação própria, e qual o tamanho da terra, se se deverá semear no princípio do inverno, ou se para o fim. Se a terra precisa de muito ou pouco estrume, se deve ou não ser muito revolvida. (...). Entre toda a assentação de terra, que tenho corrido do sertão, parece-me mais apropriado para a cultura do trigo todas a Ribeira do Iguará, aonde o terreno não é areento inteiramente, não falo aqui das matas, mas sim dos Campos que se consideram inúteis a não ser para o fim de pastagem de gado.¹⁰²

A partir da análise do documento citado acima, não podemos concluir se o cultivo do trigo foi proveitoso na região, ou não. No entanto, é pouco provável que o empreendimento tenha funcionado, pois, o trigo é um cereal favorecido pelos climas temperados e moderadamente secos (MOTA, 1982). Temos notícias apenas de que o bacharel Cabral conseguiu dividir os grãos de trigo trazidos por Joaquim José Pereira, e distribuí-los para dois lavradores, mas segundo Cabral, até o final da escrita do documento não havia nenhuma informação sobre o plantio desses grãos. Ao longo de uma série de correspondências, podemos encontrar discussões a respeito da concretização de um horto botânico no Maranhão, e que se esse fosse construído, quais espécies seriam cultivadas. As plantas que

¹⁰¹ Ofício do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa para o secretário da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho sobre o envio de um fardo e dois sacos de erva de São Caetano. São Luís, Maranhão. 24/09/1800. AHU-MA, cx 112, d. 8757.

¹⁰² Idem. Ibidem

aparecem na correspondência são facilmente encontradas no *Discurso sobre a utilidade da Instituição de Jardins nas principais províncias do Brasil*, no qual Manuel Arruda Câmara lista uma série de plantas, das mais diversas partes do mundo, que deveriam ser transplantadas e cultivadas. Dentre as plantas originárias do Ceará, Pernambuco e Piauí estão o pequi, o coco naia, a carnaúba, a pitombeira, o imbuzeiro e a ipecacuanha (CÂMARA, 1810)

O bacharel demonstra muita preocupação a respeito do transporte das amostras de produtos tanto para São Luís, quanto para Lisboa. Pois, as vias de transporte disponíveis seriam fluviais, e estas não eram adequadas para o carregamento de caixotes e mais caixotes com remessas de espécies delicadas, como são as plantas. Para Cabral, o meio de transporte mais favorável seria o terrestre, mas estes eram demasiado precários, repletos de matas e troncos de árvores caídas, sem pontes o suficiente para atravessar as águas. Completamente desfavorável para a expansão das ciências naturais e sua economia. Cabral persiste nesse tema sob a perspectiva de que deveriam ser investidos recursos para a melhoria das estradas, e que tanto os habitantes quanto os governantes se orgulhariam de tê-las em bom estado:

As estradas não permitem grandes cargas. Havendo certeza que elas virarão, e não perecerão com a mudança da terra para os caixotes, devem-se pôr em carrinho, e há aqui novas cautelas a tomar-se, e vem a ser as seguintes: o defender as plantas das grandes chuvas, dos calores intensos, e do movimento da terra colhida nos caixões. As grandes chuvas levariam a pouca terra dos caixões esgotando-a dos princípios salinos, e saponáceos em prejuízo das novas plantas, os calores definharão até secar e o movimento da terra despregariam as tenras raízes quando principiavam a vigorar agarrando-se a terra para receber dela aqueles (sic) princípios vegetativos. Os referidos inconvenientes cessão cobrindo-se a planta com couros de boi de maneira que nunca se ofendam as suas extremidades, sendo sustentadas as caixas em duas haste rijas, bem seguras elevadas dos cantos dos lados externos dos caixões, aonde se atem nas horas de muita chuva, ou calor. Deve também ter o cuidado de recolher nos pesos os caixões as horas do meio dia, quando se descansa e deixados a noite ao sereno, menos havendo invernadas pelas razões ponderadas. Sucedendo não chover nos dias de jornada, ou em alguns dela se deverão regar os caixões, não deixando nunca ficar a terra seca, nem também molhada e a hora competentes da manhã antes do sol aquecer.¹⁰³

Cabral continua a orientação, pedindo cuidado na hora de escolher os cavalos para puxar o carro, recomendando que não devem ser escolhidos os da Fazenda Real, por serem

¹⁰³ Idem. Ibidem.

magros e fracos. Suas orientações também tocam na questão da velocidade com que os cavalos andam, deve-se mantê-los em rédea curta, nunca soltos, para evitar que os caixotes virem e se perca a produção. Em meio a grande dedicação de Vicente Jorge Dias Cabral, D. Diogo de Sousa intervém com a administração central da Coroa portuguesa para que Cabral recebesse o devido reconhecimento como “homem da ciência”, e que fosse compensado por tantos anos de trabalho para o desenvolvimento do império português.¹⁰⁴

Enquanto egresso da Universidade de Coimbra, Dias Cabral tinha uma dupla formação (bacharel em Direito e em Filosofia) e em suas próprias palavras “querendo facilitar o emprego, já por meio das sciencias Naturaes, já pelas positivas” não havia conseguido nenhum cargo importante após concluir seus estudos. Apenas anos depois foi convocado para chefiar a expedição no sertão do Piauí e Maranhão e então pôde demonstrar sua capacidade e habilidade enquanto naturalista. Nesse período, as relações eram regidas por um sistema de troca de favores no qual se inseria a concessão de graças e de mercês. A atribuição de mercês pelo governante era a forma mais simples e básica de compensar os súditos de acordo com os serviços prestados à coroa.¹⁰⁵ Essa era a definição de economia moral do dom, uma prática muito comum no período moderno europeu. “O dom fazia parte, na sociedade do Antigo Regime, de um universo normativo preciso e minucioso que lhe retirava toda a espontaneidade e o transformava em unidade de uma cadeia infinita de actos beneficiais” (XAVIER; HESPANHA, 1998, P.340). Esse seria um dos motivos que levaram membros das camadas médias a se preocupar e querer participar desses projetos de cunho naturalista. Muitas figuras transitaram entre diversas áreas das colônias, experimentando e interpretando, cada um a seus modos e interesses, o mundo natural (BONATO, 2010).

Ao nos aprofundar na leitura dos diários, relatórios e cartas originárias da expedição Cabral-Pereira, realizamos uma espécie de viagem pelo sertão do Piauí do século XVIII. As descrições feitas pelo religioso e o bacharel, ainda que não tenham sido tão reconhecidas no período, tem um valor inestimável para a história do Piauí e, conseqüentemente, do Brasil. Os

¹⁰⁴ CARTA do governador e capitão-general do Maranhão, D. Francisco de Melo Manuel da Câmara, para o príncipe regente D. João sobre os ofícios dirigidos ao presidente do Real Erário, pela junta da Real Fazenda, a respeito do vencimento do professor de Retórica da Cidade de São Luís do Maranhão, Vicente Jorge Dias Cabral. São Luís, Maranhão. 1807, AHU-MA, cx. 152, d.10935.

¹⁰⁵ Em relação a compreensão acerca do sistema de graça e mercê, Fernanda Olival em “As Ordens Militares e o Estado Moderno” (Lisboa: Estar Editora, 2001), destaca uma diferença entre graça e mercês. Para Olival, a concessão de graça era um mero produto da liberdade régia.

registros mais interessantes são aqueles que nos apresentam o clima desse sertão e a maneira como suas mudanças modificavam a paisagem natural e humana. O clima nos sertões das Capitanias do Ceará, Maranhão e Piauí são profundamente marcados por um longo período de estiagem e poucos meses de chuva. No entanto, segundo os relatos dos cronistas, esses aspectos se impunham de forma severa e, os períodos de seca eram difíceis, pois imperava a sede e a fome. Por outro lado, os períodos chuvosos eram igualmente custosos, pois as chuvas eram, muitas vezes, torrenciais e as cheias dos rios impossibilitava o deslocamento das pessoas e destruíam plantações.

Uma análise interessante apresentada por Tiago Bonato (2010) nos faz perceber que há raríssimas descrições sobre o período das chuvas. Uma hipótese seria de que os viajantes não conseguissem seguir viagem nesses momentos tempestuosos. A ideia de Bonato é facilmente confirmada em trechos como “saindo quatro de maio para Oeiras, cheguei a esta cidade por impedimento das chuvas, a oito do mesmo mês para continuar o Real Serviço”. Com sol ou chuva, os viajantes utilizavam das questões climáticas como artifício para enfatizar o quanto as viagens eram arriscadas, longas e exaustivas. Não há maneira de negar que de fato o eram, pois, há uma lista de viajantes que adoeceram e morreram durante as expedições.

As batalhas travadas contra o clima eram tema recorrente dos relatos de viagem. Em 22 de novembro de 1799, Dom Diogo de Sousa, o então governador do Maranhão, escreveu uma carta para Dias Cabral demonstrando conhecimento sobre os males que o clima da região do Piauí vinha causando aos integrantes da comitiva da expedição. O governador indica uma receita que, segundo ele, era muito utilizada pelos exércitos romanos para amenizarem “as corrupsoens internas”.¹⁰⁶ O padre Joaquim José Pereira classifica o clima tropical como insalubre para qualquer tipo de vida. Sendo assim, grande parte do trajeto era carregado de momentos dramáticos e duramente exaustivos, também provocados pelas enfermidades típicas do sertão, que resultaram em recorrentes queixas acerca do “ar quente e humido, paudozo, e doentio [...] as carnes frescas se corrompem em 24 horas, e as que se goardão secas crião hum gusmo, ou moncozidade [...] os que viageam, e dormem no campo achão a ropas humidas quando as querem vestir de manhã [...]”.¹⁰⁷

¹⁰⁶ CABRAL, Vicente Jorge Dias e PEREIRA, Joaquim José. Documentos diversos. AHU. Maranhão. Caixa 127, doc. 9555.

¹⁰⁷ Ibidem.

Apesar de o sertão ter sido o cenário de muitas obras literárias do século XX como *Os sertões* de Euclides da Cunha e *Grande Sertão: Veredas* de João Guimarães Rosa; e ainda continuar marcando as narrativas de autores como Itamar Vieira em *Torto Arado* onde a seca é tema recorrente, o sertão também é terra da qual brotam diversas espécies de plantas com propriedades curativas e que se apresenta como enorme fonte de nutrientes favoráveis à alimentação de animais racionais e irracionais. As viagens por esse sertão de clima difícil, das doenças e da fome revela também seus aspectos utilitários para o Império ultramarino. A agricultura e a criação de gado vacum e cavalari são exemplos de aproveitamento das terras de forma racional, assim como as potencialidades que cada capitania, por mais afastada e árida, poderiam oferecer ao Império.

A capitania do Maranhão e Piauí, tanto quanto as outras, estavam inseridas em um projeto político amplo que pensava na transformação do cotidiano dos habitantes e nas suas maneiras de enxergar o mundo natural, investigando quais as formas mais racionais, utilitaristas e antropocêntricas de explorar a natureza ao seu redor (PÁDUA, 2002). Portanto, a utilização dos recursos naturais na extensão do Império era submetida a leitura, análise e representação de quais seriam as principais causas que impediam a “melhoria” das colônias e por conseguinte, os melhores modos de arrecadação da Fazenda Real. De modo geral, os habitantes das mais variadas capitanias do Império recebiam a alcunha de preguiçosos e indolentes, sendo estes os principais motivos que impediam o desenvolvimento da região. Segundo Vicente Jorge Dias Cabral, a ociosidade era “o maior inimigo do sertão”, pois, “os habitantes sofrem a fome, e não plantam o pão que os podem sustentar, nem o arroz de fruto para refrigério”. Ou seja, para alguns naturalistas como Vicente Jorge Dias Cabral, o problema da fome no sertão era mais um problema moral que um problema social ou climático.

Considerações Finais

Um religioso e um bacharel em direito proveniente da região de Minas Gerais foram responsáveis por percorrer e diagnosticar a natureza útil da Capitania do Piauí. Ambos escreveram relatórios e memórias filosóficas seguindo, na medida do possível, os manuais organizados por naturalistas como Domenico Vandelli e Alexandre Rodrigues Ferreira. Como funcionários da Coroa, procuraram validar sua dedicação através da escrita de diários e do envio constante de amostras de plantas curativas, pequenos animaizinhos que produzem tinta “cor de sangue”, e salitre, utilizado para “destruir” ou “conquistar”, dependendo da perspectiva de quem observa. Em síntese, os naturalistas buscaram cumprir suas funções explorando as terras pertencentes à Coroa portuguesa e preenchendo os vazios das cartas geográficas com atividades úteis à população, especialmente aos grupos dominantes.

As viagens realizadas no final do século XVIII e início do século XIX possuíam objetivos muito claros: catalogar o mundo colonial português e inventariar a vastidão do seu território e suas riquezas minerais, botânicas e da fauna. Esses objetivos estavam profundamente entrelaçados com os projetos coloniais no constante empreendimento de desenvolver atividades para aumentar o Erário Régio e afirmar a reestruturação do pensamento científico português, iniciada nos anos finais do século XVIII. Em meio às apropriações e representações concernentes ao mundo natural, a proposta de registrar e explorar os recursos naturais terminou colidindo com a possibilidade de alguns deles desaparecerem definitivamente. A destruição ou uso desordenado da natureza passa a ocupar o pensamento de pelo menos uma parte dos ilustrados do período. Essas preocupações estão ligadas à ideia

de desenvolvimento, desde a “civilização” dos povos até a expansão econômica do Império. Esses tipos de observações nos mostram como os mesmos registros que evidenciam as relações com a natureza podem ser também retratos de interações humanas fundamentais durante as viagens.

Ao direcionarmos o olhar para os habitantes das regiões por onde os naturalistas passaram, podemos perceber a importância do seu trabalho nas viagens filosóficas, como auxiliares na identificação de espécies e conhecedores inquestionáveis das matas e rios.¹⁰⁸ Para Anderson Antunes (2015), havia redes diversificadas de auxiliares presentes nas expedições. Essa complexa rede de contatos contava com os habitantes locais, fossem eles colonos, indígenas, autoridades ou escravizados. Sanjay Subrahmanyam (2009) enfatiza a importância do papel dos intermediários cujo objeto de troca era a informação, já possuída pelo habitante local e almejada pelo naturalista. Aqui, o intermediário funciona como uma espécie de tradutor do mundo natural. No entanto, as fontes para realizar esse tipo de pesquisa são escassas e, apesar de termos analisado as fontes, não conseguimos encontrar menções diretas a quaisquer que fossem os auxiliares, pois estes aparecem apenas em referências mais gerais, como “rústicos habitantes” ou “lavradores”. Apesar dessa dificuldade em encontrar os nomes das pessoas, é inquestionável a importância das mesmas para a expedição. Dias Cabral e Pereira os descrevem como informantes sobre o manuseio de certos elementos, a utilização de certas plantas e o preparo de alimentos. Dessa forma, a presença dos auxiliares se revela, de forma sutil, ao longo da documentação.

Acrescente-se ainda - no caso específico dos personagens principais desta pesquisa - a tarefa de “desmistificar” os sertões do Piauí e lapidar do solo árido as muitas riquezas da caatinga, revelando nesse processo as dinâmicas e configurações sociais existentes nesse ambiente duramente marcado pela violência e por uma história de despovoamento das populações nativas para fazer caber a atividade econômica da pecuária extensiva. Nesse contexto, apresentamos, de maneira fragmentada, o bioma da caatinga através das perspectivas de vários viajantes como Arruda Câmara, Dias Cabral e Joaquim Pereira. Apesar de não ter sido aprofundada nesta dissertação, a caatinga se faz presente nas descrições das serras, das plantas, do clima, do solo e dos homens que ali habitam. Os sertões da caatinga demonstrados

¹⁰⁸ VANDELLI., Domenico. Viagens Filosóficas ou dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista nas suas peregrinações deve principalmente observar.

rompem com os estereótipos de pobreza de recursos naturais e, para além disso, nos levam a enxergar flores, frutos e cores diversas. Todo esse processo foi registrado com as palavras dos viajantes, que ainda carecem de estudos no sentido de uma melhor compreensão dos elos forjados historicamente entre o homem e o ambiente natural que o cerca. Essas discussões nos ajudam a enxergar a relação que desenvolvemos - ao longo do tempo - com a natureza e com aqueles que chamamos de “outro”.

Fontes manuscritas

CABRAL, Vicente Jorge Dias. Memória sobre as nitreiras naturaes da parte inferior da Capitania do Piauhÿ. 1801. AHU. Maranhão. Caixa 127, doc. 9555.

_____. Análise botânica da planta denominada manacá. 1803. AHU. Maranhão. Caixa 128, doc. 9595.

_____. Análise botânica da planta denominada velame grande. 1803. AHU. Maranhão. Caixa 108, doc. 8487.

_____. Documentos diversos. AHU. Maranhão. Caixa 128, doc. 9574.

_____. Documentos diversos. AHU. Maranhão. Caixa 128, doc. 9595.

_____. Documentos diversos. AHU. Maranhão. Caixa 125, doc. 9471.

_____. Documentos diversos. AHU. Maranhão. Caixa 115, doc. 8926

CABRAL, Vicente Jorge Dias e PEREIRA, Joaquim José. Documentos diversos. AHU. Maranhão. Caixa 127, doc. 9555.

PEREIRA, Joaquim José. Memória sobre nitros naturais, sal de Glauber, Quina e mais produções inventadas na capitania do Piauí e Maranhão. 1803. AHU, Maranhão, Cx.127, doc.9556.

_____. Diário ou Memória. 1799. AHU, Maranhão, Cx.127, doc.9556

_____. Observações deste diário ou Memória sobre as Produções naturaes. 1799. AHU, Maranhão, Cx.127, doc. 9556.

_____. Memoria ou addendo, á continuação do Diário em credito da quina do Piauhÿ. 1801. AHU. Maranhão. Caixa 127, doc. 9555.

_____. Suplemento á dizertação ou memoria sobre o Sal de Glauber ou sulfato de soda remetida do Iguará no anno de 1799. 1800-1801. AHU. Maranhão. Caixa 127, doc. 9555.

_____. Memoria sobre o sal aluminoso de plumas. Alumen plumosum. 1800-18001. AHU. Maranhão. Caixa 127, doc. 9555.

_____. Breve memoria sobre o alumen farinaceo, ou mina aluminoza volcanica de solfatara.1800-1801. AHU. Maranhão. Caixa 127, doc. 9555.

_____. Memorias de mineralogia dos diferentes metaes achados na parte inferior do Piauhÿ. 1800-1801. AHU. Maranhão. Caixa 127, doc. 9555

_____. Memoria sobre o salitre natural na continuação do diario. 1801. AHU. Maranhão. Caixa 127, doc. 9555.

_____. Documentos diversos. AHU, Maranhão, Cx.127, doc.9556.

CARTA do Senhor Jacob de Castro Sarmiento ao Doutor em Medicina Cromwel Martimer, secretário da Sociedade Real de Londres. Tradução minha.

CARTA do governador e capitão-general do Maranhão, D. Francisco de Melo Manuel da Câmara, para o príncipe regente D. João sobre os officios dirigidos ao presidente do Real Erário, pela junta da Real Fazenda, a respeito do vencimento do professor de Retórica da Cidade se São Luís do Maranhão, Vicente Jorge Dias Cabral. São Luís, Maranhão. 1807, AHU-MA, cx. 152, d.10935

CARTA dos officiais da câmara para a rainha D. Maria I, sobre a tomada da posse de D. Diogo de Sousa como governador e capitão-general do Maranhão. São Luís. Maranhão. 20/10/1798. AHU-MA, cx 101, d. 8133.

OFÍCIO (1^ovia) do governador e capitão-general, D. Fernando Antônio de Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a chegada do seu sucessor, D. Diogo de Sousa, à capitania e as reuniões que têm tido. Maranhão. 07/10/1798. AHU-MA, cx. 101, d. 8133.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa para o secretário de Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho; sobre o envio de um canudo de latão com desenhos, ramos ressecados e descrições Botânicas. Anexo: 2 documentos. AHU_ACL_CU_009, cx.112, D. 8759

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o envio de uma amostra linhosa e de óleo mearim, São Luís, Maranhão. 22/02/1800. AHU-MA, cx. 109, d. 8599.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre ficar na inteligência de remeter todas as cascas, raízes e sementes que se reputarem medicinais. São Luís, Maranhão. 17/10/1800. AHU-MA, cx 113, d. 8793.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a remeter as relações dos ofícios enviados pela Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar para a capitania do Maranhão, em 1798. Maranhão, São Luís. 11/01/1799. AHU-MA, cx. 101, d. 8187.

OFÍCIO (2^ovia) do governador e capitão-general do Maranhão D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o envio de aves para o Reino. São Luís, Maranhão. 26/02/1801/ AHU-MA, cx. 115, d. 8934.

OFÍCIO do governador D. Diogo de Sousa para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a procura do salitre. 6 mar. 1799. Arquivo Histórico Ultramarino: Conselho Ultramarino, Maranhão, AHU-MA, cx. 102, doc. 8264.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa Coutinho, sobre o envio de um canudo de latão com desenhos, ramos ressecados e descrições botânicas. São Luís, Maranhão. 25/09/1800. AHU-MA. Cx. 112, d.8759.

-PEREIRA, Joaquim José. Memória sobre nitros naturais, sal de Glauber, Quina e mais produções inventadas na capitania do Piauí e Maranhão. 1803. AHU-MA, Maranhão, Cx.127, doc.9556.

VANDELLI., Domenico. Viagens Filosóficas ou dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista nas suas peregrinações deve principalmente observar.

VIAGENS FILOSÓFICAS DE JOÃO MACHADO GAIO. In: OFÍCIO do governador da capitania do Maranhão, José Teles da Silva, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre dois caixotes contendo produtos de História Natural pertencentes ao naturalista João Machado Gaio, encontrados nos sertões da capitania. Anexos: 2 docs. 24/02/1785, Maranhão. AHU_ACL_CU_009, Cx. 64, D. 5719.

Fontes impressas

- PEREIRA, Joaquim José. Memória sobre a extrema fome e triste situação em que se achava o sertão da Ribeira do Apody. RIHGB, v. 20, pp. 175-185, 1857

PEREIRA, Joaquim José. Memória que contém a descrição e problemática da longitude e latitude do sertão da capitania geral de São Luiz do Maranhão. RIHGB, v. 20, pp. 165-169, 1904.

- VANDELLI, Domenico. Dicionario dos termos technicos de História Natural: extrahidos das Obras de Linnéo, com a sua explicação, e estampas abertas em cobre, para facilitar a intelligencia dos mesmos: e a Memoria sobre a utilidade dos jardins botanicos: que offerece a Raynha D. Maria I. Nossa Senhora / Domingos Vandelli Director do Real Jardim Botanico, e Lente das Cadeiras de Chymica, e de História Natural na Universidade de Coimbra. &c. - Coimbra: na Real Officina da Universidade, 1788. - [4], VI, 301, [3], xxxvi p., [22] f. grav.: il.; 4º (21 cm). In: Disponível em <http://purl.pt/13958/3/#/7>
- _____. Domenico. Memória sobre a utilidade dos jardins botânicos: a respeito da agricultura e principalmente da cultura das charnecas. In: Disponível em <https://books.google.com.br>
- VELLOSO, José Mariano. Quinografia portugueza ou colleção de várias memórias sobre vinte e duas espécies de quinas, tendentes ao seu descobrimento nos vastos domínios do brasil.

Bibliografia

- ABREU, Capistrano. Capítulos de história Colonial do Senado Federal, 1998.
- ABDALLA, Frederico Tavares de Mello .O peregrino instruído: um estudo sobre o viajar e o viajante na literatura científica do iluminismo. Dissertação (Mestrado em História) – Curitiba, 2012. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Paraná..
- ALFONSO-GOLDFARB, Ana M.; FERRAZ, Márcia H. M. Raízes históricas da difícil equação institucional da ciência no Brasil. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 3-14, 2002.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino. “Identidades étnicas e culturais: Novas perspectivas para a história indígena”. In: ABREU, Marta; SOIHET, Rachel. *Ensino de História: Conceitos, Temáticas e metodologia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009, pp. 27-37.
- ANTUNES, Anderson Pereira A rede dos invisíveis: uma análise dos auxiliares na expedição de Louis Agassiz ao Brasil (1865-1866) / Anderson Pereira Antunes. – Rio de Janeiro: s.n., 2015. 155 f.

ARAÚJO, Ana Cristina. A Cultura das Luzes em Portugal: temas e problemas. Lisboa: Horizonte, 2003.

ARAÚJO, Emanuel. “Tão distante, tão ermo, tão longe”: o sertão e o sertanejo nos tempos coloniais. In: DEL PRIORE, Mary (org). Revisão do Paraíso. Rio de Janeiro: Campus, 2000, pp. 45-92.

BAUHIN, Carpar. Pinax Theatri botanici. Basel. 1623.

BRANDÃO, Tanya M. P. O Escravo na Formação social do Piauí. Teresina: EDUFPI, 1999.

BRIGOLA, J. C. P. Coleções, gabinetes e museus em Portugal no Século XVIII. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Évora, Portugal, 2000.

BRUIT, Héctor H. O visível e o invisível na conquista Hispânica da América. In Vainfas R (org), América, Américas. Zahar, RJ.

CARNEIRO, Henrique S. Comida e sociedade. Uma história da alimentação. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

CARVALHO, Rômulo de. A Atividade Pedagógica da Academia das Ciências de Lisboa nos Séculos XVIII e XIX. Lisboa: Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, 1981.

_____. A História Natural em Portugal no Século XVIII. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987.

CARVALHO-SOBRINHO, Jefferson G.; DE QUEIROZ, Luciano P.; DORR, Laurence J. Does *Pseudobombax* have prickles? Assessing the enigmatic species *Pseudobombax endecaphyllum* (Malvaceae: Bombacoideae). *Taxon*, 62(4), 814–818, 2013.

CARVALHO-SOBRINHO, Jefferson G. de; RAMELLA, Lorenzo; DE QUEIROZ, Luciano P.; DORR, Laurence J. Towards a Revision of *Pseudobombax* Dugand (Malvaceae-Bombacoideae): Typification of Names Published by E. Hassler and R. Chodat in the Related Genus *Bombax* L.. *Candollea*, 69(1), 93–99, 2014.

CARVALHO-SOBRINHO, Jefferson; DORR, Laurence J. Notes on brazilian *Pachira* (Malvaceae: Bombacoideae): A new combination and lectotypification of three basynoms. *Journal of the Botanical Research Institute of Texas*, Vol. 14 Issue 2, p279-280. 2p, 2020.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. *Metafísicas Canibais*: elementos para uma antropologia pós-estrutural. São Paulo: UBU Editora, n-1 edições, 2018.

CAVALCANTE, Diego Estevam. A planta e o tempo: ciência, técnica, natureza e progresso nos Impérios da Botânica. Ceará - Brasil - Portugal. (Séculos XVIII e XIX). Dissertação - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

COSTA JÚNIOR, Flávio Pereira. Um Maranhão ilustrado?: história e natureza na correspondência entre D. Rodrigo de Sousa Coutinho e D. Diogo de Sousa (1798-1801). 2016. 100 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.

COUTINHO, Miria Marques. D. Rodrigo de Souza Coutinho e o reformismo ilustrado: manutenção e exploração da América Portuguesa no final do século XVIII. 2002. 121f.(Dissertação Mestrado em História)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da. Verdades por mim Vistas e Observadas, Oxalá foram Fábulas Sonhadas: Cientistas brasileiros do setecentos, uma leitura auto-etnográfica. Curitiba, 2004. Tese. (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Paraná.

_____ _ ; PEREIRA, Magnus. Ciência, identidade e cotidiano. Alguns aspectos da presença de estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra, na conjuntura final do período colonial. In: Revista de História da Sociedade e da Cultura, nº 9, p. 205-228, 2009.

DEAN, Warren. “A Botânica e Política Imperial: a introdução e a domesticação de plantas no Brasil”. In: Revista Estudos Históricos: Rio de Janeiro, 1991, v. 4, nº 8, p. 216-228.

DIAS, José Sebastião da Silva. Portugal e a Cultura Europeia (sécs. XVI a XVIII). Coimbra: Imprensa da Universidade, 1953.

DIAS, Maria Odila. Aspectos da Ilustração no Brasil. In: Revista do IHGB, Rio de Janeiro, 1968.

DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. In: História, Ciências, Saúde. Manguinhos, vol. VIII (suplemento), 2001.

DUARTE, Regina. Horta. Em todos os lares, o conforto moral da ciência e da arte: a Revista Nacional de Educação e a divulgação científica no Brasil (1932-34). In: História, Ciências, Saúde . Manguinhos, vol. 11(1): p. 33-56, jan.-abr. 2004.

ELIAS, Norbert. A Sociedade de Corte. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001

FALCON, Francisco José Calazans. A Época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada. São Paulo: Ática, 1982.

FARIA, Miguel F. de. A imagem útil. Universidade Autónoma Editora, Lisboa, 2001.

FERNÁNDEZ, Joaquín .*La solución del enigma botánico de las quinas. ¿Incompetencia o fraude?* La Orotava: Fundación Canaria Orotava de Historia de la Ciencia, 2019. 154p.

FERRAZ, Márcia Helena Mendes. A Fabricação da Pólvora e Trabalhos Sobre o Salitre: Portugal e Brasil de Finais do Século XVIII às Primeiras Décadas do Século XIX. In: Kury, Lorelai, et al. (orgs.). Ensaio de História das Ciências no Brasil: das Luzes à nação independente. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2012. FERRAZ, Márcia Helena Mendes. A produção de salitre no Brasil Colonial. Revista Química Nova, São Paulo, v. 23, n. 6, 2000.

FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de M. Ciência na busca do Eldorado: a institucionalização das ciências geológicas no Brasil, 1808-1907. São Paulo, 1992. Tese (Doutoramento em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social. USP.

FIGUEIRÔA, S. F. de M., Silva, C. P. da e Pataca, E. M.: Aspectos mineralógicos das Viagens Filosóficas pelo território brasileiro na transição do século XVIII para o século XIX. *História, Ciências, Saúde Manguinhos*, vol. 11(3): 713-29, set.-dez. 2004.

FREITAS, Ricardo C. de. Os sentidos e as ideias: a trajetória intelectual de Francisco de Mello Franco na ilustração luso-brasileira (1776-1823). 2017. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz.

FONSECA, Fernando T. da. Uma primeira educação do olhar: Universidade e estudantes de Coimbra na transição reformista.

FURTADO, Júnia Ferreira. Oráculos da Geografia Iluminista. Dom Luis da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.

_____. Homens de negócio: A interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas. São Paulo, HUCITEC, 1999.

FRAGOSO, João e BICALHO, Maria de Fátima. Na trama das redes: política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GALVEZ, MARCELO C. “Saberes impressos, correspondências e expedições científicas: a capitania do Maranhão e o Reformismo Ilustrado na virada para o Oitocentos”. *Outros Tempos*, vol. 11, n.18, 2014.

GNERRE, Maria Lucia Abaurre. A forma e a nação: estilo historiográfico em Formação do Brasil Contemporâneo. Dissertação de mestrado, IFCH-Unicamp, 2001.

GNERRE, Maria Lúcia Abaurre. Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauí: uma viagem às engrenagens da máquina mercante. Campinas, SP: [s.n] Tese de Doutorado em História Social, Unicamp, 2006.

GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda, 2006, p. 13.

GOMES, José Eudes. As milícias d'El Rey: Tropas militares e poder no Ceará setecentista. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

GOUVEIA, Isabel de Barros. Fantasia, ciência e espetáculo em Portugal no século XVIII. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2000.

GRUZINSKI, Serge. As quatro partes do mundo: história de uma mundialização. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo, 2014.

HAGGIS, A.W. Fundamental errors in the early history of Cinchona: Part I. *Bulletin of the History of Medicine*, v.10, n.3, p.417-459, 1941. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/44446253>>. Acesso em: 30 jan. 2021.

HENRIQUES, Julio Augusto. O Jardim Botânico da Universidade de Coimbra. Impressa da Universidade de Coimbra, 1876.

HESPAÑA, António M. As vésperas do Leviathan: Instituições e poder político, Portugal – séc. XVII. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

HESPAÑA, Antonio Manuel. A constituição do Império Português: revisão de alguns envios correntes. In.: BICALHO, Maria Fernanda, FRAGOSO, João, et alii. O Antigo Regime nos trópicos. A dinâmica imperial portuguesa (séc. XVI-XVIII). Civilização Brasileira : Rio de Janeiro, 2001.

HOOK, Diana H.; NORMAN, Jeremy M. The Haskell F. Norman Library of Science and Medicine, no. 139. 2 vols., San Francisco: 1991.

KLEIN, Úrsula. Materials and Expertise in Early Modern Europe: : Between Market and Laboratory. Edited by Ursula Klein and E. C. Spary. The University of Chicago Press 2010.

KURY, Lorelai; NOGUEIRA, A. . Francisco Antônio de Sampaio: de cirurgião a homem de ciências (Vila de Cachoeira, Bahia, c. 1780). Revista de História da Unisinos, v. 22, p. 514-525, 2018

KURY, Lorelai. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). In: Hist. cienc. saúde-Manguinhos. vol.11, 2004.

_____. Les instructions de voyage dans les expéditions scientifiques françaises (1750-1839). Rev. Hist. Sci, 51(1): 65-91, 1998.

_____. Viajantes-naturalistas no Brasil Oitocentista: experiência, relato e imagem. In: História, Ciências, Saúde - Manguinhos. Vol. VIII (suplemento), 863-80, 2001.

LAINS, Pedro; SILVA, Álvaro Ferreira da. (orgs). “Introdução”. In: História Económica de Portugal (1700-2000): o século XVIII. Vol.1. Lisboa: Universidade de Lisboa/Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

LATOUR, Bruno. Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

MARTINS, Décio Ruivo. Brasileiros na reforma pombalina: criando novos caminhos da ciência entre Portugal e o Brasil. A Universidade de Coimbra e o Brasil: percurso iconobibliográfico. Presented at the 2012. Coimbra, 2012. Disponível em: <<https://digitalis.uc.pt/handle/10316.2/30710>>

MARTINS, Vera Lúcia Campos; MARTINS-DA-SILVA, Regina Célia Viana; REIS, Josiane dos Santos; SILVA, Maria Jociléia Soares da. Tipos Nomenclaturais de Angiospermae do Herbário IAN da Embrapa Amazônia Oriental: *Aristolochiaceae*, *Asclepiadaceae*, *Bombacaceae*, *Compositae*, *Gesneriaceae*, *Lecythidaceae*, *Meliaceae*, *Moraceae*, *Rubiaceae* e *Sapotaceae*. Belém, Pará. Dezembro, 2006.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. Do espetáculo da natureza à natureza do espetáculo: boticários no Brasil setecentista. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

MAXWELL, Kenneth. Pombal e a nacionalização da economia luso-brasileira, in: chocolate, Piratas outros malandros, São Paulo, Paz e Terras, 1999.

MELLO, J. A. G. de (Org). Manuel de Arruda Câmara: obras reunidas. Recife: Fundação e Cultura da cidade do Recife, 1972.

MENDONÇA, Isabel M. G. 2008. O Jardim Botânico da Ajuda – entre o Barroco e o Iluminismo. In Jardins do Mundo: Discursos e Práticas , ed. José Eduardo Franco e Ana Cristina da Costa Gomes, 423 - 436. ISBN: 978-989-616-261-0. Lisboa : Gradiva.

MONTEIRO, John. “Contato, alianças e conflitos”. In: *Negros da terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, pp. 29-56.

MOTA, F.S. da. Clima e zoneamento para a triticultura no Brasil. In: OSÓRIO, E.A. Trigo no Brasil Campinas: Fundação Cargil, 1982.il, 1982.

MOTT, Luiz. Piauí Colonial: População, Economia e Sociedade. Teresina: Petrônio Portela, 1985.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo. “Ciência, Natureza e sociabilidade intelectual em Portugal no século XVIII: a Academia Real de Ciências de Lisboa e os caminhos da ilustração ibérica (1779-1815)”. In: Anais do V Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia. São Paulo, SBHC. S/d.

NICOLSON, Dan H. Nomenclature of *Bombax*, *Ceiba* (*Bombacaceae*) and *Cochlospermum* (*Cochlospermaceae*) and Their Type Species. *Taxon*, 28(4), 367–373, 1979.

OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros. 182. O povoamento colonial do sudeste do Piauí : indígenas e colonizadores, conflitos e resistência. Tese de Doutorado em História, UFPE, 2007.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *A presença indígena na formação do Brasil*. Brasília: Coleção educação para todos/Série Vias dos Saberes N. 2, 2006.

OLIVEIRA, João Pacheco de. “Os indígenas na fundação da colônia: uma abordagem crítica”. In: Coleção O Brasil Colonial. 1443-1580. Volume 1. (org.) FRAGOSO, João & GOUVEA, Maria de Fátima. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, pp. 167-228.

PÁDUA, José Augusto. Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

PAIVA, Melquíades Pinto. Os naturalistas e o Ceará. Fortaleza, Ceará: Instituto do Ceará, Primeira edição, 2002.

PATACA, Ermelinda Moutinho. Terra, Água e Ar nas Viagens Científicas Portuguesas (1755-1808). Campinas, 2006. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em Geo-Ciências. Universidade Estadual de Campinas.

_____. Arte ciência e técnica na Viagem Philosophica de Alexandre Rodrigues Ferreira: 2001 a confecção e a utilização de imagens histórico-geográficas na Capitania do Grão-Pará,

entre setembro de 1783 e outubro de 1784. Dissertação de mestrado. Unicamp, Campinas (mimeo.)

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. João da Silva [Feijó?]: A trajetória de um homem de ciências luso-brasileiro. In: Pereira, Magnus Roberto de Mello, et al. (orgs.). João da Silva Feijó. Um homem de ciência no Antigo Regime português. Curitiba: UFPR, 2012.

PEREIRA, M. R. M.; CRUZ, A. L. R. B. *Instructio peregrinatoris*. Algumas questões referentes aos manuais portugueses sobre métodos de observação filosófica e preparação de produtos naturais da segunda metade do século XVIII. Curitiba, 2012. Cópia policopiada.

_____. O viajante instruído: os manuais portugueses do Iluminismo sobre métodos de recolher, preparar, remeter, e conservar produtos naturais.. In: SANTOS, A. C. A.; DORÉ, Andrea. (Org.). *Temas Setecentistas*.. Curitiba: UFPR/SCHLA, 2009, v. , p. 241-252.

PEREIRA, Rodrigo Osório. *Império Botânico: as políticas portuguesas para a Flora da Bahia Atlântica Colonial (1768-1808)*. 2013. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais.

PITA, João Rui. “Medicina, Cirurgia e Arte farmacêutica na Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra.” In: ARAÚJO, Ana Cristina (coordenação). *O Marquês de Pombal e a Universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2000. P. 129-162.

PRATT, Mary Louise. *Os Olhos do Império. Relatos de Viagem e Transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999.

POMBO, Nívia. *Unidade Política e Dependência Econômica: D. Rodrigo e as concepções geopolíticas para a América Portuguesa*. 2011. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

RAMINELLI, Ronald. “Ciência e Colonização – Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira”. In: *Revista Tempo*. p. 19-38, 2000.

_____. “Do conhecimento físico e moral dos povos: iconografia e taxionomia na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira”. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, v. 8. (suplemento), 2001.p.969-992.

ROLLER, Heather Flynn. Expedições coloniais de coleta e a busca por oportunidades no sertão amazônico, c. 1750-1800. *Rev. Hist. (São Paulo)* [online].2013, n.168, pp.201-247.

RUSSELL-WOOD. A. J.R. “Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1800”. *Revista brasileira de História*. vol. 18 n. 36 São Paulo 1998.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América, 1415-1808*. Lisboa:Difel, 1998.

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na colônia (Sertões do Grão-Pará c 1755-1823)*. Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, 2001.

SANJAD, Nelson Rodrigues. Nos jardins de São José: uma história do Jardim Botânico do Grão-Pará, 1796-1873. Campinas, SP, 2001. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Campinas.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. O governo das conquistas do norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780). São Paulo: Annablume, 2011.p.196.

SCHWARTZ, Stuart B. Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial; 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. Burocracia e sociedade no Brasil Colonial: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609 -1757. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. Escravos, Roceiros e Rebeldes. Bauru (SP): Edusc, 2001.

SILVA, Clarete Paranhos da e LOPES, Maria Margaret. O Ouro sob as luzes: a arte de minerar no discurso do naturalista João da Silva Feijó (1760-1824). In: História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, vol. 11, n. 3: set.- dez., 2004. pp. 731-750.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Pecuária, agricultura de alimentos e recursos naturais no Brasil-colônia. In: SZMRECSÁNY, Tomás (org). História econômica do período colonial. São Paulo: Huiitec, FAPESPI, 1996.

SILVA, Kalina Vanderlei. Nas solidões vastas e assustadoras: a conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII. Recife: Cepe, 2010.

SUSSEKIND, Flora. O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SCHWARTZ, Stuart. Burocracia e sociedade no Brasil colonial: a suprema corte da Bahia e seus juizes. São Paulo: Perspectiva, 1979.

TAVEIRA, Maria Lúcia. Contribuição ao conhecimento químico de plantas do Nordeste: *J. pectoralis* Jacq. var. *Stenophyllaleon* (Acanthaceae) e *Bombax cearense* Ducke (Bombacaceae). Master Thesis, Department of Organic Chemistry-Federal University of Ceará, Fortaleza, 1993.

VILLALTA, Luiz Carlos. Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América portuguesa. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1999.

WEGNER, R. “Livros do Arco do Cego no Brasil Colonial”. História, Ciência e Saúde – Manguinhos, vol. 11, 131 – 140, 2004. P. 131 – 132.

WEHLING, Arno. WEHLING, Maria José. Formação do Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

_____, _____. O funcionário colonial entre a sociedade e o rei. In: DEL PRIORE, Mary. Revisão do paraíso: os brasileiros e o estado em 500 anos de história. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p. 139-159.

WILLIAMS, Eric. Capitalismo e escravidão, Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1972 (origens da escravidão negra e desenvolvimento do Tráfico negreiro).

ANEXOS

Colleção das Observações dos Produtos naturais do Piauí

Folha 08

Parte primeira seção e primeiro capítulo da colchonilha

A diversidade dos climas põem em contribuição os povo vizinhos, e mais ainda os remotos, cujos climas diversificao tanto, que nunca se naturalizao, e em outros, ou que quando muito depois de longos trabalhos crescem com pouca utilidade servindo tão somente de recreio aos curiosos.

Esta variação de climas obriga aos homens a procurar nos paizes remotos os percursos* deles, que falta absolutamente no seu paiz. A laranjeira da China *citrus aurantium chinensis* que para infinitas maneiras tem variado no Brazil, jamais se tem naturalizado no Norte da Europa, e apenas se conservao vivas, sem produzir fructo nas estufas dos jardins nas províncias do Norte da França. Igualmente se tem a bananeira *Musa sapiontum*, .

Paradisiaca que são o indígenas da America, mal produzem em Portugal, e de nenhuma sorte nos países frio.

Assim as plantas do gênero *Bromelia*, e outras dos climas quentes entre os Tropicos. Os povos do clima indico que compreende os lugares situados debaixo da Zona Torrida não gozão das mesmas produçoens, que os do clima Egipcico* e Arabico, que compreendendo os lugare, aonde o calor he fervido, e as are(i)as ardentes: nem os do clima Austral desde a Ethyopia até o Cabo da Boa Esperança se juntao das produçoens, que goza a parte Meridional da Europa e Portugal, Heganha, e as províncias meriionaes da França, e Italia.

Em vão pois se cansaria hum Estado em querer, que dentro do seu território houvesse em todas as produçoens exóticas de climas inteiramente diversos, para que os seus habitantes não tivessem recehio de ir procurar o superfluxo(supérfluo*) de climas remotos.

A natureza tem sabido repartir assim as riqueza e todo o mundo, e a alternativa dellas obriga os homens a visitar os seus climas de hum polo a outro polo facilitando a distancia imensa, depois que a barreira dos mares, que se supunha por fim as negociaçoens, e conter os homens no seu terreno, se coincidem como caminho mais propicio, deixada a navegação perigosa das Costas seguindo em p leno mar com nova ivensão da Bussola.

Depois desta variedade de climas he em duvida, que a providencia desta, que em cada clima se cultivam as suas produçoens próprias que neste mesmo se escolhao os sítios mais adequados vegetais as plantas bulbosas da Arabia se dariao bem no seco o arroz com sua saliva*? Não vingaria no terreno seco: o algodoeiro (*Gossipium herbacum*) plantado nas terras frias e húmidas, como as do Mearim na Capitania do Maranhão, mal compensaria os trabalhos do Lavrador.

Assim as nossas novas espécie de vegetaes do Piauí Administer Rodericus. Vossa Excelência . o Genero *Cactus Toxandria* de Linneo próprio dos terrenos secos do Piauí não teria vigor naquela situação, nem os pequenos animaes habitadores dele vingariao em clima local diverso, quando as cazas, de que se mostrem , fossem alternadas e fracas* pelo contrário plantado e cultivado no seu paiz natalício, sitio adequado, eu em outro análogo compensará e com enterese as fadigas do lavrador.

O gênero *Cactus* pertence a classe duodécima *Teoxandria* da menogenia de Linneo. O caracter essencial e distinctivo desta classe, além das flores hermaphrodits, calis monossilos corolla de muitos petalos, consiste em ter vinte, ou mais tamesa pegados* ao lado inte rno do calis, ou aos petalos estando estes insentos ao calis, e não ao receptáculo(a). As ordens são deduzidas do numero dos pistilos. Por esta razão o *Cactus* etá bem classificado e ordenado.

Classe de segunda ordem vosso gênero 613 *cactus*.

Calis monofilo de huma só peça inteira sobre o gorme(germe)*? Imbricado, corolla e muitos petallos dispostos em muita ordens, estames numerozos, o fructo baixa*, umbilicada, oval ou sub-rotunda* de hum só Loculamento*; muitas sementes entre a polpa adocicada: a supeficie Liza, ou coberta de aperozas espinhosas.

Este gênero contém quatro divizoens: Vossa . Echiozmerlocuoli, subrolundi*, compreende os cactos rasteiros de caule sub-rotundo, ângulos pouco vizivei, todos espinhosos como oriço; duo de protuberâncias quazi redondas. Aqui entrao os cactos vulgarmente chamados corôas de frade, a quais o gado no tempo a seca tendo sede comem, arrancando antes com as suas unhas os espinho da planta, e assim passam muitos dias sem beber agoa.

Dizem que a parte carnuda desta planta, a parte dura sendo aplicada externamente: os cravos que são a similhaça de globo redondos brancos, ou outros internos, moléstia muito ordinária, que ataca os pés dos Africanos, impossibilitando-o de poder pizar na terra, os quaes padeceram o Gallico das boubas; e forao destes mal curados.

A 2 divizão, * corei erecti*, standes por e, compreende os cactos levantados directos, simillhantes de alguma maneira a hum lírio*. As espécie se distinguem pelos ângulos do caule. Chamao-se vulgarmente Mandacarús. As raízes ou casca dellas, supõe-se um antidoto poderoso contra o veneno das cobras peçonhentas, sendo malvada nagoa, e algum tempo, e bebida a agoa 6 vezes pelo doente. Commumente faz-se uso da 6 e 7 espécie.

A 3 divizão, corei repentes, radiculis lateralibus. Aqui entrao os cactos , cujos caules se prostrao pelo chão, e lançao raízes lateraes. Estes são raros no Piauhí.

A 4 divizão, compreende o cactos Opuntiae, compotos de articulaçoens nascidas humas sobre outras, ordinariamente chatas dos lados, proliferas, o que se reproduzem na terra como verdadeiras sementes. A parte carnuda das plantas desta divisão he amodina* e refrigerante.

Toda a espécies da Opuntios, pode se dizer, produzem a cochonilha (coccus cacti) bem como as folhas das plantas, que são lgum tanto acidas, vg a vinha (vitis vinífera) o Ananas (Bromelia ananais); porem nenhuma planta he tão apropriada como o Cactus Ticus Indica. 18 de caule articulao prolifero, articulaçoensns ovado= oblongas com espinhos setáceo s8: o Cactus cochinillefer 20 de caule articulao- prolifero, articulaçoens ovado= oblongas subineremes*, com poucos epinhos menos pingentes.

A figueira da India cresce na América Meridional, na Barbaria, na Europa; há dela muitas variedades; que sempre são articuladas compressas espinozas, carnudas, as articulaçoen proliferas, e persistem muito tempo fora da terra sem perecer, até que a estação favorável as faz radicar. O tronco depois de velho he grosso lignozo, e chega a altura de 8 pés. A corolla he amarela.

As sementes sesta depois de secas, e moídas, com acido dao bela cor vermelha. Os mexicanos na cultura da Cochonilha preferem a figueira da India flore sanguíneo, nem plantas de outra morada* de suas povoaçoens. A experiencia tem mostrado que o insecto criado na figueira de flor cor de sangue produz melhor tinta.

Muito tempo se passou na Europa em conjecturas sobre a natureza da fécula da Cochonilha, fazendo-se júzos vários, se era substância animal, ou vegetal. Hoje he conhecido o Insect o, que a produz, e a sua economia para de viver.

Os hespanhoes tirao vantajosos interesse deste conhecimento, fazendo como hum monopólio nacional com o Commercio da Cochonilha, sem concorrência de outra Nação, que athé o presente tenha estabelecimento igual. Em 1736 transportarao a Europa anno comum 880 S(reis) arráteis de Cochonilha cultivada, menos hum terso que era brava; o que tudo monta a 15 milhoens moeda de França, ou 8 milhoens de Florin da Hollanda.

O insecto habitador da Cochonilha ou Cactus cacti de Linneu, he hum gênero próximo ao Rermes*; o abdômen na parte posterior duo de Feras?Penas*. Os machos tem só duas asas erectas, as formas são destituídas de azas(a) ordem Hemiptera(hemisfera?).

As denominaçiens das espécies forao derivadas das plantas, que os insectos habitao, e lhes servem de sustento. Vg. Tiliace, rasei, vits, cacti... O insecto da Cochonilha he a 22 especie, e habita nos diversos cactos opuntias, de corpo de presso (prego), como diz Linneu, depressus toemntosos, transaversus rugosus, dornei margine Latoriali a trinque duplici: superiore brevior, abdomine purpurascete, pedibus brevibus nigris, antemars subutatis, corpore tertia parte brevioribus, eximitinctorius.

Os insectos depois de chegar ao estado de imagem revelada ou de perfeição, durão pouco tempo. Parece que então já não são mais destinados para outro fim, que o de perpetuar a sua espécie. Assim os machos, fecundadas as femeas, ficao languidos, sem comer e pagao morrendo logo o tributo a natureza.

As femeas não sobrevivem mais que o tempo necessário para depor os os ovos, ou os pequenos filhos.

A curta vida he compensada com a mesma* tenacidade, e multiplicação infinita. As moccas chegao a pôr 28 ovos da sua espécie; as abelhas 408(108)* ovos fecundados, a falena* da amoreira (falena * bombipe mori) muitos centenares. Assim a cochonilha. Huma só femea em pouco tempo pare muitos mil filhos, e morrendo logo depois, já fica a sua povoação infinitamente aumentada, sem o que não poderiao os mexicanos recolher como tantas mil libras d'hum insecto tao pequeno, e fazer três colheitas annuae precipitadamente nas províncias de Thascala, Guaxaca, Guatimala, Honduras.

Para isso os mexicanos fazem numerosas plantaçoens das diversas Opuntias, ou Nopali (na língua do paiz) de flor, o fructo avermelhado, como já disse, na roda das suas habitaçoens para comer maior. A cochonilha desta he mais corada e melhor, assim como he melhor a cultivada, do que a criada nas figueiras silvestres tão bem tem menos espinhos a figueira dometica.

A plantação não he difficil. As terras magras, e exaustas para outra qualquer cultura predizem a figueira da Cochonilha. As suas articulaçoens dispostas na terra em breve tempo lançaõ raizes, e são tao vivaces, que persistem muito tempo verdes desapegadas do tronco, e com finalmente a radicar do mesmo modo que a coma* ou coma do ananás, os grelos do penduculo* , os olhos da piteira (agave americana0 e outras plantas de folhas carnosas dos paizes quentes. Crescem à altura de 8 e 9 pés, sendo limpas o mato.

Quando as plantas tem chegado a ponto de poder se recolher dellas os insectos da cochonilha, não há mais que semeados8.

No México costumao os indianos dispor no tempo seco das chuvas periodicas ninhos de musgo, ou feno muito fino, que acomodem dez ou doze insectos da Cochonilha femeas, e ficao nos espinhos das plantas sobre cada articulação dois outros daqueles ninhos. Esta

pequena povoação em poucos dias produzem innumeráveis filhinhos nos quaes para pequena atenção, que se dê se perceba movimento voluntario, procurando na planta lugares próprios para a sua subsistência. Ahi crescem até que chegando ao estado de pleno crescimento; ficam imóveis. Hé então tempo de fazer-se a primeira colheita.

Na primeira tira-se os ninhos com a cochonilhas vivas e as mortas que derão origem aos milhares de novos habitantes da mesma espécie. Este trabalho he simples, e com tudo enfadonho. Executa-o com uma varinha a similhaça de pena, fazendo cahir os insectos em vazo, donde o vento os não arrebate, escolhendo só os maiores, e deixando sempre sufficiente numero de femeas pouco mais ou meno igual ao numero de antigas maens, communs, esperança da segunda colheita. Conhecem-se as femeas pela falta absoluta das azas, e os machos pelas duas azas, que tem.

A segunda colheita pratica-se do mesmo modo, e com a mesma atenção intermediando de huma a outra ordinariamente trez mezes.

Porem pode acontecer, que a estação corra fria e húmida, ou seca e quente. Assim os insectos terão mais pronto ou tarde crescimento; e para tanto estarão de pleno crescimento da Cochonilha deve decidir os prazos com partes da colheita para não ser prejudicado o lavrador recolhendo-os insectos, que lhe poderião dar mais lucro em breve tempo. A experiencia, e pratica do paiz pode ensinar o tempo mais próprio.

Na terceira se recolhem todos os insectos grandes e pequenos, femeas e machos, pois que se ficassem nas plantas morrerião com as chuvas periódicas sem proveito do lavrador. O misto da totalidade dos nossos animaes faz que a tinta seja inferior; e tanto parece que se deverá preparar separada.

Sucedem logo as chuvas periódicas, e todo o trabalho então consiste em guardar a folha do cacto com as cochonilhas abrigadas da intemperança da estação, mas como as articulações, que são as próprias folhas, carnosas, se conservão verdes e succulentas, os insectos dellas se sustentão, e esse espaço até chegar o período do calor, que induz à aquelles pequenos viventes a propagar a sua espécie. Tal he o cuidado dos indianos?

Colhida a cochonilha pouco tempo depois se devem dessecar qualquer demora prejudicaria ao lavrador, perdendo os inumeráveis filhinhos, que entretanto nascessem, e as maens seriao quasi inúteis para a tinta. Diversas maneiras tem lembrado para fazer dessecar a cochonilha, todas coincidem em fazer-se dessecar em formas ou vasos de barro com calor muito graduado para se não reduzir a carvão o que faria perder a tinta. Por isso é necessário revolver-se sempre a cochonilha com jeito que se não esmague borrifando de vez em quando com agoa. Esta operação continua até dessecar-se a humidade natural de insecto, e consumir-se a lanugem* que o cobria na sua habitação. Trez libras dão huma depois de dessecada.

Com tão fácil processo se obtem a mais preciosa tinta do carmozim, a fécula a mais própria e admirável na pintura. O meio do qual o pincel imita as mais belas cores da natureza.

As muitas composições, que se fazem com a cochonilha na tinturaria das lãs, algodão, e seda; o alto preço porque se vende, o grande consumo deste gênero, tudo concorre para a aumentar as riquezas d'huma nação vizinha e rival com a qual podemos competir nesta parte huma vez que e subministrem os meios favoraveis as nossas vastas colônias para melhoramento e aumento de hum gênero tão preciosos, o qual cresce naturalmente nelas de

baixo de clima favorável aos olhos dos seus habitantes, que os desprezao, e como coiza inútil, e indigna da ocupação do homens.

Os franceses e outras nações conhecendo melhor os seu interesses do que nos tem projetado naturalizar nas suas colônias a cochonilha. Ora he bem certo, que o não poderão conseguir sem longos trabalhos e despesas; que o proveito proveniente dahi não será muito vultoso* não lhe sendo o clima muito propicio. E deveríamos nos então desprezar o que naturalmente se produz nas nossas colônias pois a comparar o grosso mercado aos Hespanhois? Se outras naçoens sentem que tirarão proveito da cultura violenta da cochonilha, não será tanta maior o nosso interesse, que a sua realidade não depende mais, do que em ajudar a natureza, e cortar os obstáculos que prendem a indústria nacional?

Nesta capitania há muitos anos que se descobriu a cochonilha, e a contar com a voz popular foi desde o tempo do Genereal ato do Exelentissimo Senhor Jozé Teles de Menezes.

Por aqui viajou hum italiano de nome Maceroni*, que recolheo algumas onças de cochonilha. Della tem hido amostrs para Lisboa.

Eu na viagem filosófica, que acabo de fazer na parte inferior do Certão do Piauí, encontrei a Cochonilha brava em todo o continente, tanto nos terrenos do agreste, e de mimozo, como nos campos descobertos e de catingas, arenosos e marmozos, de pedregulho e altas serras, ainda no mais eminente d'ellas.

Principiando dos lugares vizinhos a esta cidade cortando para Crateus, mais de 80 legoas deste e toda a * costameira da serra Grande, no alto da serra denominada de São Pedro, que he a mesma serra Grande, na Matriz de Piracuruca, Campo Maior, Marvão e Valença em huma palavra todo este espaço de mais de 80 legoas de comprimento sobre outro tanto de largura produz a Cochonilha. Destas observaçoens e que se rigorosa com frequência, que o clima do Piauí he próprio para a cultura da Cochonilha, e não nos permite ter inveja do Mexico a este respeito. Quando huma planta, ou animal cresce bem naturalmente em algum clima, he regra infalível, que melhor provirão com a cultura, e cuidado dos homens. Assim posso afiançar, que a cochonilha será algum dia hum ramo de commercio e de grande exportação nesta capitania.

O terreno desta capitania em grande parte he seco, magro e arenoso: pode e dividir em agreste e mimozo. Aquelle he geralmente fresco, mais forte, sempre coberto de verdura, tem altas matas e ribeiros perenes de agoas cristalinas e puras. O terreno mimozo he seco falto de agoas, e as que há são salobras, os campos em breve espaço se tornão secos, passado o inverno.

Os matos são catingas, isto he, hum mato ferrenho áspero, de pequena altura, o qual perde inteiramente a sua folhagem pelo Estio.

Apezar da diversidade do terreno a cochonilha provem tanto nos campos de agreste, como de mimozo e catingas; de nenhuma sorte porem nas matas.

O ar aqui he seco, a falta de Lagoas permanentes de rios perenes, a distancia do mar, a altura natural do terreno me induzem a crer, que a atmosfera aqui he muito menos carregada de vapores, que a Ilha do Maranhão; e a sua capitania, a qual he regada de oito grandes rios navegáveis em todo o anno(a). Em segundo lugar; que a cochonilha ama os climas secos. Seria com tudo muito proveitoso, que a cochonilha se cultivava he no jardim e passeio publico,

que se projecta construir naquela ilha, e que as terras já exaustas incapazes de produzir o algodão, e o arroz se ocupassem ultimamente com a cochonilha.

Depois de encontrar a cochonilha brava no continente seguia-se ver qual era a planta que a produzia? Porque razão d'ella senão tirava utilidade.

A planta da Cochonilha, chamada vulgarmente palmatoria, he hum verdadeiro cacto da divisão das Opuntias, a qual só cresce até a altura, quando muito de dois pés, e articulações compressas abovadas* duas, trez, até quatro, guarnecidas de pequenos espinhos moles, setáceos* muito penetrantes, pouco visíveis, consortes de espaço em espaço, fazendo quasi como tuberosidades: ramificante pelos lados, tendi tão bem outras tantas articulações.

As mesmas articulações cobrindo a terra chegam a radicar, e assim a superficie da terra fica coberta de planta carnosa.

A sua flor he polipétala, de cor sanguínea viva, o fructo he huma baca* umbilicada, guarnecida de espinhos, como as folhas ou articulações, a polpa adocicada, e come-se estando madura. Aqui he que ordinariamente se cria a cochonilha.

A pequena altura da nossa planta sem duvida encommoda ao lavrador, veno-se obrigado a estar curvado por muito tempo para fazer a colheita do insecto fructo do seu trabalho, etão bom a particular configuração, e disposição das articulações não he muito favorável por não haver commodiae para pôr se o vazo em que se hão de recolher os animaes sem prejuízo da mesma planta.

Lembrei-me pois que seria tanto mais útil a palmatoria de altura maior, e quando meditava-se a cultura faria crescer a nossa planta da cochonilha até o ponto de ser comodamente o lavrador, encontrei com satisfação outra Opuntia alta, que preencheo as mesmas vistas em tudo.

Na travessia seca da catinga do brejo de Ribas para o Coroatá; travessia de oito legoas vi a opuntia, que digo, ou palmatoria comprida de 7, 8 e 9 articulações quasi ovaes, muitos espinhos duros e penetrantes, como alfinetes; o tronco imple por via de regra, ou com poucas ramificações lateraes. Aferida mesma configuração e cor que a palmatoria rasteira; abaxa mai alongada. Na erra de São Pedro, da qual já falei varias vezes taobem encontrei a palmatoria comprida. Certificão-me que no Rio de São Francisco crece a boa altura, mas ignoro se he da flor encarnada como a nossa, ou amarela, como a de Minas Geraes, segundo minhas lembranças.

A nossa por ter flor encarnada he preferível, a experiencia já ensinou ao Mexicanos, que esta produz os insectos com melhor tinta, nem de outra planao os Hepanhoes em roda das suas povoações como já disse. A altura de 5, 6, 7 pes he favorável.

Taes considerações me fizeram crer, que a plantação da nossa palmatoria alta eria tanto mais vantajosa, que com a cultura melhoraria a mesma planta, gozando livremente da influencia da atmosfera, da obtetricidade*: da Luiz, oferecida em maior quantidade, mais apto e pronto ustento para a multiplicação dos habitantes, que de trez em trez mezes devem ser diminuídos.

Por esta razão determinei , que se conduzissem a cidade de Oeiras as articulações da palmatoria comprida para daqui er transportada e cultivada no Jardim do Maranhão, principiando-se assim a cultura do gênero mai precioso no Commercio.

O anno passado principiei a minha excursão e logo na distância de dua legoas desta cidade encontrei a Cochonilha, e alguns insectos já se achavão arredondado em estado de pleno crescimento. Era então o mez de junho principiado estio a estação fria(sobre qual tal se pode considerar huma pequena frescura nascida mais do vento, do que da inclinação do sol para outro polo) reinava os ventos geraes e fortes, próprios dos Tropicos.

O Inverno, que havia hum mez se tinha acabado o ventos frescos não permitia haver produção grande de cochonilha.

As chuvas periódicas são o flagelo destruidor destes pequeno insectos e depois dellas mal aparecem alguns dos quais continua a sua espécie que há de padecer igual sorte com o inverno seguinte. Por isso os Mexicanos guardão com muitas as folhas com os insctos à abrigo das chuvas.

Os pequenos povoadores, quando nascem, só cuidão em procurar o sitio apto para a sua subsistência e antes de ficar a sua habilitação segurando-as com a lanugem* branca, com que a cobrem os ventos naquele estado de movimentos arrebatado para os lugares, onde não encontrando planta análoga ao seu sustento, morrem inutilmente.

Tão bem encontram a palmatoria , muitas vezes he atenuada amarelada, ou por se achar entre o mato ou pq esta nascida sobre pedra não tenho altura de terra suficiente para a sua nutrição, razão pq infinitas palmatorias vi pálidas e murchas.

Nestas circuntancias como podia haver quantidade grande? Os mesmos gados pizando aquellas plantas não são suficiente cauza da sua destruição?

Façao-se as plantaçoens da palmatorias comedidas capaz de andar livremente hum homem, e entre ellas, preferindo-e na cultura a palmatoria alta, de que já falei, defendão-se com cercas da outra* dos gados; procure-se o sitio adequado, se necessário for; abrigando do grandes ventos; pratiquem-se as regras já indicadas na plantação, colheita, e guarda da cochonilha; e eu afianço a utilidade desta madores* com as posteriores observaçoens, que logo indicarei.

Nem espante ao lavrador a miudeza do trabalho na cultura da cochonilha, lembre-se que hum pequeno terreno cultivado produz muitas libras, e que huma só libra de cochonilha vale mais que quatro bois de cinco anos. Pode igualmente o lavrador tirar utilidade do cercado. Muitas arvores há que são faseis em radicar de estaca das quaes se pode aproveitar o lavrador, e destina-las juntamente para diversos uzos vg. O Genipapeiro (Genipa a Aroeira arvore grande de construção, o cajazeiro 'Ipondias lutea', jatobazeiro, piquizeiro gênero novo, tanto para uso domestico como para a economia rural, cuidando-se ao mesmo tempo com diversos de como.

O lavrador não se deve ocupar só com hum gênero, muitos podem ser objeto dos seus cuidados, e suposto considere hum como o principal, o outros sejam acessórios, tudo concorrerá para a sua riqueza. Vg. Supondo que hum lavrador cuida principalmente na cochonilha, pode logo dispor nos cercados das suas plantaçoens, as arvores da criação o nosso Bixo da seda, e nelas favorecer a criação da seda do Paiz.

Igualmente pode ter centenaes de cortiço de abelhas de sera amarela de que há abundancia nesta capitania, utilizar-e a sua cera com mel todos os anos. Assim terá o lavrador o seu estabelecimento, e pouco mais trabalho lhe aumentará os interesses.

Já disse que as chuvas erao a cauza da destruição da cochonilha, razão pq depois do inverno poucos insectos aparecem, logo pois que eu prove a mesma proposição com observaçoens, dezempenharei afiança da utilidade do lavrador, que cultivar a cochonilha.

He bem certo que sendo as chuva o flagelo da cochonilha tanto maior for o espaço subseqüente depois do inverno, quanto maior quantidade de cochonilha ahaverá o raciocínio deduzido de principio certo e fundado na observação.

Quando o anno passado atravessei de Crateus para Marvão tive demora alguns dias na fazenda das Caraibas no mez de novembro, e ahi observei em quazi todas as palmatorias a cochonilha em maior quantidade do que no mez de junho nos lugares vizinhos a cidade, e mai era para admirar o ver-se tão bem a cochonilha naquelas palmatorias, que pela sua palidez e marasmo parecia não poder sustentar vivente algum.

No mez de Janeiro quando atravessei a Serra de São Peddro e não tinham ainda ahi cahido as primeiras agoas ou trovoadas no alto da serra no mais eminente dela entre o rochedos, e na área vi diversas palmatorias rasteira cobertas de lanugem branca, de baixo da qual se achavão os preciosos insectos da cochonilha, e mais numerosas, do que nas mais partes onde os tinha visto.

Nos lados da estrada apezar dos inconvenientes de hum caminho publico, e de ser o alto da erra mais frio e ventoso do que a planícies, que sempre ficão abrigadas com as montanhas vizinhas, ahi se via numeroza cochonilha em véspera de tudo perecer com o inverno, que por dias se esperava. A vista destas observaçoen tão constantes conclui que o clima do Piauhí não he menos apropriado para a produção da cochonilha do que o Mexico, e que se senão tirava utilidade; era por desleixamento da nação Portugueza.

Nem toda a capitania do Piauhí he igualmente própria para a produção da cochonilha: ella se encontra por toda a sua extensão athé Parnaguá, que desta 120 legoas de Oeiras; porém em muito menor quantidade; por tanto parece que apezar de se cultivar em toda a capitania; será a sua cultura mais útil na parte inferior do Piauhí considerando-e a cidade de Oeiras, como ponto médio.

Vindo pois com pezar perece-se desse a sua origem hum principio certo de riquezas para a Nação Portugueza, e especialmente para o Piauhí, cujo commercio não excede a 30 * bois annuais, e menor numero de cavallo novo; diligencieei persuadir alguns fazendeiro para fazer plantaçoens da cochonilha; como se faz no Mexico, tendo particular cuidado de guardar as Cochonilhas maens em pes de palmatoria plantados em carretas, que se conduzissem para coberto facilmente no tempo do inverno (pag 35)

Fiz ver os grandes interesses , que teriao ainda maiores do que os provenientes do gado, que o trabalho da cultutra da cochonilha principalmente no verão quando as fabricas das fazendas mais habitantes passao o tempo ociosamente, finalmente tem que a cochonilha não sofreria impate nas praças por onde a conduzissem.

Apezar da resposta favorável, que tive do fazendeiro, não conto com a certeza della, e menos que o povo deixando a rotina em que forão criadas, se ocupem com grande plantaçoens da cochonilha. A ociosidade he o maior inimigo do Certão. Os habitantes sofrem a fome, e não plantão o pao que o pode sustentar, nem o arroz de fructo para refrigério.